

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	1
---	---

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	2
2.3 - Outras informações relevantes	3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	4
3.4 - Política de destinação dos resultados	5
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	7
3.7 - Nível de endividamento	8
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	9
3.9 - Outras informações relevantes	10

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	11
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	23
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	24
4.5 - Processos sigilosos relevantes	30
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	31
4.7 - Outras contingências relevantes	52
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	53

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	54
5.4 - Outras informações relevantes	55

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	56
---	----

Índice

6.3 - Breve histórico	57
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	58
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	81
6.7 - Outras informações relevantes	82
7. Atividades do emissor	
7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	83
7.9 - Outras informações relevantes	85
8. Grupo econômico	
8.1 - Descrição do Grupo Econômico	95
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	98
8.3 - Operações de reestruturação	99
8.4 - Outras informações relevantes	101
9. Ativos relevantes	
9.2 - Outras informações relevantes	102
10. Comentários dos diretores	
10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	104
10.2 - Resultado operacional e financeiro	117
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	118
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	119
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	123
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	124
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	125
10.10 - Plano de negócios	126
10.11 - Outros fatores com influência relevante	127
11. Projeções	

Índice

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	128
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	129
12. Assembleia e administração	
12.1 - Descrição da estrutura administrativa	130
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	136
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	137
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	141
12.12 - Outras informações relevantes	142
13. Remuneração dos administradores	
13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	143
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	146
13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	147
13.16 - Outras informações relevantes	148
15. Controle	
15.1 / 15.2 - Posição acionária	149
15.3 - Distribuição de capital	167
15.7 - Outras informações relevantes	168
16. Transações partes relacionadas	
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	169
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	178
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	179
17.5 - Outras informações relevantes	180

Índice

18. Valores mobiliários

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	181
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	185
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	186
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	187
18.10 - Outras informações relevantes	188

19. Planos de recompra/tesouraria

19.4 - Outras informações relevantes	189
--------------------------------------	-----

20. Política de negociação

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários	190
20.2 - Outras informações relevantes	191

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	192
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	193
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	194
21.4 - Outras informações relevantes	195

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	196
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	197
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	198
22.4 - Outras informações relevantes	199

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Antonio Alvaro Rodrigues Frade
Cargo do responsável	Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

- a. reviram o formulário de referência
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM
Código CVM	418-9
Tipo auditor	Nacional
Nome/Razão social	KPMG Auditores Independentes
CPF/CNPJ	57.755.217/0003-90
Período de prestação de serviço	12/09/2011
Descrição do serviço contratado	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis da companhia (individuais e consolidadas).
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	A remuneração da KPMG por todos os serviços prestados para o exercício findo em 31/12/2011 foi no montante de R\$ 754.239,00, sendo referentes à: (i) Auditoria das DFs/ITRs. A remuneração da KPMG por todos os serviços prestados para o exercício findo em 31/12/2010 foi no montante de R\$ 1.171.635,00. A remuneração da KPMG por todos os serviços prestados para o exercício findo em 31/12/2009 foi no montante de R\$ 283.500,00.
Justificativa da substituição	Ainda não houve substituição.
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor	Não há

Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Moacyr Humberto Piacenti	12/09/2011	174.394.988-01	Av. Almirante Barroso, 52, 4º andar, Centro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil, CEP 20031-000, Telefone (21) 35159400, Fax (21) 35159000, e-mail: mpiacenti@kpmg.com.br

2.3 - Outras informações relevantes **Multiner S.A.****FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA**

Data base: 31.12.2011// Data de atualização: 22.06.2012

2.3 Outras informações relevantes:

	31.12.2011	31.12.2010	31.12.2009
a) Nome empresarial	KPMG Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes	KPMG Auditores Independentes
b) Responsáveis, CPF e dados para contato	Moacyr Humberto Piacenti CPF: 174.394.988-01 Tel.: (21) 3515-9400 E-mail: mpiacenti@kpmg.com.br	Moacyr Humberto Piacenti CPF: 174.394.988-01 Tel.: (21) 3515-9400 E-mail: mpiacenti@kpmg.com.br	Moacyr Humberto Piacenti CPF: 174.394.988-01 Tel.: (21) 3515-9400 E-mail: mpiacenti@kpmg.com.br
c) Data da contratação dos serviços	12.09.2011	31.03.2010	08.05.2009
d) Descrição dos serviços contratados	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (individuais e consolidadas).	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (individuais e consolidadas) e Revisão especial das Informações Trimestrais, e auditoria para fins da oferta pública de distribuição de ações.	Serviços de auditoria das demonstrações contábeis da Companhia (individuais e consolidadas) e Revisão especial das Informações Trimestrais. Não houve prestação de outros serviços além dos relacionados à auditoria externa
e) Substituição do auditor	Não houve	Não houve	Não houve
i) Justificativa da substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável
ii) Razões do auditor em discordância da justificativa da Companhia para sua substituição	Não aplicável	Não aplicável	Não aplicável

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras - Consolidado

(Reais)	Exercício social (31/12/2011)	Exercício social (31/12/2010)	Exercício social (31/12/2009)
Patrimônio Líquido	-80.732,00	324.492,00	445.351,00
Ativo Total	1.551.053,00	1.615.462,00	727.663,00
Rec. Liq./Rec. Intermed. Fin./Prem. Seg. Ganhos	168.827,00	28.354,00	0,00
Resultado Bruto	37.880,00	-20.466,00	0,00
Resultado Líquido	-358.327,00	-123.876,00	-45.655,00
Número de Ações, Ex-Tesouraria (Unidades)	2.224.768	2.224.768	2.004.095
Valor Patrimonial de Ação (Reais Unidade)	0,036288	0,145854	0,207308
Resultado Líquido por Ação	-160,000000	-56,000000	-23,000000

3.4 - Política de destinação dos resultados

3.4 Política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais:

Exercício encerrado em 31/12/2011

O Estatuto Social da Companhia prevê que a retenção do lucro líquido remanescente, após as seguintes deduções, deverá obedecer a seguinte ordem: **(a)** 5% , no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **(b)** de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos, tendo como limite o integral valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis; **(c)** de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da Companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

Exercício encerrado em 31/12/2010

O Estatuto Social da Companhia prevê que a retenção do lucro líquido remanescente, após as seguintes deduções, deverá obedecer a seguinte ordem: **(a)** 5%, no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; **(b)** de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos, tendo como limite o integral valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis; **(c)** de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da Companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas.

3.4 - Política de destinação dos resultados

Exercício encerrado em 31/12/2009

O Estatuto Social da Companhia prevê que a retenção do lucro líquido remanescente, após as seguintes deduções, deverá obedecer a seguinte ordem: (a) 5%, no mínimo, para constituição de reserva legal, até atingir 20% do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido do montante das reservas de capital, de que trata o parágrafo 1º do artigo 182 da Lei das S.A., exceder 30% do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal; (b) de 5% a 50% para constituição da Reserva para Resgate de Ações Preferenciais e/ou Pagamento de Dividendos, tendo como limite o integral valor do resgate das ações preferenciais resgatáveis; (c) de 5% a 75% para constituição de uma Reserva de Investimentos e Capital de Giro, destinada ao financiamento das operações e investimentos da Companhia e de suas sociedades controladas ou coligadas, sendo que a reserva tem por finalidade assegurar investimentos em bens do ativo permanente ou acréscimos do capital de giro, inclusive através de amortização de dívidas, independentemente das retenções de lucro vinculadas ao orçamento de capital, e seu saldo poderá ser utilizado na absorção de prejuízos, sempre que necessário, na distribuição de dividendos, a qualquer momento, em operações de resgate, reembolso ou compra de ações, autorizadas por lei, ou em incorporação ao capital social, inclusive mediante bonificações em ações novas. Na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2010, a Companhia não distribuiu dividendos nem reteve lucros em face do prejuízo registrado no balanço levantado em 31.12.2009.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas

3.6 Dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores:

Não houve no exercício social encerrado em 31.12.2011 distribuição de dividendos declarados à conta de lucros retidos ou reservas constituídas em exercícios sociais anteriores.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
31/12/2011	1.631.785.000,00	Índice de Endividamento	2.021,23000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Exercício social (31/12/2011)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	123.509.015,41	235.125.573,61	134.606.873,29	735.558.004,88	1.228.799.467,19
Quirografárias	234.190.980,08	13.398.000,00	155.396.191,77	0,00	402.985.171,85
Total	357.699.995,49	248.523.573,61	290.003.065,06	735.558.004,88	1.631.784.639,04
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9 Outras informações relevantes:

As informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1 Fatores de risco que podem influenciar a decisão de investimento em valores mobiliários de emissão da Companhia:

a) Com relação à Companhia.

Poderemos não ser capazes de alcançar todos os resultados, estimativas e projeções contidas neste Formulário de referência, e nem mesmo conseguir programar integralmente nossos projetos ou estratégia de negócios.

A implementação de nossos projetos e das nossas estratégias de negócios e, conseqüentemente, o sucesso de nossas operações depende de diversos fatores tais como (i) o crescimento do setor elétrico brasileiro; (ii) regulação e fiscalização da Aneel; (iii) precisão de nossas projeções e estimativas com relação aos nossos projetos; (iv) implementação de nossos projetos, sem atrasos, a fim de não incorrerem em multas ou penalidades impostas pela Aneel; (v) capacidade de execução de nossos fornecedores; (vi) nossa capacidade de superar nossos competidores; (vii) obtenção de recursos financeiros necessários para a manutenção e o desenvolvimento de nossos projetos; (viii) contínuo investimento em infraestrutura para a manutenção e elevação da nossa eficiência operacional; (ix) expansão geográfica e orgânica; e (x) obtenção de licenças governamentais. Não podemos assegurar que seremos capazes de alcançar todos os resultados, estimativas e projeções contidas neste formulário de referência, como também se teremos sucesso na implementação total ou em parte, de nossos projetos e estratégias. Caso não tenhamos êxito, poderemos ser negativamente afetados, o que poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos resultados operacionais.

Algumas de nossas controladas encontram-se em fase pré-operacional e são dependentes do suporte financeiro de nossos acionistas e/ou terceiros até que suas operações se tornem rentáveis, o que torna nosso desempenho futuro incerto.

Somos uma empresa constituída recentemente e grande parte de nossas controladas não possuem histórico operacional. Portanto, estamos sujeitos a riscos, despesas e incertezas associados à implementação do nosso plano de negócios, que não são enfrentados, normalmente, por empresas mais maduras. Nesse contexto, poderemos incorrer em prejuízos significativos, dado às incertezas relativas à natureza, ao escopo e aos resultados das nossas atividades futuras. Por algumas de nossas controladas encontrarem-se em fase pré-operacional, somos dependentes do suporte financeiro de nossos acionistas e/ou terceiros até que nossas operações se tornem rentáveis.

Parte de nossa estratégia de negócios envolve a participação em processos licitatórios, onde não podemos assegurar que seremos os vencedores de tais leilões.

Como parte de nossa estratégia de negócios, apresentaremos nossos projetos de geração de energia elétrica para habilitação nos leilões de venda de energia que são realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e Empresa de Pesquisa Energética - EPE, com periodicidade anual. Os leilões de energia têm como objetivo promover a construção de empreendimentos de geração de energia elétrica e a ampliação da capacidade de empreendimentos já existentes de forma a atender ao crescimento projetado de consumo dos consumidores, contratando energia proveniente de diversas fontes (como térmica, hidráulica e eólica) ao menor custo possível para estes consumidores. Nesses leilões, contratos de suprimento de energia de longo prazo (entre 15 e 30 anos) são firmados com os vencedores. Não podemos assegurar que seremos capazes de ofertar os melhores preços nos leilões de energia de forma a vencê-los. Se o Governo Federal não realizar novos leilões ou se, por qualquer motivo, não formos vencedores destes ou ainda, as aquisições de novos projetos não corresponderem as nossas projeções e estimativas, nossa estratégia de crescimento poderá ser negativamente impactada.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A implementação e execução de nosso plano de negócios, exigirá alto investimento em capital fixo.

A conclusão de nossos projetos exige alto investimento em capital fixo e demandará montante substancial de recursos financeiros. De acordo com nossa estratégia de negócios, preferencialmente buscaremos financiamento junto a instituições de fomento, para o desenvolvimento de nossas atividades, (tais como: BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social e o BNB – Banco do Nordeste do Brasil). Esses financiamentos são, normalmente, mais atrativos, porque suas condições para prazo de pagamento e para taxas de juros são mais favoráveis do que aquelas ofertadas por bancos privados. Opcionalmente, poderemos captar recursos via emissão de valores mobiliários, conforme condições de mercado, ou via financiamentos de bancos privados nacionais ou internacionais.

Nossa capacidade de captação de recursos dependerá de nossa rentabilidade futura, bem como da conjuntura política e econômica do país. Os riscos associados ao financiamento de nossos projetos envolvem a disponibilidade ou não dos recursos necessários, que poderão sofrer restrições dadas às condições financeiras e patrimoniais da companhia. Caso haja, a necessidade de financiamentos futuros, e se estiverem disponíveis, poderemos incorrer em relevantes despesas com juros e amortização, que poderão reduzir nossa receita para financiar futuras aquisições e expansões

A restrição à captação de recursos em condições aceitáveis à nossa empresa, assim como os riscos com a elevação de nossa alavancagem financeira, caso incorramos em endividamento adicional, poderá ter um efeito adverso sobre nossos resultados financeiros, podendo nos forçar à vender nossos ativos ou reestruturar nossas dívidas, sendo que qualquer um desses eventos poderia afetar adversamente nosso negócio e nossa situação financeira.

Nossos instrumentos financeiros contêm obrigações em seus contratos, e qualquer caso de inadimplência no cumprimento dessas obrigações pode afetar adversamente nossa condição financeira e nossa capacidade de operar nossos negócios.

Como parte de nossa estratégia, para implementação e manutenção de nossos projetos, utilizamos instrumentos financeiros para captação de recursos. Todos contêm obrigações em seus contratos, dos quais muitos exigem manutenção de determinados níveis financeiros ou cumprimento de condições operacionais e outras obrigações. Na eventualidade de inadimplência com relação às obrigações contidas nos contratos desses instrumentos financeiros, os detentores da dívida poderão exigir o pagamento antecipado dos valores pendentes e do principal.

Dessa maneira, nossos ativos e fluxo de caixa podem não ser suficientes para quitar integralmente os valores, podendo ser necessário uma repactuação da dívida. Esse evento pode afetar de forma adversa nossa condição financeira e nossa capacidade de operar nossos negócios.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

A construção de nossas usinas está sujeita a riscos que poderão impactar adversamente nossos negócios.

A construção de nossas usinas requer, dentre outros fatores, a elaboração de um projeto adequado e bem dimensionado, aquisição ou arrendamento de imóveis, obtenção de licenças e autorizações governamentais, contratação de prestadores de serviços qualificados e compra de equipamentos modernos apropriados. Todos esses fatores envolvem riscos tais como: (i) impossibilidade na obtenção de sites para construção e dificuldade na aquisição ou arrendamento de imóveis; (ii) atrasos na obtenção das licenças e autorizações necessárias para a construção dos empreendimentos; (iii) falta de mão de obra qualificada e (iv) atraso na entrega dos equipamentos comprados. Na hipótese de algum desses riscos virem a se tornar um efetivo problema, poderá haver um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

Atrasos na operação comercial e problemas na expansão de nossas centrais geradoras de energia elétrica podem afetar nossos negócios e resultados operacionais de maneira adversa.

Podemos incorrer em atrasos inesperados na operação comercial de nossas usinas, como também enfrentar dificuldades na expansão de nossas centrais geradoras de energia elétrica, devido a alguns fatores, incluindo: (i) problemas de engenharia; (ii) litígios com contratados e subcontratados; (iii) dificuldade na renovação das licenças de instalação e de operação das usinas, (iv) escassez ou aumento substancial do preço do combustível; (v) falta de recursos financeiros para custear gastos excedentes; (vi) falha na comercialização de energia elétrica e (vii) descumprimento do cronograma de entrega da energia contratada, que não estão sob nosso controle.

Dificuldades em iniciar a comercialização da energia elétrica, podem afetar o início da geração de fluxo de caixa, como também gerar custos excedentes, o que poderia afetar de maneira significativa e adversa nossos negócios, resultados operacionais e situação financeira. Além disso, poderemos estar sujeitos a sanções dos órgãos reguladores, incluindo, dentre outras, advertências, multas, embargos e interdições.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Podemos ser responsáveis por perdas e danos causados a terceiros, inclusive danos ambientais, sendo que os seguros contratados podem ser insuficientes para cobrir tais perdas e danos.

Poderemos ser responsabilizados por perdas e danos causados a terceiros. Não podemos garantir que nossas apólices de seguro serão suficientes em todas as circunstâncias ou contra todos os riscos. A ocorrência de um sinistro significativo não segurado ou indenizável, parcial ou integralmente, ou a não observância de nossos subcontratados em cumprir obrigações indenizatórias assumidas perante a Companhia ou em contratar seguros, pode ter um efeito adverso para nós. Além disso, não podemos assegurar que seremos capazes de manter apólices de seguro a taxas comerciais razoáveis ou em termos aceitáveis no futuro. Estes fatores podem gerar um efeito adverso sobre nossos negócios e nossa condição financeira.

Ademais, as atividades do setor de energia podem causar significativos impactos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe responsabilidade objetiva àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental e, portanto, o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados independe de dolo ou culpa. O pagamento de indenizações ambientais substanciais ou despesas relevantes incorridas para custear a recuperação do meio ambiente poderá impactar financeiramente sobre nossas receitas e resultados operacionais, assim como nossos planos de investimento em outras áreas.

Não somos proprietários das terras dos empreendimentos sob os quais estão sendo e/ou serão instaladas nossas centrais geradoras de energia elétrica, e nesses casos, firmamos contratos de arrendamento com os diversos detentores dessas terras. Eventuais discussões com detentores das áreas podem impactar nossos negócios.

Em especial nossos parques eólicos, localizados no Rio Grande do Norte, situam-se em área de histórico conflito fundiário, ora com superposição de titulação sobre uma mesma área, ora com posseiros, com relação aos quais estamos sujeitos a certos riscos.

Não somos proprietários das terras de todos os empreendimentos sob os quais serão instaladas nossas centrais geradoras de energia elétrica, dessa maneira, firmamos contratos de arrendamento com os diversos detentores dessas terras. Poderemos não ser capazes de cumprir na integralidade os cronogramas avançados por nossas outorgas em decorrência de eventuais discussões com os detentores de algumas das áreas de nossos empreendimentos, podendo impactar negativamente em nossa rentabilidade.

Em casos de litígios com os detentores de tais áreas, poderemos não conseguir instalar nossas usinas nos imóveis inicialmente planejados, e sendo provável necessário buscar outros imóveis para a instalação das mesmas. A eventual impossibilidade de (i) instalação das nossas usinas nos locais e nos termos inicialmente planejados; ou (ii) aquisição/ocupação de outros terrenos adequados para a instalação de nossas usinas em termos e condições satisfatórios para nós, poderá causar um impacto negativo relevante sobre nossos negócios e resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Poderão ocorrer falhas na instalação de nossa infraestrutura logística.

A infraestrutura logística por nós planejada é estratégica e essencial para a condução de nossos negócios durante as fases de construção e operação de nossos projetos. Na hipótese de ocorrerem interrupções, falhas ou atrasos na implementação da nossa infraestrutura logística, nossas usinas poderão ser menos eficientes, o que poderá ter um efeito relevante negativo para os nossos negócios, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Processos Judiciais ou Administrativos poderão ter um considerável efeito negativo sobre a Companhia.

A Companhia é parte em alguns processos judiciais e administrativos. Não podemos assegurar que no curso normal dos nossos negócios, não incorreremos, em outros processos, envolvendo, dentre outras questões: (i) tributárias, (ii) regulatórias, (iii) ambientais, (iv) cíveis e (v) trabalhistas. Adicionalmente, uma decisão desfavorável à empresa envolvendo valores monetários significativos em um ou mais desses processos poderá ter impacto negativo sobre os seus resultados e condição financeira.

b) Com relação ao seu controlador, direto ou indireto, ou grupo de controle.

O interesse dos nossos acionistas controladores poderá conflitar com o interesse dos demais acionistas.

Nossos acionistas controladores têm poderes para, dentre outros, eleger a maioria dos membros do Conselho de Administração e determinar o resultado de qualquer deliberação que exija a aprovação de acionistas, inclusive operações com partes relacionadas, reorganizações societárias, alienações e políticas de dividendos. Os interesses de nossos acionistas controladores poderão diferir ou conflitar com os interesses de nossos acionistas minoritários.

c) Com relação aos seus acionistas.

Não aplicável.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

d) Com relação às suas controladas e coligadas.

A Companhia e suas subsidiárias podem ser responsabilizadas por dívidas trabalhistas das suas contratadas.

Caso as empresas terceirizadas que prestam serviços à Companhia e às suas subsidiárias não atendam às exigências da legislação trabalhista, a Companhia e suas subsidiárias podem ser consideradas solidárias ou subsidiariamente responsáveis pelas dívidas trabalhistas destas empresas, podendo, ainda, serem autuadas e/ou obrigadas a efetuarem o pagamento de multas impostas pelas autoridades competentes. Na hipótese de virmos a ser responsabilizados por estas demandas, poderemos sofrer um efeito adverso em nossas atividades.

A participação da Companhia em sociedades de propósito específico cria riscos adicionais, incluindo possíveis problemas no relacionamento financeiro e comercial com seus parceiros.

A Companhia investe em sociedades de propósito específico (SPE) em conjunto com outras sociedades. Os riscos inerentes às sociedades de propósito específico incluem a potencial falência dos parceiros de suas sociedades de propósito específico e a possibilidade de interesses econômicos ou comerciais divergentes ou incompatíveis entre a Companhia e seus parceiros. Caso um parceiro da sociedade de propósito específico não cumpra suas obrigações ou fique financeiramente impossibilitado de arcar com sua parcela dos aportes de capital necessários, a Companhia poderá ser obrigada a efetuar investimentos adicionais ou a prestar serviços adicionais para compensar a falta de aportes por seu parceiro. Ainda, os sócios de uma sociedade de propósito específico poderão ser responsabilizados por obrigações da SPE em determinadas áreas, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente, incluindo questões fiscais, trabalhistas, proteção ao meio ambiente e consumidor. Tais eventos poderão impactar adversamente os negócios da Companhia.

e) Com relação aos seus fornecedores.

Compramos equipamentos nacionais e importados e contratamos serviços terceirizados para a construção, operação e manutenção de nossos empreendimentos. Caso os equipamentos não sejam entregues a contento ou os serviços não sejam executados de acordo com as especificações e padrões mínimos relativos a cada empreendimento, poderemos sofrer um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

A construção de nossos empreendimentos, assim como sua operação e manutenção, é feita através da contratação de fornecedores com reputação e idoneidade dentro do cenário empresarial brasileiro. O fornecimento dos equipamentos principais e auxiliares é feito por fornecedores de renome nacional e internacional. O fornecimento e a prestação de serviços com qualidade eventualmente abaixo da prevista poderá gerar o não cumprimento de condições declaradas ao Poder Concedente e provocar desgaste acelerado de ativos de geração elétrica, acarretando custos adicionais e a diminuição da receita projetada, podendo causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais. O mesmo poderá acontecer no caso de suspensão ou ruptura imprevista dos contratos de fornecimento de equipamentos ou de prestação de serviços.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Caso nossos fornecedores de produtos e serviços sofram impacto conjuntural, administrativo ou financeiro que afetem a entrega dos produtos ou serviços contratados, poderá haver um impacto adverso em nossas receitas e resultados operacionais.

Problemas conjunturais, administrativos ou financeiros ocorridos nas empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados, podem levar a um impacto no resultado dos empreendimentos, tanto pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos, como pela dificuldade em contratar novos fornecedores.

Caso os pagamentos devidos aos nossos fornecedores de produtos e serviços sejam interrompidos, poderá haver impactos negativos em nossas receitas e resultados operacionais.

O não cumprimento do calendário de pagamento às empresas contratadas, que afetem de forma definitiva a entrega dos produtos ou serviços contratados, pode levar ao descumprimento dos cronogramas descritos em nossos contratos, além de levar a um impacto importante no resultado dos empreendimentos, pela possibilidade de suspensão ou interrupção dos fornecimentos.

Faz parte de nossas operações a compra regular de combustível para utilização em nossas centrais termelétricas. Caso o fornecimento desse combustível não seja cumprido, ou seja, interrompido, poderá haver impactos negativos em nossas receitas e resultados operacionais.

O não cumprimento dos contratos de fornecimento de combustível firmados entre a Companhia, suas controladas e seus respectivos fornecedores, que estejam correlacionadas diretamente com a operação de nossas unidades, pode impactar de forma adversa e relevante o resultado dos empreendimentos.

Caso não sejamos capazes de obter o combustível necessário para o funcionamento de nossas centrais termelétricas nossa situação financeira e nossos resultados operacionais poderão ser adversamente afetados.

Nossas centrais termelétricas dependem de combustível para seu funcionamento e produção de energia elétrica. Não podemos assegurar que seremos capazes de obter contratos de longo prazo que nos assegurem todo o combustível que precisaremos para o regular funcionamento de nossas usinas térmicas. Caso não sejamos capazes de obter o combustível para o funcionamento de nossas usinas térmicas na quantidade necessária, as atividades de nossas usinas térmicas poderão ser paralisadas temporariamente, prejudicando os nossos negócios e o cumprimento de nossos contratos.

Caso nossos prestadores de serviço causem dano ambiental, podemos ser responsabilizados na esfera civil, solidariamente, por sua reparação.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que a responsabilidade civil pela degradação e pelos danos causados ao meio ambiente é objetiva e solidária, de modo que, independe da culpa, alcança todos aqueles direta e indiretamente relacionados com o dano. Diante disso, poderemos ser responsabilizados, independentemente de culpa ou dolo, por danos ao meio ambiente causados por um de nossos terceirizados no exercício de atividades relacionadas a nossos empreendimentos e atividades – como, por exemplo, no caso de dano ambiental relacionado com a destinação final de nossos resíduos. Caso sejamos considerados responsáveis por reparação ao meio ambiente, e se as medidas necessárias para tal reparação envolverem valores substanciais, nossas operações e resultados poderão ser relevante e negativamente impactados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

f) Com relação aos seus clientes.

Nossos empreendimentos têm contratos de compra e venda de energia (Power Purchase Agreements - PPAs) advindos das distribuidoras de energia elétrica e da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. O atraso ou não cumprimento da agenda de pagamentos dos serviços prestados, por parte das contratantes, poderá trazer redução das receitas dos empreendimentos, causando impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

O atraso ou o não cumprimento das obrigações dos contratos bilaterais por parte das contratantes, distribuidoras de energia elétrica e da Eletrobrás, e a consequente redução de receita dos empreendimentos, pode afetar de forma negativa e significativa as nossas receitas e resultados operacionais.

g) Com relação ao setor de atuação.

Nossas operações estão sujeitas à fiscalização do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Nossos empreendimentos de geração de energia elétrica, em especial os empreendimentos de geração de energia eólica, estão localizados em áreas com possível existência de itens de interesse arqueológico e histórico. Caso seja confirmado o interesse arqueológico dessas áreas, deveremos realizar o monitoramento e o resgate dos respectivos objetos, sob pena de sermos autuados pelo IPHAN e nossas atividades serem embargadas.

Mudanças nos subsídios fiscais existentes ou futuramente, poderão ter efeito negativo relevante sobre nossos resultados.

Certos benefícios fiscais e tributários (diferimento, isenção ou outros) que beneficiariam a Companhia podem não se efetivar, em especial em relação ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, por parte dos Estados nos quais os projetos da Companhia se localizam. No caso da concessão destes benefícios fiscais e tributários não se efetivar, as estimativas econômico-financeiras da Companhia também podem não se concretizar, bem como pode haver a necessidade de desembolsos não previstos, fato que poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

Nossos projetos foram elaborados com base em estudos de viabilidade de demanda de energia elétrica no Brasil que, casos não se verificarem, poderá impactar adversamente a execução de nossos projetos e resultados.

Nossos projetos foram elaborados com base em estudos de viabilidade da demanda de energia elétrica no Brasil os quais não podemos assegurar que tal demanda de fato ocorrerá. Caso esta demanda não se verifique, ou seja, menor ao valor que estimamos, poderá haver um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nosso crescimento por meio de licitações poderá ser negativamente afetado por futuras ações governamentais ou políticas relacionadas a outorgas das centrais de geração de energia elétrica no Brasil.

Nos editais de licitação para outorga de concessões, o Poder Concedente impõe certas exigências a todos os participantes de licitações para novas concessões, incluindo requisitos mínimos como indicadores da estabilidade financeira do participante e/ou de seus acionistas. Não podemos assegurar que seremos capazes de satisfazer todos os requisitos necessários para receber a outorga de novas concessões ou participar de novos processos licitatórios. As concessões de uso de recursos públicos, como da água utilizada pelas hidrelétricas para geração de energia, podem estar sujeitas a níveis variados de influência política, que poderemos não ser capazes de suportar. As regras para a licitação de concessões de usinas de geração estão sujeitas a alterações, tanto no âmbito federal quanto estadual. Não podemos assegurar que os processos licitatórios relativos a novas usinas de geração de energia irão de fato ocorrer. Caso tais licitações não ocorram, ou venham a ser colocadas em termos que não sejam economicamente viáveis ou atrativas para nós, a expansão e diversificação do atual parque gerador poderá sofrer alterações negativas e, conseqüentemente, impactar de forma adversa nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Consumidores de energia no Ambiente de Contratação Regulada – ACR e no Ambiente de Contratação Livre – ACL podem reduzir a demanda inicialmente contratada. Poderemos não conseguir vender toda nossa capacidade de geração de energia em ambos os ambientes.

De acordo com nossa estratégia de negócios, venderemos energia elétrica tanto no ACR, por meio de leilões públicos, quanto no ACL. Pela Lei nº 10.848/04 – Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, as distribuidoras adquirentes de energia negociada no ACR podem reduzir o montante de energia contratada nos seguintes casos: (i) compensação pela saída de consumidores potencialmente livres do ACR para o ACL; (ii) desvios das estimativas de demanda elaboradas pelas distribuidoras, após dois anos da declaração de demanda inicial, sendo que neste caso a redução está limitada a 4% por ano do montante inicialmente contratado; e (iii) aumento dos montantes de energia adquiridos por meio de contratos firmados antes de março de 2004.

No ACL, a venda de energia é contratada livremente entre concessionárias de geração, produtores independentes, autoprodutores, comercializadores de energia elétrica, importadores de energia e consumidores livres. Nesse ambiente, os consumidores livres têm flexibilidade para reduzir um volume de aproximadamente 10% da energia originalmente contratada.

Caso as distribuidoras de energia elétrica e os consumidores livres que venham a adquirir energia de nossas usinas decidam reduzir o montante de energia contratada, nossos negócios e operações poderão ser adversamente afetados. Adicionalmente, se não pudermos negociar a venda de toda nossa capacidade instalada total no ACR ou no ACL, poderemos ser compelidos a vender nossa capacidade excedente no mercado à vista, onde os preços estão sujeitos à significativa volatilidade. Se isso ocorrer em períodos em que os preços no mercado à vista estejam em baixa, poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossa estratégia de crescimento poderá ser prejudicada pela crescente concorrência no setor de energia elétrica brasileiro.

Nossa estratégia de crescimento envolve a expansão de nossos negócios em novos empreendimentos de geração, submetidos ao processo de autorização outorgada pela ANEEL. Esta atividade poderá ser prejudicada pela crescente concorrência na realização de estudos e solicitação de autorização para execução de projetos. Além disso, é impossível assegurar que teremos sucesso em aproveitar quaisquer dessas oportunidades de crescimento, uma vez que enfrentamos uma crescente concorrência na indústria de geração de energia elétrica por parte de empresas estatais e privadas. Considerando que a obtenção desses novos negócios depende de fatores alheios a nosso controle, é impossível assegurar que teremos sucesso em todas as oportunidades de crescimento que procuraremos explorar neste segmento. Nossa eventual incapacidade de implementar nossa estratégia de crescimento poderá causar um efeito adverso sobre nós.

Nossas autorizações podem ser revogadas a qualquer tempo pelo poder concedente quando o interesse público assim o exigir. Além disso, nossas autorizações também poderão ser extintas: (i) se deixarmos de prestar serviços por mais de 30 dias consecutivos, não tendo apresentado uma alternativa aceitável pela ANEEL e pelo ONS ou, ainda, (ii) caso seja decretada nossa falência ou dissolução.

Caso nossos termos de autorização sejam extintos pela ANEEL, teremos direito de receber indenização pelos investimentos realizados, desde que previamente autorizados e ainda não amortizados, conforme apurado por auditoria da própria ANEEL. Contudo, essa indenização poderá não ser suficiente para recuperarmos o valor integral de nossos investimentos. A extinção ou revogação antecipada pela ANEEL das nossas autorizações e, ainda, o eventual não recebimento de indenização suficiente pelos investimentos realizados poderá nos causar um efeito adverso.

h) Com relação à regulação do setor de atuação.

Nossas atividades são reguladas pela ANEEL e pelo Ministério de Minas e Energia - MME, que têm poderes para impor penalidades e intervir nas sociedades detentoras de concessões e autorizações.

De acordo com a legislação em vigor, a ANEEL é responsável, dentre outras obrigações, pela regulamentação e fiscalização do setor elétrico. Assim, as autorizações e concessões que obtivermos no âmbito de nossas operações estarão sujeitas à regulamentação emanada do MME, ANEEL e outras entidades setoriais. Na hipótese de eventualmente descumprirmos nossas obrigações decorrentes de tal regulamentação, a ANEEL poderá intervir em nossas operações para assegurar a adequada exploração do parque gerador e o cumprimento das normas aplicáveis, e/ou nos impor, de acordo com a gravidade da infração, as seguintes penalidades: (i) advertência; (ii) multa; (iii) embargos ou restrições à construção de novas obras e equipamentos; (iv) suspensão temporária de participação em processos de licitação de novas concessões e autorizações; e/ou (v) caducidade da concessão ou autorização. A intervenção da ANEEL em nossas atividades ou a imposição de penalidades pela ANEEL poderá causar um impacto adverso na nossa situação financeira e resultados operacionais.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Alterações na legislação referente ao setor elétrico podem impactar negativamente os negócios da Companhia.

Em 15.03.2004, foi promulgada a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, que promoveu profundas mudanças no setor, dentre as quais destacamos: (i) as regras relativas à compra e a venda de energia elétrica realizada entre as sociedades geradoras, concessionárias, permissionárias e autorizadas atuantes no setor, (ii) as regras para a licitação de empreendimentos de geração, (iii) a criação da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE e novos órgãos setoriais; e (iv) alteração nas competências do MME e da ANEEL. De acordo com a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico, compete à ANEEL e ao MME regulamentarem o setor de energia elétrica no Brasil por meio de decretos, resoluções e outros atos normativos.

A alteração da regulamentação do setor elétrico no Brasil, seja pela introdução de novas leis, pelo julgamento das ações de inconstitucionalidade envolvendo a Lei do Novo Modelo do Setor Elétrico ou pela edição ou alteração de normas pela ANEEL e/ou pelo MME, pode afetar nossas estratégias de negócio e o setor em que atuamos, assim como causar um impacto adverso na nossa situação financeira e nos nossos resultados operacionais.

Poderemos incorrer em custos significativos para cumprir com eventuais alterações na regulação ambiental.

Procuramos cumprir integralmente com todas as disposições de leis e regulamentos atualmente aplicáveis às nossas atividades e possuímos todas as licenças ambientais necessárias para o desenvolvimento de nossas atividades. No entanto, qualquer incapacidade de cumprir com qualquer dessas disposições poderá nos sujeitar à imposição de penalidades, desde advertências até sanções relevantes, ao pagamento de indenizações em valores significativos, à revogação de licenças ambientais ou suspensão da atividade comercial de usinas geradoras sob nosso controle, o que poderá causar um efeito adverso sobre nós. Além disso, o Governo Federal e os governos dos Estados onde atuamos poderão, no futuro, adotar regras mais estritas aplicáveis às nossas atividades. Por exemplo, essas regras poderão, no limite, exigir investimentos adicionais na mitigação do impacto ambiental de nossa atividade, bem como na recomposição de elementos dos meios bióticos e/ou geológicos das regiões onde atuamos nos levando a incorrer em custos significativos para cumprir com tais regras, podendo causar um efeito adverso sobre nós.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Nossas operações e instalações estão sujeitas à regulamentação ambiental, no âmbito federal, estadual e municipal, cuja inobservância poderá nos sujeitar a sanções relevantes.

As nossas atividades estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais nas esferas federal, estadual e municipal, incluindo exigências de licenciamento ambiental para instalação e operação de nossas centrais, visando à proteção da saúde e do meio ambiente. O cumprimento dessa legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas por eventual inobservância dessas normas.

A inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para nossos empreendimentos e atividades, e na hipótese de disposição irregular de resíduos que causem poluição ou dano à saúde humana, podem implicar a imposição de sanções penais, previstas na Lei Federal nº 9.605/98, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. Além disso, os órgãos ambientais poderão fazer exigências adicionais com relação às operações da companhia.

Todas essas sanções e exigências podem ocasionar a perda de incentivos fiscais e a suspensão parcial ou total de nossas atividades, além de ter impacto negativo em nossas receitas e resultados operacionais, ou ainda afetar adversamente a implantação e operação de nossos empreendimentos.

i) Com relação aos países estrangeiros

Não aplicável.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco

4.2 Expectativas de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes:

A Companhia monitora constantemente os riscos dos seus negócios e que possam impactar de forma adversa suas operações e seus resultados, inclusive mudanças no cenário macroeconômico e setorial que possam influenciar suas atividades, analisando índices de preços e de atividade econômica, assim como a oferta e demanda de energia elétrica. Atualmente, a Companhia não identifica cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3 Processos judiciais, administrativos e arbitrais em que a Companhia ou suas controladas são parte, são relevantes para seus negócios e não estão sob sigilo:

D) Tributários

Exceto pelo disposto no item 4.6 infra, a Companhia e suas controladas não estão sujeitas a processos judiciais ou procedimentos administrativos tributários relevantes.

II) Trabalhistas

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a processos judiciais ou procedimentos administrativos trabalhistas relevantes.

III) Processos Cíveis

Processo n.º 0008988-59.2011.4.01.0000/DF (Agravo de Instrumento)	
a. Juízo	Tribunal Regional Federal da Primeira Região
b. Instância	2ª instância
c. Data do Protocolo	16/02/2011
d. Partes no Processo	Consórcio Santa Rita de Cássia (representado por sua consorciada líder, Multiner S/A) X ANEEL e CCEE.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Aplicação de penalidades pela ANEEL e CCEE (aporte de lastro), e rescisão dos CCEARs (sendo o valor estimado da rescisão atualizado para esta data, em aproximadamente R\$ 63.445.000,02).
f. Principais Fatos	Em razão do atraso na construção e disponibilidade da Subestação Santa Rita, de propriedade da CHESF, foi solicitada a alteração da localização do empreendimento para o Município de Messias, em Alagoas. O pleito está sob análise da ANEEL, tendo sido obtida decisão liminar em 18/02/2011, garantindo a não aplicação de penalidades pela ANEEL e CCEE até que seja decidido o mérito da ação judicial pelo juízo de 1ª instância.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Aplicação de penalidades pela ANEEL e CCEE (aporte de lastro), e rescisão dos CCEARs
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2004801-21.2010.8.21.1001	
a. Juízo	1ª Vara Cível do Foro Regional 4º Distrito – Comarca de Porto Alegre - RS
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	Agosto/2010
d. Partes no Processo	Medabil Sistemas Construtivos S/A x Multiner S/A e Termelétrica Itapebi S/A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 2.120.000,00 (dois milhões, cento e vinte mil reais)
f. Principais Fatos	A Medabil Sistemas Construtivos S/A ajuizou em face da Multiner S/A e da Termelétrica Itapebi S/A ação de cobrança visando o pagamento de valores referentes à contratação de estruturas metálicas a serem utilizadas na construção da Unidade Termelétrica. As rés ofereceram defesa, alegando, em síntese, que discordam dos cálculos da autora, tendo em vista pagamentos já efetuados, bem como equipamentos não entregues. Multiner e Itapebi ajuizaram, ainda, exceção de incompetência, sob o argumento de que o foro no qual a ação foi proposta não seria competente para a sua apreciação e julgamento. A exceção foi julgada procedente. Aguarda-se prazo de eventual recurso.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	As rés terão que pagar o valor cobrado.
i. Valor provisionado se houver provisão	O valor da causa

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo nº 2011.01.1.225753.2	
a. Juízo	18ª Vara Cível da Circunscrição Judiciária de Brasília – Distrito Federal
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	02/12/21
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S/A X Amazonas Energia S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais)
f. Principais Fatos	Em razão do atraso na operação comercial da UTE Cristiano Rocha, em 25/10/2011, a Amazonas Energia informou que aplicaria multa contratual, mediante glosa na fatura vincenda. A RAESA propôs ação de conhecimento com pedido liminar, para suspender a exigibilidade da cláusula penal moratória, considerando que o atraso da entrada em operação comercial da UTE Cristiano Rocha foi justificado diante de eventos excludentes de sua responsabilidade, o que havia sido reconhecido pela própria AmE em manifestações formais anteriores.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor de 15 milhões de reais
i. Valor provisionado se houver provisão	15 milhões de reais

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

IV) Processos Administrativos

Somos parte em 09 (nove) procedimentos administrativos perante ANEEL. Entretanto, dos mencionados processos, apenas quatro procedimentos foram considerados relevantes pela Cia, quais sejam:

- Processo nº 48500.002067/2009-11 - UTE Santa Rita de Cássia (Termelétrica Santa Rita de Cássia S/A); e
- Processo nº 48500.006531/2009 – UTE Cristiano Rocha (Rio Amazonas Energia S/A);
- Processo nº 48500.001948/2008 – UTE Termopower V (Termelétrica Termopower V S/A);
- Processo nº 48500.001947/2008 – UTE Termopower VI (Consórcio Termopower VI, formado pelas empresas Multiner S/A e A&G Energia e Empreendimentos Ltda);

Auto de Infração n.º 034/2010 – SFG	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG/ANEEL
c. Data do Protocolo	24.08.2010
d. Partes no Processo	Consórcio Santa Rita de Cássia (Multiner S.A. e Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda) x Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Aproximadamente R\$ 400.000,00 de multa, se não reconsiderada a infração pelas razões apresentadas pelo empreendedor.
f. Principais Fatos	O processo versa sobre o atraso no cronograma de implantação do empreendimento UTE Santa Rita de Cássia. Foi apresentada defesa em 09/09/2010, protocolada sob o nº 48513.028976/2010-00, elucidando as razões do atraso e solicitando a alteração de localização do empreendimento (do Município de Santa Rita de Cássia/PB para o Município de Messias/AL) e o reconhecimento da ausência de responsabilidade do agente pelo referido atraso. O processo está em trâmite e sob análise da ANEEL.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Multa a ser aplicada pelo agente regulador. Impossibilidade de alteração do local de implantação do empreendimento.
i. Valor provisionado se houver provisão	Vide item e.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

Processo n.º 48500.006531/2009	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	Diretoria Colegiada
c. Data do Protocolo	16/07/2009
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S/A (interessada)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Pedido de sub-rogação dos benefícios da CCC para a conversão da UTE Cristiano Rocha para gás natural
f. Principais Fatos	<p>A Conta de Consumo de Combustíveis – CCC é um encargo do Setor Elétrico brasileiro criado inicialmente para suportar os custos anuais da geração termelétrica nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, tendo sido bastante modificado pela legislação que se seguiu. Pelo modelo atual, instituído pela Lei nº 12.111/2009, a CCC tem como finalidade subsidiar a energia elétrica gerada nos Sistemas Isolados, exatamente pelo seu custo mais elevado, na tentativa de equiparar o valor das tarifas entre as regiões do país.</p> <p>Pela Lei nº 9.648/1998, com o objetivo de incentivar a geração de energia elétrica a partir de fontes alternativas, gás natural e eficientizar determinados empreendimentos, estabeleceu-se a sub-rogação da CCC, que se resume na possibilidade de um agente fazer jus à sistemática de reembolso da CCC mediante o enquadramento em uma das três hipóteses do art. 11, §4º, da mencionada lei, quais sejam: (i) aproveitamento hidrelétrico de que trata o inciso I do art. 26 da Lei no 9.427, de 26 de dezembro de 1996, ou a geração de energia elétrica a partir de fontes eólica, solar, biomassa e gás natural, que venha a ser implantado em sistema elétrico isolado e substitua a geração termelétrica que utilize derivado de petróleo ou desloque sua operação para atender ao incremento do mercado; (ii) empreendimento que promova a redução do dispêndio atual ou futuro da conta de consumo de combustíveis dos sistemas elétricos isolados. (Incluído pela Lei nº 10.438, de 2002); (iii) aproveitamento hidrelétrico com potência maior que 30 (trinta) MW, concessão já outorgada, a ser implantado inteiramente em sistema elétrico isolado e substitua a geração termelétrica que utiliza derivados de petróleo, com sub-rogação limitada a, no máximo, 75% (setenta e cinco por cento) do valor do empreendimento e até que a quantidade de aproveitamento sub-rogado atinja um total de 120 (cento e vinte) MW médios, podendo efetuar a venda da energia gerada para concessionários de serviço público de energia elétrica.</p> <p>Considerando que os equipamentos da UTE Cristiano Rocha (RAESA) serão convertidos ao gás natural devido a uma obrigação contratual prevista no contrato de fornecimento de energia celebrado com a Amazonas Energia, o presente</p>

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

	<p>processo foi iniciado em 16/07/2009, tendo por objeto o pleito da RAESA para sub-rogação dos benefícios da CCC, conforme preceitos legais expostos acima.</p> <p>O Processo foi à pauta da Reunião Pública da Diretoria da ANEEL em 07/09/2010, ocasião em que o Diretor Relator votou contra o pedido e um dos Diretores da ANEEL pediu vistas do processo.</p>
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A conversão da usina para o gás natural não será arcada com recursos da CCC.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5 Impactos em caso de perda e valores envolvidos em processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas são parte:

A Companhia e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que a companhia ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo n.º 48500.003594/2001-79	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	SCG – Superintendência de Concessões e Autorizações dos Serviços de Geração
c. Data do Protocolo	25/11/2011
d. Partes no Processo	New Energy Options Geração de Energia S/A x ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Cronograma de implantação da EOL Alegria II
f. Principais Fatos	Trata-se de pedido administrativo com vistas à prorrogação do cronograma de implantação da EOL Alegria II, com reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso na emissão da Licença de Instalação pelo IDEMA e atraso do Poder Público na regulamentação do PROINFA, com manutenção da usina no programa por meio de Termo Aditivo a ser assinado com a Eletrobras.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estejam sob sigilo e que, em conjunto, sejam relevantes, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros:

Processos Administrativos Regulatórios:

- Processo nº 48500.002067/2009-11 - UTE Santa Rita de Cássia; e
- Processo nº 48500.001948/2008 – UTE Termopower V;
- Processo nº 48500.001947/2008 – UTE Termopower VI;
- Processo nº 48500.001291/2008 – UTE Santa Rita de Cássia;
- Processo nº 48500.002067/2009-11 – UTE Pernambuco IV;
- Processo nº 48500.003594/2001-79 – New Energy;

Auto de Infração n.º 034/2010 – SFG	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração – SFG/ANEEL
c. Data do Protocolo	24.08.2010
d. Partes no Processo	Consórcio Santa Rita de Cássia [Multiner S.A. e Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda] x Agência Nacional de

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	Energia Elétrica – ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	aproximadamente R\$ 400.000,00 de multa se não reconsiderada a infração pelas razões apresentadas pelo empreendedor.
f. Principais Fatos	O processo versa sobre o atraso no cronograma de implantação do empreendimento UTE Santa Rita de Cássia. Foi apresentada defesa em 09/09/2010, protocolada sob o nº 48513.028976/2010-00, elucidando as razões do atraso e solicitando a alteração de localização do empreendimento [do Município de Santa Rita de Cássia/PB para o Município de Messias/AL] e o reconhecimento da ausência de responsabilidade do agente pelo referido atraso. O processo está em trâmite e sob análise da Aneel.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Multa a ser aplicada pelo agente regulador. Impossibilidade de alteração do local de implantação do empreendimento.
i. Valor provisionado, se houver provisão	vide item e.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo n.º 48500.001948/2008	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	Superintendência de Concessões e Autorizações dos Serviços de Geração – SCG / ANEEL
c. Data do Protocolo	15/06/11, sob o nº 48513.019863/2011-00
d. Partes no Processo	Consórcio Termopower V [Multiner S.A. e A&G Energia Empreendimentos Ltda] x Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Autorização para alteração do local de implantação da UTE Termopower V, do município de Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco, para o município de Santa Rita de Cássia, no estado da Paraíba.
f. Principais Fatos	Solicitada a alteração da localização do empreendimento, motivada pelo disposto no item (VI) do Despacho ANEEL nº 1.128/11, publicado em 08/04/11.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo n.º 48500.001947/2008	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	Superintendência de Concessões e Autorizações dos Serviços de Geração – SCG / ANEEL
c. Data do Protocolo	15/06/11, sob o nº 48513.019862/2011-00
d. Partes no Processo	Consórcio Termopower VI [Multiner S.A. e A&G Energia Empreendimentos Ltda] x Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Autorização para alteração do local de implantação da UTE Termopower V, do município de Cabo de Santo Agostinho em Pernambuco, para o município de Santa Rita de Cássia, na Paraíba.
f. Principais Fatos	Solicitada a alteração da localização do empreendimento, motivada pelo disposto no item (VI) do Despacho ANEEL nº 1.128/11, publicado em 08/04/11.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo n.º 48500.001291/2008	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	Diretoria Geral / ANEEL
c. Data do Protocolo	07/06/2011
d. Partes no Processo	Consórcio Santa Rita de Cássia (Multiner S.A. e Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda) x Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Obrigações da outorga
f. Principais Fatos	Trata-se de procedimento para prorrogação dos termos iniciais e finais dos CCEARs. A UTE Santa Rita de Cássia possui liminar que impede a aplicação de penalidades pela ANEEL e CCEE até decisão do Juízo de 1ª instância.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo n.º 48500.002067/2009-11	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	SFG – Superintendência de Fiscalização dos Serviços de Geração
c. Data do Protocolo	24/11/2011
d. Partes no Processo	Consórcio Pernambuco IV (Multiner S/A e A&G Energia Empreendimentos Ltda). Termo de Intimação nº 1.018/2011
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Revogação da outorga da UTE Pernambuco IV
f. Principais Fatos	Trata-se de procedimento fiscalizatório para revogação da outorga da UTE Pernambuco IV, em razão do descumprimento do cronograma previsto no ato de outorga.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Execução da Garantia de Fiel Cumprimento, no valor de R\$ 32 milhões
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo n.º 48500.003594/2001-79	
a. Juízo	Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL
b. Instância	SCG – Superintendência de Concessões e Autorizações dos Serviços de Geração
c. Data do Protocolo	25/11/2011
d. Partes no Processo	New Energy Options Geração de Energia S/A x ANEEL
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Cronograma de implantação da EOL Alegria II
f. Principais Fatos	Trata-se de pedido administrativo com vistas à prorrogação do cronograma de implantação da EOL Alegria II, com reconhecimento de excludente de responsabilidade pelo atraso na emissão da Licença de Instalação pelo IDEMA e atraso do Poder Público na regulamentação do PROINFA, com manutenção da usina no programa por meio de Termo Aditivo a ser assinado com a Eletrobras.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Não há
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

Processo n.º N/A	
a. Juízo	Eletrobras – Centrais Elétricas Brasileiras S/A
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	16/02/2011
d. Partes no Processo	NEW ENERGY OPTIONS GERAÇÃO DE ENERGIA S/A
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não há
f. Principais Fatos	Defesa administrativa apresentada perante a Eletrobrás, visando a não aplicação de penalidade pelo atraso de 121 dias na entrada em operação comercial da EOL Alegria I.
g. Chance de Perda	Possível

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Valor equivalente a quatro meses de faturamento.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há

Outras contingências relevantes:

Em 08.03.2010, a Companhia adquiriu participação relevante na 2007 Participações S.A., sociedade detentora de 99% das ações de emissão da companhia Rio Amazonas Energia S.A., tendo sido a transferência à Companhia de 67% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A., nos termos do “Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças” celebrado em 28.02.2008, anuída pela ANEEL em 30/11/2010, por meio da Resolução Autorizativa nº 2.628. No desempenho de suas atividades, a Rio Amazonas Energia S.A. adquire bens importados ou provenientes de outros Estados, destinados ao ativo permanente de seu estabelecimento operacional. Em decorrência dessas operações, a Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas – SEFAZ/AM com frequência vem emitindo notificações de cobrança relativas à antecipação do ICMS que seria devido na importação ou aquisição de mercadorias provenientes de outros Estados.

No entanto, a Rio Amazonas Energia S.A. entende que as mencionadas operações não estão sujeitas à incidência de ICMS de acordo com o que dispõe o inciso XI do artigo 4º do Decreto nº 20.686/99. Nesse sentido, a Rio Amazonas Energia S.A. vem apresentando pedidos de cancelamento das notificações para recolhimento de ICMS emitidas pela SEFAZ/AM. Nesse contexto, a Rio Amazonas Energia S.A. atualmente possui 9 notificações de cobrança de ICMS, que totalizam, em março de 2010, o montante de, aproximadamente, R\$705.000,00.

Adicionalmente, a Rio Amazonas Energia S.A. efetuou retificação de Declaração de Apuração Mensal do ICMS, gerando 2 processos administrativos com valor total aproximado de R\$700.000,00 relativo à diferença entre as declarações originais e retificadoras. A Rio Amazonas Energia S.A. entende que o mencionado valor não representa contingência fiscal embora conste nos cadastros da SEFAZ/AM e na Certidão Positiva de Débitos emitida por esse órgão.

A Rio Amazonas Energia S.A. é parte dos seguintes processos:

Processo nº 2008/06036754	
a. Juízo	Município de Manaus
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	25.09.2008
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A. Fazenda Municipal de Manaus
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 376.990,43 (ISS – exercício 2007)
f. Principais Fatos	Trata-se a auto de infração em razão da não retenção de ISS pela Rio Amazonas Energia S.A. A defesa se funda no fato de tal companhia não ser obrigada a reter o ISS na fonte. Apresentamos impugnação. O auto de infração foi julgado improcedente. Processo remetido ao Conselho de Contribuintes para julgamento do Recurso de Ofício. Em 18.02.2011 ocorreu a primeira sessão de julgamento do recurso de ofício pelo Conselho Municipal de Contribuintes. O julgamento ainda não foi concluído, em função do pedido de vista de um dos conselheiros. Assim, atualmente se aguarda a intimação da Companhia para comparecimento à continuação do julgamento ou para esclarecimentos ou diligências

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

	complementares eventualmente solicitados pelo Conselho Municipal de Contribuintes.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor, acrescido de juros e correção monetária.
i. Valor provisionado se houver provisão	Não há.

Processo nº 2008/06036756	
a. Juízo	Prefeitura Municipal de Manaus
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	25.09.2008 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Municipal de Manaus
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 297.283,16 (ISS – exercício 2006)
f. Principais Fatos	Trata-se a auto de infração em razão da não retenção de ISS pela Rio Amazonas Energia S.A. A defesa se funda no fato de tal companhia não ser obrigada a reter na fonte o ISS. A companhia apresentou impugnação ao auto de infração e aguarda julgamento.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor, acrescido de juros e correção monetária.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 38.394/06-6	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	01.08.2009 (Pedido de Reconsideração)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$349.386,09 (ICMS – bens do ativo permanente)
f. Principais Fatos	Notificação lavrada em razão do entendimento da fiscalização de que os painéis não fazem parte do processo produtivo da impugnante (hipótese em que a legislação local confere isenção), por serem destinados à subestação da usina. Apresentado pedido de cancelamento da notificação. Decisão mantendo a notificação. Elaborado pedido de reconsideração.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor, acrescido de juros e correção monetária.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 38.395/06-0	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	19.01.2010 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 24.462,10 (ICMS – bens do ativo permanente)
f. Principais Fatos	Notificação lavrada em razão do entendimento da fiscalização de que os painéis não fazem parte do processo produtivo da impugnante (hipótese em que a legislação local confere isenção), por serem destinados à subestação da usina. Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor em discussão, acrescido de juros e demais encargos moratórios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 32.637/09-3	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	22.07.2009 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$787.931,36 (ICMS – bens do ativo permanente)
f. Principais Fatos	Notificação lavrada em razão do entendimento da fiscalização de que os painéis não fazem parte do processo produtivo da impugnante (hipótese em que a legislação local confere isenção), por serem destinados à subestação da usina. Lavrado auto de infração. Foi oferecida impugnação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor em discussão, acrescido de juros e demais encargos moratórios.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 32.636/09-0	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	22.07.2009 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$43.236,67 (ICMS – bens do ativo permanente)
f. Principais Fatos	Notificação lavrada em razão do entendimento da fiscalização de que os painéis não fazem parte do processo produtivo da impugnante (hipótese em que a legislação local confere isenção), por serem destinados à subestação da usina. Lavrado auto de infração. Foi oferecida impugnação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 86.171/08-2	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	16.01.2009 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$495.271,92 (ICMS – bens do ativo permanente)
f. Principais Fatos	Notificação lavrada em razão do entendimento da fiscalização de que os painéis não fazem parte do processo produtivo da impugnante (hipótese em que a legislação local confere isenção), por serem destinados à subestação da usina. Lavrado auto de infração. Foi oferecida impugnação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 34.419/06-8	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	20.07.2011 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$288.158,66 (ICMS – bens do ativo permanente)
f. Principais Fatos	Notificação lavrada em razão do indeferimento do pedido de cancelamento da Notificação nº 515013-2, em 2006, com base em entendimento da fiscalização de que os painéis não fazem parte do processo produtivo da impugnante (hipótese em que a legislação local confere isenção), por serem destinados à subestação da usina. Lavrado auto de infração. Foi oferecida impugnação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 0215269-27.2011.8.04.0001	
a. Juízo	2ª Vara da Dívida Ativa Estadual da Comarca de Manaus - AM
b. Instância	1ª Instância
c. Data do Protocolo	31.03.2011
d. Partes no Processo	<u>Autor</u> : Rio Amazonas Energia S.A. <u>Réu</u> : Estado do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	O valor efetivo dependerá de apuração oportuna.
f. Principais Fatos	Ação Declaratória cumulada com Repetição de Indébito com pedido de tutela antecipada ajuizada com o intuito de ter reconhecida a possibilidade de a Rio Amazonas Energia S.A. creditar integralmente o ICMS pago na aquisição, com recursos subsidiados da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL), de óleo combustível utilizado como insumo na geração de energia termelétrica, sem a vedação inconstitucional do art. 20 do Regulamento do ICMS do Estado do Amazonas (Decreto nº 20.686/99), bem como reaver o que houver sido pago indevidamente a esse título nos cinco anos anteriores à data de ajuizamento da ação.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A Autora não poderá creditar integralmente o ICMS pago na aquisição do combustível, nem reaver o que fora pago indevidamente a esse título nos cinco anos anteriores à data de ajuizamento da ação.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 557.943	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	13.12.2010 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 12.351.339,32 (ICMS – energia elétrica)
f. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, nos meses de julho de 2010, agosto de 2010 e setembro de 2010, teria deixado de recolher o ICMS incidente sobre a comercialização de energia elétrica. A Fazenda Pública Estadual não reconheceu a possibilidade de creditamento integral do ICMS pago na aquisição, com recursos subsidiados da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL), de óleo combustível utilizado como insumo na geração de energia termelétrica, sem a vedação inconstitucional do art. 20 do Regulamento do ICMS do Estado do Amazonas (Decreto nº 20.686/99). Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 558.484	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	15.02.2011 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.649.517,70 (ICMS – energia elétrica)
f. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, no mês de dezembro de 2010, teria deixado de recolher o ICMS incidente sobre a comercialização de energia elétrica. A Fazenda Pública Estadual não reconheceu a possibilidade de creditamento integral do ICMS pago na aquisição, com recursos subsidiados da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL), de óleo combustível utilizado como insumo na geração de energia termelétrica, sem a vedação inconstitucional do art. 20 do Regulamento do ICMS do Estado do Amazonas (Decreto nº 20.686/99). Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 558.487	
j. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
k. Instância	Primeira
l. Data do Protocolo	25.02.2011 (Impugnação)
m. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
n. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.312.482,94(ICMS – energia elétrica)
o. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, no mês de janeiro de 2011, teria deixado de recolher o ICMS incidente sobre a comercialização de energia elétrica. A Fazenda Pública Estadual não reconheceu a possibilidade de creditamento integral do ICMS pago na aquisição, com recursos subsidiados da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL), de óleo combustível utilizado como insumo na geração de energia termelétrica, sem a vedação inconstitucional do art. 20 do Regulamento do ICMS do Estado do Amazonas (Decreto nº 20.686/99). Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
p. Chance de Perda	Possível
q. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
r. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 558.885	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	09.06.2011 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 4.304.465,06 (ICMS – energia elétrica)
f. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, nos meses de fevereiro de 2011 e março de 2011, teria deixado de recolher o ICMS incidente sobre a comercialização de energia elétrica. A Fazenda Pública Estadual não reconheceu a possibilidade de creditamento integral do ICMS pago na aquisição, com recursos subsidiados da Conta de Consumo de Combustíveis dos Sistemas Isolados (CCC-ISOL), de óleo combustível utilizado como insumo na geração de energia termelétrica, sem a vedação inconstitucional do art. 20 do Regulamento do ICMS do Estado do Amazonas (Decreto nº 20.686/99). Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 558.028	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	10.06.2011 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 7.138.473,09 (ICMS – Bens do ativo imobilizado e incidente sobre o frete)
f. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, teria supostamente deixado de recolher o ICMS sobre bens importados destinados ao ativo imobilizado e sobre o valor do respectivo frete. Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 558.029	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	10.06.2011 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 93.526,82 (ICMS – Bens do ativo imobilizado, bens de consumo e incidente sobre o frete)
f. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, teria supostamente deixado de recolher o ICMS sobre bens importados destinados ao ativo imobilizado, de uso e consumo e sobre o valor do respectivo frete. Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 558.030	
a. Juízo	Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas
b. Instância	Primeira
c. Data do Protocolo	10.06.2011 (Impugnação)
d. Partes no Processo	Rio Amazonas Energia S.A Fazenda Estadual do Amazonas
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 59.955,66 (ICMS – Bens de consumo e incidente sobre o frete)
f. Principais Fatos	Auto de Infração lavrado pelo Estado do Amazonas sob a alegação de que a contribuinte (Rio Amazonas Energia S/A, teria supostamente deixado de recolher o ICMS sobre bens de consumo importados e sobre o valor do respectivo frete. Lavrado o auto de infração. Oferecida Impugnação.
g. Chance de Perda	Possível.
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento do valor
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 2009.01.1.010243-8	
a. Juízo	11ª Vara Cível da Comarca de Brasília – DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data do Protocolo	29.01.2009
d. Partes no Processo	<u>Autor</u> : Rio Amazonas Energia S.A. <u>Réu</u> : Manaus Energia SA. e Centrais Elétricas do Norte S.A. (esta última substituída pela Eletrobrás)
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$1.000.000,00. O valor efetivo dependerá de apuração oportuna.
f. Principais Fatos	Ação de cobrança cumulada com pedido de indenização fundamentada no parcial inadimplemento do contrato de suprimento de energia nº OC-1819/2005 por parte da Manaus Energia S.A. A autora agravou de duas decisões proferidas pelo juízo. A primeira relativa a abertura de prazo para Eletrobrás para se defender. A segunda relativa a decisão que entendeu haver conexão entre esta ação e a ação que tramita na 6ª Vara Cível da Comarca de Brasília – DF. Aguarda-se o julgamento dos recursos.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A autora deixará de arrecadar o valor que entende devido, decorrente do descumprimento do contrato por parte da Manaus Energia S.A. Este valor é o objeto da ação.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 2009.01.1.030564-5 (ação declaratória) / 2009.00.2.015572-1 (agravo de instrumento)	
a. Juízo	6ª Vara Cível da Comarca de Brasília - DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data do Procolo	05.03.2009
d. Partes no Processo	<u>Autor:</u> Rio Amazonas Energia S.A. <u>Réu:</u> Manaus Energia S.A. e Centrais Elétricas do Norte S.A. (esta última substituída pela Eletrobrás – Centrais Elétricas Brasileiras S/A).
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$ 5.855.579,51 (este valor se refere ao valor que a autora entende que é devido pela ré na data da propositura da ação) O valor efetivo dependerá de apuração oportuna.
f. Principais Fatos	Ação declaratória cumulada com pedido de indenização, requerendo a interpretação da cláusula 32 do contrato de suprimento de energia nº OC-1819/2005. Ação distribuída em 05.03.2009. Autos conclusos para sentença
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	A autora deixará de arrecadar o valor que entende devido, decorrente do descumprimento do contrato por parte da Manaus Energia S.A.
i. valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo nº 2009.01.1.139018-8	
a. Juízo	5ª Vara Cível da Comarca de Brasília– DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	02.09.2009
d. Partes no Processo	<u>Autor:</u> Rio Amazonas Energia S.A. <u>Réus:</u> Amazonas Energia S.A. e Eletrobrás
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$13.304.403,15. O valor efetivo dependerá de apuração oportuna.
f. Principais Fatos	Trata-se de ação de cobrança visando reaver da Manaus Energia o custo de combustível empregado na geração de energia elétrica não reembolsável pela CCC-ISOL em atraso nos meses de janeiro, fevereiro e março, em razão da edição de Resolução Normativa que reduziu o teto do referido reembolso. O juízo acolheu a preliminar de conexão supostamente existente entre esta demanda e a ação declaratória que tramita na 6ª Vara Cível de Brasília – DF. A RAESA agravou desta decisão. Aguarda-se decisão do recurso interposto.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Perda do valor pago pelo combustível.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo nº 2009.34.00.029716-4 (mandado de segurança) / 2009.01.00.060253-3 (agravo de instrumento)	
a. Juízo	4ª Vara Federal da Seção Judiciária de Brasília – DF
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Instauração	08.09.2009
d. Partes no Processo	<u>Impetrante</u> : Rio Amazonas Energia S.A. <u>Impetrados</u> : Gerente do Departamento de Sistemas Isolados e Combustíveis da Eletrobrás e Diretor-Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$100.000,00. (O valor efetivo dependerá de apuração oportuna).
f. Principais Fatos	Mandado de segurança, com pedido de liminar contra ato que fixou limites não previstos em lei aos valores a serem reembolsados à Impetrante por meio do sistema da conta de consumo de combustíveis do sistema isolado. Em 15/04/2010, foi proferida sentença concedendo integralmente a segurança pleiteada. A ANEEL apresentou embargos de declaração e a Eletrobrás o recurso de apelação. O juiz acolheu os embargos parcialmente para modular os efeitos da decisão afastando a incidência do Artigo 6º, III, da Resolução Normativa ANEEL nº 347/09 a partir da edição da Medida Provisória nº 466/09 (convertida, com alterações na Lei nº 12.111/2009). A RAESA interpôs embargos de declaração desta decisão. O processo se encontra concluso para sentença desde 08/08/2011.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Manutenção do ato que fixou limites ao valor de reembolso de combustível, impedindo a impetrante de reaver o valor excedente que não foi pago a Rio Amazonas Energia S.A., indicado no item “e” supra.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo Judicial nº 001.08.231961-9	
a. Juízo	Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias da Justiça Estadual do Amazonas
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Protocolo	19.06.2008
d. Partes no Processo	Autor: Rio Amazonas Energia S.A. Réu: Município de Manaus
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$33.606,00
f. Principais Fatos	Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Auto de Infração referente a problemas no acesso à UTE Cristiano Rocha, de responsabilidade do DNIT. Liminar deferida no sentido na não inscrição da empresa na Dívida Ativa. Os autos permanecem conclusos, após serem devolvidos pelo Município.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Inscrição na dívida ativa municipal.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

Processo Judicial nº 01.09.951227-1	
a. Juízo	2ª Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal da Justiça Estadual do Amazonas
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Protocolo	23.05.2009
d. Partes no Processo	Autor: Município de Manaus Réu: Rio Amazonas Energia S.A.
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	R\$46.831,20
f. Principais Fatos	Trata-se de cobrança de multa decorrente do auto de infração por danos ambientais decorrentes da obra realizada na UTE Cristiano Rocha. Em 17.09.2009 foi recebido ofício encaminhado pela Vara Especializada de Meio Ambiente à Vara de Execução informando a existência de liminar que suspendeu a exigibilidade da multa constante no Auto de Infração lavrado em face da empresa.
g. Chance de Perda	Remota
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Pagamento da multa decorrente de auto de infração.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

Processo Judicial nº 001.09.233090-9	
a. Juízo	Vara Especializada do Meio Ambiente e Questões Agrárias da Justiça Estadual do Amazonas
b. Instância	1ª Instância
c. Data de Protocolo	17.07.2009
d. Partes no Processo	Autor: Ministério Público do Estado do Amazonas Réus: Rio Amazonas Energia S.A.; Sr. José Mauro Mendonça; Sr. Wilson Alcântara
e. Valores, bens ou direitos envolvidos	Não se atribui.
f. Principais Fatos	Ação Penal para apurar suposta prática de crime ambiental, relacionado com a degradação ambiental (processos erosivos e danos em áreas de preservação permanente) supostamente decorrente das obras da UTE Cristiano Rocha. A Rio Amazonas Energia S/A já apresentou sua defesa. Aguarda-se a citação dos outros réus. Há AIJ marcada para março de 2012.
g. Chance de Perda	Possível
h. Análise do impacto em caso de perda do processo	Aplicação de pena, de acordo com o disposto na legislação penal e ambiental.
i. Valor provisionado, se houver provisão	Não há

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Não aplicável.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8 Informações sobre as regras do país de origem da Companhia e regras do país no qual os valores mobiliários da Companhia estão custodiados:

Não aplicável.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1 Descrição dos principais riscos de mercado

A administração do Grupo monitora diariamente os principais indicadores macroeconômicos, e seus impactos nos resultados, visando definir suas estratégias de gerenciamento de risco.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam seus negócios estão relacionados a seguir:

Risco de Liquidez

O risco de liquidez para Companhia implica em manter um nível seguro de disponibilidade de caixa e acesso a recursos para financiamento de seus projetos.

Risco de Crédito

O risco de crédito considerando os contratos de vendas de energia dos empreendimentos térmicos obtidos nos Leilões de Energia Nova, promovidos pela Aneel, e firmados com diversas companhias distribuidoras de energia elétrica estabelecidas no país, é diluído em função do número de distribuidoras contratantes que aportaram garantias e contra-garantias, aumentando, dessa maneira, a qualidade do recebível.

Com relação às eólicas, contratadas no âmbito do PROINFA, e da Raesa (Rio Amazonas Energia S.A) contratada pela Distribuidora Amazonas Energia em licitação, ambas têm a garantia da Eletrobrás.

Adicionalmente, se não pudermos negociar a venda de toda nossa capacidade instalada total no Ambiente de Contratação Livre (ACL) ou no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), poderemos ser compelidos a vender nossa capacidade excedente no mercado à vista, onde os preços estão sujeitos à significativa volatilidade.

Risco de Taxas de Juros

Na captação de recursos para financiamento e investimento em seus projetos, o risco ao que o Grupo está exposto envolve flutuações nas taxas de juros, atrelados aos termos contratuais de seus passivos financeiros, e que podem impactar adversamente suas despesas financeiras.

Risco de Câmbio

A instabilidade cambial pode ter um efeito adverso sobre os investimentos feitos nos projetos da companhia, e conseqüentemente no resultado de nossas operações, visto que, parcela significativa da infraestrutura (máquinas e equipamentos) necessária às atividades de geração de energia, é advinda do exterior, principalmente Europa. Além disso, alguns dos investimentos para a implantação dos empreendimentos da empresa estão atrelados a moedas estrangeiras.

A Administração do Grupo, a fim de mitigar o risco, monitora permanentemente o mercado de câmbio, e poderá contratar, quando julgar necessário, derivativos financeiros para compensar eventuais impactos.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4 Outras informações relevantes:

Não consideramos a existência de outras informações relevantes sobre este tema além das acima expostas.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	21/05/2007
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade por ações de capital fechado. Em 10/07/2008, recebeu da CVM registro de companhia aberta, sendo desde então uma sociedade por ações de capital aberto.
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	10/07/2008

6.3 - Breve histórico

6.3 Breve Histórico

A Multiner S.A foi constituída em 21 de Maio de 2007, com a razão social 2010 Geração Energia e Participações S.A, depois sendo alterada para Multiner S.A em dezembro de 2007. Em 10 de julho de 2008, a Multiner obteve registro de Companhia Aberta junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). A Companhia tem por objetivo participar em outras sociedades e empreendimentos do setor de energia, oferecendo alternativas de geração por meio de fontes diversificadas, aos mercados de distribuição e consumo de energia elétrica. Seu parque gerador consiste no desenvolvimento, montagem e operação de usinas termelétricas (óleo combustível e a gás natural), eólicas e hidrelétricas, estrategicamente localizadas nas principais regiões do país. Sua participação nos empreendimentos e projetos do setor elétrico ocorre através da aquisição de ações em sociedades de propósito específico, as quais detêm os direitos de desenvolvimento dos projetos.

Inicialmente, a Companhia em fevereiro de 2008, adquiriu 67% da empresa 2007 Participações S.A, detentora de 99,9% do capital da Rio Amazonas Energia (RAESA), que explora a produção e comercialização de energia elétrica, através da UTE Cristiano Rocha. Essa Usina Termelétrica integra o sistema isolado, suprimindo energia também para a região norte do País, à distribuidora local do grupo Eletrobrás – Amazonas Energia, com contrato firmado de suprimento de energia de 85 MW para o período de 20 anos.

Em março de 2008, a Multiner adquiriu 100% de participação nas sociedades de propósito específico Termelétrica Itapebi S.A e Termelétrica Monte Pascoal S.A, detentoras dos direitos ao desenvolvimento dos projetos das UTEs Itapebi e Monte Pascoal. Essas duas usinas movidas a óleo combustível, possuíam contrato de comercialização de energia no ambiente regulado para o período de 15 anos e potencial de capacidade instalada total de 291 MW.

Adicionalmente, em maio de 2008 a ANEEL autorizou a transferência de 80% do controle acionário da empresa New Energy Options Geração de Energia S.A (NEO) à Multiner S.A, que passou a deter também os direitos ao desenvolvimento das usinas eólicas, UEEs Alegria I e Alegria II, que formam o Parque Eólico Alegria, situado em Guamaré, Rio Grande do Norte. A NEO detém contratos de venda de energia firmados com a Eletrobrás, no âmbito do PROINFA (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) por um período de 20 anos.

Em setembro de 2008, a Multiner sagrou-se vencedora nos leilões de energia nova promovidos pela ANEEL, tendo garantido CCVEs (contratos de compra e venda de energia elétrica) para quatro usinas adicionais: Termelétricas Pernambuco IV e Santa Rita de Cássia, no leilão A-3, e as Termelétricas Termopower V e Termopower VI, no leilão A-5 de 2010. Na ocasião, foram assegurados contratos de venda de energia para o período de 15 anos.

Hoje, na relação de projetos do portfólio da Multiner, encontra-se em operação a UTE Cristiano Rocha e a UEE Alegria I, com potências, respectivamente de 85 MW e 51 MW. A capacidade de geração da Companhia, quando todos os empreendimentos estiverem em operação somará 1,3GW de capacidade instalada. Abaixo segue quadro com a participação acionária da Multiner S.A em suas controladas ao final do ano de 2011.

Subsidiárias	Participação Acionária	
	2011	2010
2007 Participações S.A.	96,04%	96,04%
New Energy Options Geração de Energia S.A. - NEO	80%	80%
Termelétrica Itapebi S.A	100%	100%
Termelétrica Monte Pascoal S.A.	100%	100%
Companhia Energética Uruguai - CEU	71%	71%
Termelétrica Pernambuco III S.A.	-	99%
Termelétrica Pernambuco IV S.A.	99%	99%
Termelétrica Termopower V S.A.	99%	99%
Termelétrica Termopower VI S.A.	99%	99%
Termelétrica Santa Rita S.A.	91,50%	91,50%
Termelétrica Trapiche I S.A.	100%	100%
Termelétrica Trapiche II S.A.	100%	100%

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5 Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições de ativos importantes, pelos quais tenham passado a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas, indicando: (a) evento; (b) principais condições do negócio; (c) sociedades envolvidas; (d) efeitos resultantes da operação no quadro acionário, especialmente sobre a participação do controlador, de acionistas com mais de 5% do capital social e dos administradores da Companhia; (e) quadro societário antes e depois da operação.

(i) Constituição da Companhia

Evento:	Constituição da empresa, inicialmente com o nome 2010 Geração de Energia e Participações S.A
Data:	Assembléia Geral de Constituição em 21.05.2007.
Principais condições do negócio:	A Companhia foi constituída com o capital subscrito de R\$ 1.000,00 (mil reais), dividido em 1.000 (mil) ações ordinárias nominativas, ao valor nominal de R\$ 1,00 (um Real) cada uma.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Cia 44 de Negócios (acionista) (ii) José Augusto Ferreira dos Santos (acionista) (iii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (acionista)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O percentual de participação dos acionistas na constituição da Companhia foi distribuído da seguinte forma: Companhia 44 de Negócios – 900 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50 ações; e José Augusto Ferreira dos Santos. –50 ações.

(ii) Alteração da Razão Social da companhia

Evento:	Constituição da empresa, inicialmente com o nome 2010 Geração de Energia e Participações S.A
Data:	Assembléia Geral Extraordinária em 31.10.2007.
Principais condições do negócio:	Alteração da razão social da empresa para Multiner S.A , alteração do Estatuto Social da empresa e aprovação do Sr. Carlos Henrique Figueiredo para o cargo de diretor.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Cia 44 de Negócios (acionista) (ii) José Augusto Ferreira dos Santos (acionista) (iii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (acionista)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O percentual de participação dos acionistas da Companhia se manteve inalterada: Companhia 44 de Negócios – 900 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50 ações; e José Augusto Ferreira dos Santos. –50 ações.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(iii) Desdobramento de Ações*

Evento:	A Companhia realizou desdobramento de ações, visando a facilitar a representação da participação de cada acionista no quadro social.
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.12.2007.
Principais condições do negócio:	Cada ação representativa do capital da Companhia à época foi desdobrada em 1.000 ações, passando a totalidade do capital social da Companhia a ser representado por 1.000.000 de ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (companhia) (ii) Carlos Henrique Figueiredo (acionista) (iii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (acionista) (iv) Cia. 44 de Negócios S.A. (acionista)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado. Antes da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777 ações. Depois da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173.000 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50.000 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações.

(iv) Aumento de Capital

Evento:	Aumento de capital da Companhia.
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.12.2007.
Principais condições do negócio:	Aumento do capital da Companhia em R\$727.000,00, com a emissão de 727.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, integralmente subscritas pelo acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (subscritor)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	O acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha passou a ser detentor de 777.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173.000 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 50.000 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações. Depois da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 173.000 ações; Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 777.000 ações; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(v) *Constituição de consórcios e das SPEs: Termelétrica Pernambuco III S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A., Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Termopower VII S.A. e Termelétrica Termopower VIII S.A.*

Evento:	Constituição de consórcios e das SPEs: Termelétrica Pernambuco III S.A., Termelétrica Pernambuco IV S.A., Termelétrica Termopower V S.A., Termelétrica Termopower VI S.A., Termelétrica Termopower VII S.A. e Termelétrica Termopower VIII S.A.
Data:	11.03.2008
Principais condições do negócio:	<p>A Companhia e a A&G constituíram os seguintes consórcios: Consórcio Pernambuco III, em 01.10.2008; Consórcio Pernambuco IV, em 19.09.2008; Consórcio Termopower V, em 01.10.2008; Consórcio Termopower VI, em 01.10.2008, todas com capacidade individual de geração de 200MW.</p> <p>Ademais, a Companhia e a A&G constituíram as seguintes sociedades de propósito específico: Termelétrica Pernambuco III S.A., em 23.10.2008; Termelétrica Pernambuco IV S.A., em 21.10.2008; Termelétrica Termopower V S.A., em 23.10.2008; Termelétrica Termopower VI S.A., em 23.10.2008, todas com o seguinte quadro social: Multiner S.A.: 99% e A&G Energia Empreendimentos Ltda – ME: 1%.</p> <p>A Termelétrica Pernambuco IV S.A. sagrou-se vencedora do Leilão ANEEL A-3 de 2008 e as Termelétricas Pernambuco III S.A., Termopower V S.A. e Termopower VI S.A. sagraram-se vencedoras do Leilão ANEEL A-5 de 2008.</p> <p>De acordo com o “Instrumento Particular de Cessão de Direitos e Outras Avenças” celebrado em 12.05.2009, a A&G se obrigou a ceder à Companhia todos os direitos relacionados aos empreendimentos denominados UTE Ribeirão I, UTE Pernambuco IV, UTE Termopower I, UTE Termopower II, UTE Termopower III, UTE Termopower IV, UTE Termopower V, UTE Termopower VI, UTE Termopower VII e UTE Termopower VIII, incluindo a participação da A&G nas respectivas sociedades de propósito específico. Em contrapartida, a Companhia se obrigou a ceder à A&G e Ronaldo Ganon todos os direitos acerca do empreendimento denominado UTE Pernambuco III, incluindo a participação da Companhia na respectiva sociedade de propósito específico.</p> <p>A Companhia solicitou à ANEEL pedido de anuência para (i) as transferências mencionadas acima, e (ii) transferência dos direitos detidos pelos consórcios para as sociedades de propósito específico. O referido processo encontra-se em fase de deferimento pela ANEEL.</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(vi) Aquisição de Participação na New Energy Options Geração de Energia S.A. (60%)*

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade Novas Opções Energéticas Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.156.939/0001-99, ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.245.220/0001-36, representando 60% (sessenta por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos da “Promessa Irrevogável de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 25 de janeiro de 2008.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 20.06.2008.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Novas Opções Energéticas Ltda. (vendedor) (iii) New Energy Options Geração de Energia S.A. (companhia objeto)
Principais condições do negócio/quadro acionário antes e depois da operação:	<p>A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$11.550.000,00. A referida quantia já foi integralmente paga pela Companhia à vendedora. A transferência das ações à Companhia ocorreu após a comunicação à ANEEL. A New Energy Options Geração de Energia S.A. é produtor independente autônomo de energia, titular das autorizações da ANEEL 662/01 e 663/01 para implantação das UEEs Alegria I e Alegria II em Guamaré, Rio Grande do Norte, com capacidade conjunta de 151,8 MW, tendo celebrado coma Eletrobrás (i) em 11.08.2004, Contrato de Compra e Venda de Energia – Contrato CT – Proinfa/Eólica 044/2004; (ii) em 05.03.2005, Contrato de Compra e Venda de Energia – Contrato CT – Proinfa/Eólica 044 A/2005.</p> <p>Antes da Operação: New Energy Option Geração de Energia S.A.: Novas Opções Energéticas Ltda. 60% - 600 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 40% - 400 ações.</p> <p>Depois da Operação: New Energy Options Geração de Energia S.A.: Multiner S.A. 60% - 600 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 40% - 400 ações.</p>

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(vii) Aquisição de Participação na New Energy Options Geração de Energia S.A. (20%)*

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade Eólica Administração e Participações Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.519.774/0001-72, ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 04.245.220/0001-36, representando 20% (vinte por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos do “Instrumento Particular de Re-Ratificação do Termo de Cessão de Ações” celebrado em 31 de março de 2008.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 23.06.2008.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$4.060.000,00. A referida quantia já foi integralmente paga pela Companhia à vendedora. A New Energy Options Geração de Energia S.A. é produtor independente autônomo de energia, titular das autorizações da ANEEL 662/01 e 663/01 para implantação das usinas eólicas Alegria I e Alegria II em Guamaré, Rio Grande do Norte, com capacidade conjunta de 151,8 MW, tendo celebrado com a Eletrobrás (i) em 11.08.2004, Contrato CT – Proinfra/Eólica 044/2004; (ii) em 05.03.2005, Contrato CT – Proinfra/Eólica 044 A/2005. A Companhia e a Eólica Administração e Participações Ltda. celebraram, em 23.06.2008, um acordo de acionistas regulando sua relação como acionistas da New Energy Options Geração de Energia S.A.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Eólica Administração e Participações Ltda. (vendedor) (iii) New Energy Options Geração de Energia S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter, em conjunto com as ações adquiridas da Novas Opções Energéticas Ltda., conforme item “iv” supra, 80% das ações de emissão da New Energy Options Geração de Energia S.A. e, através de tal sociedade, passou a deter 80% dos empreendimentos eólicos Alegria I e Alegria II. Antes da Operação: New Energy Options Geração de Energia S.A.:Multiner S.A. 60% - 600 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 40% - 400 ações. Depois da Operação: New Energy Options Geração de Energia S.A.: Multiner S.A. 80% - 800 ações; Eólica Administração e Participações Ltda. 20% - 200 ações.

(viii) Transferência de Ações

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento:	Transferência de ações da Companhia pelo acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha.
Data:	13.08.2008
Principais condições do negócio:	Transferência de 774.650 ações do acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha para a JABR Participações S.A.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Jorge Amilcar Boueri da Rocha (cedente) (iii) JABR Participações S.A. (cessionária)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	A JABR Participações S.A. passou a ser detentora de 774.650 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, e o acionista Jorge Amilcar Boueri da Rocha passou a ser detentor de 2.350 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da Operação: Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 777.000 ações; JABR Participações S/A – 0 ações. Depois da Operação: Jorge Amilcar Boueri da Rocha – 2.350 ações; JABR Participações S/A – 774.650 ações.

(iv) Transferência de Ações

Evento:	Transferência de ações da Companhia pelo acionista Carlos Henrique Figueiredo.
Data:	13.08.2008
Principais condições do negócio:	Transferência de 171.700 ações do acionista Carlos Henrique Figueiredo para a Caíque Participações e Consultoria Ltda., antiga denominação da Companhia de Investimentos Resultado.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Carlos Henrique Figueiredo (cedente) (iii) Caíque Participações e Consultoria Ltda. (cessionária)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	A Caíque Participações e Consultoria Ltda. passou a ser detentora de 171.700 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia, e o acionista Carlos Henrique Figueiredo passou a ser detentor de 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 172.700 ações; Caíque participações e Consultoria Ltda. – 0 ações Depois da Operação: Carlos Henrique Figueiredo – 1.000 ações; Caíque Participações e Consultoria Ltda. – 171.700 ações

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas(x) *Constituição da Companhia Energética Uruguai – CEU*

Evento:	Constituição da Companhia Energética Uruguai – CEU
Data:	26.08.2008
Principais condições do negócio:	A Companhia, a SOG – Sistemas de Óleo e Gás S.A. e a Estelar Engenheiros Associados S.A. constituíram, em 26.08.2008, a Companhia Energética Uruguai, nos termos do “Acordo de Associação e outras Avenças” celebrado em 26.08.2008, visando ao estudo de revisão do inventário hidrelétrico do rio Uruguai entre as elevações 193 a 212, nos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Na referida data, as acionistas subscreveram e integralizaram ações da companhia, na seguinte proporção: (i) Multiner S.A.: 710 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada, totalizando R\$710,00; (ii) Sistemas de Óleo e Gás S.A.: 150 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada, totalizando R\$150,00; e (iii) Estelar Engenheiros Associados S.A.: 140 ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$1,00 cada, totalizando R\$140,00.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) SOG – Sistemas de Óleo e Gás S.A. (iii) Estelar Engenheiros Associados S.A. (iv) Companhia Energética Uruguai
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro societário antes e depois da operação:	O capital social da Companhia Energética Uruguai é distribuído da seguinte forma: Multiner S.A. (71%), SOG – Sistemas de Óleo e Gás S.A. (15%), e Estelar Engenheiros Associados S.A. (14%). As acionistas celebraram, em 26.08.2008, um acordo de acionistas regulando seu relacionamento como acionistas da companhia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xi) Aumento de Capital*

Evento:	Aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado.
Data:	Reunião do Conselho de Administração realizada em 04.12.2008.
Principais condições do negócio:	Aumento do capital da Companhia de R\$728.000,00 para R\$16.392.737,72, mediante a emissão de 52.148 novas ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$899,31 por ação preferencial resgatável. Do montante total da emissão de ações, o valor de R\$31.232.480,16 foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) BVA Empreendimentos S.A. (subscritor)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação::	A BVA Empreendimentos S.A. passou a ser detentora de 52.148 ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia. Antes da operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON. Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. –52.148 ações PN.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xii) Aumento de Capital*

Evento:	Aumento de capital da Companhia, dentro do limite do capital autorizado.
Data:	Reunião do Conselho de Administração realizada em 05.12.2008.
Principais condições do negócio:	Aumento do capital da Companhia de R\$16.392.737,72 para até R\$150.002.304,65, mediante a emissão de pelo menos 5.560 até 445.620 novas ações preferenciais resgatáveis, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$899,31 por ação preferencial resgatável. Do montante total da emissão de ações, o valor de R\$598,92 por ação foi destinado à conta de reserva de capital da Companhia.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (emissora) (ii) Multiner FIP (subscritor)
Efeitos resultantes no quadro acionário:	Antes da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. –52.148 ações PN. Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. –52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas(xiii) *Aquisição de Participação na Termelétrica Monte Pascoal S.A. (99,9%)*

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade South Bahia Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.682.252/0001-97, ações de emissão da Termelétrica Monte Pascoal S.A., inscrita no CNPJ sob o nº 09.093.859/0001-67, representando 100% (cem por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 17.03.2008. A operação foi aprovada e ratificada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24.07.2008. Em 02.04.2009, Mutiner transferiu para JABR Participações S.A. 1 ação ordinária de emissão da Termelétrica Monte Pascoal S.A., passando a deter 99,9% das ações de emissão da referida companhia.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 20.03.2009.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$5.882.352,94. A referida quantia já foi integralmente paga pela Companhia à vendedora. A transferência das ações à Companhia ocorreu após a obtenção da anuência da ANEEL, obtida em 16.12.2008. A Termelétrica Monte Pascoal S.A. é titular da autorização nº 1.735 com capacidade de 144.770 kW tendo celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado, em 25.02.2008.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) South Bahia Energia Ltda. (vendedor) (iii) Termelétrica Monte Pascoal S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 99,9% das ações de emissão da Termelétrica Monte Pascoal S.A. e, através de tal sociedade, passou a deter 99,9% da UTE Monte Pascoal.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xiv) Aquisição de Participação na Termelétrica Itapebi S.A. (99,9%)*

Evento:	A Companhia adquiriu da sociedade South Bahia Energia Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 07.682.252/0001-97, ações de emissão da Termelétrica Itapebi S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 09.093.822/0001-39, representando 100% (cem por cento) da totalidade das ações de emissão e com direito a voto da referida companhia, nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 17.03.2008. A operação foi aprovada e ratificada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 24.07.2008. Em 02.04.2009, a Companhia transferiu para a Cia 44 de Negócios S.A. 1 ação ordinária de emissão da Termelétrica Itapebi S.A., passando a deter 99,9% das ações de emissão da referida companhia.
Data:	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 20.03.2009.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$5.882.352,94. A Termelétrica Itapebi S.A. tem capacidade de 145,8 MW, tendo celebrado: Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado em 24.04.2008.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) South Bahia Energia Ltda. (vendedor) (iii) Termelétrica Itapebi S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 99,9% das ações de emissão da Termelétrica Itapebi S.A. e, através de tal sociedade, passou a deter 99,9% da UTE Itapebi.

(xv) Constituição da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento:	A Companhia e a Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda., constituíram a Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A, inscrita no CNPJ sob o nº 10.466.285/0001-04, sendo que a Companhia subscreveu 900 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representativas de 90% do capital da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A, e a Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda subscreveu 100 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, representativas de 10% do capital da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. A operação foi aprovada na Assembléia Geral Extraordinária da Companhia realizada em 05.09.2008.
Data:	21.10.2008
Principais condições do negócio:	A Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A foi constituída nos termos do Acordo de Associação celebrado em 05.09.2008. Conforme tal instrumento, as partes se comprometeram a: (a) desenvolver, em conjunto, o empreendimento UTE Santa Rita de Cássia, localizado na Paraíba, habilitado pela Empresa de Pesquisa Energética – EPE, sob cadastro nº 08A-3-115, inscrição nº 20614, para o leilão nº. 02/2008 organizado pela ANEEL, (b) constituir consórcio, nos termos do edital do referido leilão, para desenvolvimento do empreendimento e celebração dos respectivos Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, e (c) constituir a SPE Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A para receber a outorga correspondente. Pela aquisição de 90% dos direitos do empreendimento UTE Santa Rita de Cássia, a Companhia pagou à Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda. R\$500.000,00. Em 19 de setembro de 2008, as partes constituíram o Consórcio Santa Rita de Cássia. O empreendimento teve outorga concedida pela Portaria n.º 108 de 10.03.2008. Em 06.08.2009 tal consórcio celebrou os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR. Em 09.09.2009, as partes celebraram Instrumento Particular de Penhor de Ações, pelo qual a Genesis Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda. empenhou a favor da Companhia 10% das ações de emissão da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. O pedido de transferência da titularidade da outorga do consórcio para a SPE encontra-se em análise perante ANEEL.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (acionista) (ii) Genesis 2000 Exploração e Produção de Hidrocarbonetos Ltda. (acionista) (iii) Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A (companhia constituída)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro Societário antes da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 90% das ações de emissão da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xvi) Emissão de Debêntures*

Evento:	1ª emissão de debêntures da Companhia
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 17.11.2009.
Principais condições do negócio:	<p>A Companhia realizou emissão particular de 12.000 (doze mil) debêntures, em uma única série, com garantia flutuante no montante de R\$12.000.000,00 (doze milhões de reais), tendo sido subscritas apenas 10.000 (dez mil) debêntures em 19 de novembro de 2009, por um único investidor, data na qual foi encerrada a colocação de tais debêntures. O encerramento da distribuição privada das debêntures da primeira emissão e o cancelamento do saldo não subscrito ocorreram em 30 de dezembro de 2009, tendo sido ratificado em Assembléia Geral Extraordinária da companhia realizada em 18.06.2010.</p> <p>O valor total da emissão é de R\$10.000.000,00 e o valor nominal unitário das debêntures na data de emissão é de R\$1.000,00.</p> <p>Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de aquisição obrigatória, o prazo das debêntures é de 6 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 18.11.2015. No vencimento, a Companhia se obriga a proceder à liquidação das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal, acrescido da remuneração prevista na escritura de emissão.</p> <p>As debêntures não são conversíveis em ações.</p>
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	<p>(i) Multiner S.A. (emissora)</p> <p>(ii) Multiner FIP</p>
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro Societário antes da operação:	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(xvii) Constituição das SPEs Termelétrica Trapiche I S.A. e Termelétrica Trapiche II S.A.:

Evento:	Constituição das Sociedades de Propósito Específico Termelétrica Trapiche I S.A. e Termelétrica Trapiche II S.A.
Data:	15.12.2009
Principais condições do negócio:	Em 15 de dezembro de 2009, foram constituídas 2 SPEs de acordo com a Resolução CMN 3.792, de 24.09.2009, que dispõe sobre as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos administrados pelas entidades fechadas de previdência complementar, denominadas Termelétrica Trapiche I S.A. e Termelétrica Trapiche II S.A., tendo como capital social R\$10.000,00, totalmente subscrito e integralizado, tendo a Companhia subscrito 9.999 ações. Tais SPEs têm prazo de duração determinado, até 31.12.2014.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xviii) Transferência de Ações da Companhia:*

Evento:	Transferência de ações da Companhia para a Companhia de Investimentos Resultado.
Data:	06.01.2010
Principais condições do negócio:	A Companhia de Investimentos Resultado exerceu opção de aquisição de ações da Companhia, pela qual adquiriu 5% do capital social total e votante da Companhia, na forma do Instrumento Particular de Opção de Compra de Ações assinado em 01 de fevereiro de 2008.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Companhia de Investimentos Resultado (cessionário) (iii) JABR Participações S.A. (cedente) (iv) Cia 44 de Negócios S.A. (cedente)
Efeitos resultantes no quadro acionário:	Antes da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 173.000 ações ON; JABR Participações S.A. – 777.000 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 777.000 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN. Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 223.510 ações ON; JABR Participações S.A. – 748.745 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 748.745 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xix) Transferência de Ações da Companhia:*

Evento:	Transferência de ações da Companhia para a Cia 44 de Negócios S.A.
Data:	26.02.2010
Principais condições do negócio:	A Cia 44 de Negócios S.A. exerceu opção de aquisição de ações da Companhia, pela qual adquiriu 22.533 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da JABR Participações S.A. e 6.744 ações ordinárias de emissão da Companhia de titularidade da Companhia de Investimentos Resultado.
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	(i) Multiner S.A. (ii) Companhia de Investimentos Resultado (cedente) (iii) JABR Participações S.A. (cedente) (iv) Cia 44 de Negócios S.A. (cessionário)
Efeitos resultantes no quadro acionário:	Antes da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 223.510 ações ON; JABR Participações S.A. – 748.745 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 748.745 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN. Depois da Operação: Companhia de Investimentos Resultado – 216.766 ações ON; JABR Participações S.A. – 726.212 ações ON; Cia 44 de Negócios S.A. – 778.022 ações ON; BVA Empreendimentos S.A. – 52.148 ações PN; Multiner FIP – 445.620 ações PN.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xx) Aquisição de Participação na 2007 Participações S.A. (67%)*

Evento:	Companhia exerceu opção de aquisição de 3.350 ações ordinárias e 3.350 ações preferenciais de emissão da 2007 Participações S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 07.202.952/0001-37, representando 67% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A., nos termos do “Contrato de Opção de Compra de Ações e Outras Avenças”, celebrado em 28.02.2008. A transferência de tais ações à Companhia está pendente de autorização da ANEEL. A referida autorização representa condição suspensiva para a eficácia da aquisição de ações da 2007 Participações S.A. e será prontamente solicitada pela Companhia à ANEEL. A 2007 Participações S.A. detém 99% das ações de emissão da companhia Rio Amazonas Energia S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 07.386.098/0001-06 que, por sua vez, é titular do empreendimento UTE Cristiano Rocha, localizado no estado do Amazonas. A UTE Cristiano Rocha se encontra em operação desde 2006, com capacidade instalada de 85 MW, sendo movida a óleo combustível e estando em operação contínua com disponibilidade de aproximadamente 99%, conforme os termos de seu respectivo PPA. A capacidade da usina poderá ser ampliada futuramente e o combustível nela utilizado deverá ser convertido para gás natural, tão logo haja disponibilidade deste combustível no local.
Data:	O exercício da opção de compra ocorreu em 08.03.2010.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$4.243,70. A UTE Cristiano Rocha tem capacidade de 85 MW, tendo celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Crisga Consultoria em Energia Elétrica e Participações Ltda. (vendedor) (iii) 2007 Participações S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 67% das ações de emissão da 2007 Participações S.A., detentora de 99% do empreendimento UTE Cristiano Rocha.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xxi) Aquisição de Participação na 2007 Participações S.A. (30%)*

Evento:	Companhia celebrou o “Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Ações”, mediante o qual adquiriu ações de emissão da 2007 Participações S.A., representando, isoladamente, 30% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A. e em conjunto com as ações objeto da opção de compra referida no item (xviii) supra, 97% das ações totais e com direito a voto da 2007 Participações S.A. A 2007 Participações S.A. detém 99% das ações de emissão da companhia Rio Amazonas Energia S.A., sociedade inscrita no CNPJ sob o nº 07.386.098/0001-06 que, por sua vez, é titular do empreendimento UTE Cristiano Rocha, localizado no estado do Amazonas. A UTE Cristiano Rocha se encontra em operação desde 2006, com capacidade instalada de 85 MW, sendo movida a óleo combustível e estando em operação contínua com disponibilidade de aproximadamente 99%, conforme os termos de seu respectivo PPA. A capacidade da usina poderá ser ampliada futuramente e o combustível nela utilizado deverá ser convertido para gás natural, tão logo haja disponibilidade deste combustível no local.
Data:	A assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Venda e Compra de Ações ocorreu em 08.03.2010.
Principais condições do negócio:	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$7.250.000,00. A UTE Cristiano Rocha tem capacidade de 85 MW, tendo celebrado Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado.
Sociedades envolvidas:	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Quattropar - Participações e Empreendimentos Ltda. (vendedor) (iii) 2007 Participações S.A (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro acionário antes e depois da operação:	Mediante tal operação, a Companhia passou a deter 97% das ações de emissão da 2007 Participações S.A., detentora de 99% do empreendimento UTE Cristiano Rocha.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xxii) Emissão de Debêntures*

Evento:	2ª emissão de debêntures da Companhia
Data:	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 31.05.2010.
Principais condições do negócio:	<p>A Companhia realizou emissão particular de até 500 debêntures, com garantia flutuante.</p> <p>O valor total da emissão é de até R\$250.000.000,00 e o valor nominal unitário das debêntures na data de emissão é de R\$500.000,00.</p> <p>Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado e de aquisição obrigatória, o prazo das debêntures é de 4 anos contados da data de emissão, vencendo-se, portanto, em 01.06.2014. No vencimento, a Companhia se obriga a proceder à liquidação das debêntures que ainda estejam em circulação pelo valor nominal, acrescido da remuneração prevista na escritura de emissão.</p> <p>As debêntures não são conversíveis em ações.</p> <p>As Debêntures são garantidas pelo penhor de 416.986 ações ordinárias de emissão da Companhia, da seguinte forma: (i) 175.956 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da JABR Participações S.A.; (ii) 188.510 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Cia. 44 de Negócios S.A; e (iii) 52.520 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de titularidade da Companhia Investimento Resultado, perdurando a garantia enquanto houver debêntures em circulação, ou, no caso de vencimento, até o integral cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações nos termos da escritura de emissão e do instrumento particular de penhor de ações celebrado pelos garantidores.</p>
Sociedades/Acionistas envolvida(o)s:	<p>(i) Multiner S.A. (emissora)</p> <p>(ii) Companhia de Investimentos Resultado (garantidor)</p> <p>(iii) JABR Participações S.A. (garantidor)</p> <p>(iv) Cia 44 de Negócios S.A (garantidor)</p>
Efeitos resultantes no quadro acionário/quadro Societário antes da operação:	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas*(xxiii) Instalação do Conselho Fiscal na Multiner S.A.*

Evento	Instalação do Conselho Fiscal na Multiner S.A.
Data	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 03.11.2010
Principais condições do negócio	<p>Os acionistas instalaram o Conselho Fiscal na Companhia e elegeram seus membros, a saber (a) Como representantes dos acionistas titulares de ações preferenciais resgatáveis da Companhia, como membro titular, o Sr. Hélio Ricardo Teixeira de Moura e para respectivo suplente, o Sr. Evaldo de Rezende Filho; (b) sendo ainda eleitos, representando os acionistas titulares de ações ordinárias da Companhia, (b.i) como membro titular, a Sra. Maria Célia de Castro Juannes e para respectivo suplente o Sr. Nilton Cesar Silva do Nascimento; e (b.ii) como membro titular o Sr. Maurício Wanderley Estanislau da Costa, e para respectivo suplente o Sr. Jorge Luiz Nunes Martins.</p> <p>Os Conselheiros Fiscais eleitos têm mandato até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras relativas ao exercício social que se encerrará em 31.12.2010.</p>
Sociedades Envolvidas	Multiner S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(xxiv) Aquisição de participação adicional na Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. (1,5%)

Evento	A Companhia adquiriu da sociedade “Gênesis 2000 Exploração de Hidrocarbonetos Ltda.”, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.582.083/0001-37, 15 ações ordinárias de emissão da “Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A.”, representando 1,5% das ações com direito a voto da referida sociedade, nos termos do “Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças” celebrado em 03.12.2010.
Data	O fechamento da operação, com a transferência das ações para a Companhia, ocorreu em 03.12.2010
Principais condições do negócio	A Companhia adquiriu as ações pelo preço de R\$ 2.900.000,00 (dois milhões e novecentos mil reais). Este valor já foi integralmente pago pela Companhia à vendedora.
Sociedades Envolvidas	(i) Multiner S.A. (adquirente) (ii) Gênesis 2000 Exploração de Hidrocarbonetos Ltda. (vendedora) (iii) Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário	Mediante tal operação, a Multiner passou a deter 91.5% das ações com direito a voto de emissão da Termelétrica Santa Rita de Cássia S.A., e, através dessa sociedade, passou a deter 91.5% da UTE Santa Rita de Cássia.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

(xxv) Prorrogação do Prazo para Subscrição das Debêntures da 2ª Emissão³

Evento	Prorrogação do prazo para subscrição das Debêntures da 2ª Emissão da Companhia
Data	Assembléia Geral Extraordinária realizada em 16.12.2010
Principais Condições do Negócio	Prorrogação, por mais 6 (seis) meses, do prazo para subscrição das debêntures da 2ª Emissão da Multiner S.A.
Sociedades	Multiner S.A. (companhia objeto)
Efeitos resultantes no quadro acionário	O percentual de participação dos acionistas no quadro acionário da Companhia manteve-se inalterado.

(xxvi) Cessão, pela Companhia à A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME, da sua participação acionária da Companhia na “Termelétrica Pernambuco III S.A.”, bem como recebimento, em contrapartida, das participações acionárias da A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME na “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A..”

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Evento	Cessão, pela Companhia à A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME, da sua participação acionária da Companhia na “Termelétrica Pernambuco III S.A.”, bem como recebimento, em contrapartida, das participações acionárias da A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME na “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”
Data	01 de fevereiro de 2011
Principais Condições do Negócio	Nos termos do “Instrumento de Cessão de Direitos e Outras Avenças” celebrado entre a Companhia e a A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME em 12.05.2009, bem como seu primeiro termo aditivo, celebrado em 01.02.2011, as partes envolvidas acordaram que a Companhia cederia a totalidade da sua participação acionária na “Termelétrica Pernambuco III S.A.” (990 ações) e, em contrapartida, a a A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME cedeu à Companhia a sua participação (10 ações em cada uma das sociedades) das “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”.
Sociedades	<p>Multiner S.A. (cedente das 990 ações de sua titularidade da Termelétrica Pernambuco III S.A e cessionária das ações de titularidade da A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME nas “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.”)</p> <p>A&G Energia Empreendimentos Ltda. – ME (cedente das “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.” e cessionária da “Termelétrica Pernambuco III S.A.”)</p> <p>Termelétrica Pernambuco III S.A. (companhia objeto) Termelétrica Pernambuco IV S.A. (companhia objeto) Termelétrica Termopower V S.A. (companhia objeto) Termelétrica Termopower VI S.A. (companhia objeto)</p>
Efeitos resultantes no quadro acionário	<p>Não houve qualquer alteração no quadro acionário da Companhia, somente no quadro acionário das referidas SPes.</p> <p>Neste sentido, a “Termelétrica Pernambuco III S.A.” não faz mais parte do Grupo Econômico Multiner, bem como a Companhia passou a deter 100% (cem por cento) das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal das “Termelétrica Pernambuco IV S.A.”, “Termelétrica Termopower V S.A.” e “Termelétrica Termopower VI S.A.” e cessionária da “Termelétrica Pernambuco III S.A.”.</p>

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial:

6.6 Pedidos de falência, desde que fundados em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos:

Não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes já foram descritas nos itens anteriores.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1 Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e por suas controladas:

A Multiner S.A, possui um parque gerador formado por usinas hidrelétricas, eólicas e térmicas. Na relação de seus empreendimentos, as usinas que encontram-se em operação são: UTE Cristiano Rocha, UEE Alegria I e UEE Alegria II, parcialmente.

A primeira, com capacidade instalada de 85MW e contratos de suprimento de energia para o período de 20 anos, teve suas operações iniciadas em novembro de 2006. Todas as suas unidades geradoras, operam sob o regime de despacho contínuo, utilizando o óleo combustível, porém estas estão sendo atualmente convertidas para a utilização de gás natural.

A usina eólica Alegria I, possui capacidade instalada de 51 MW e 31 aerogeradores. Apresenta contratos de venda de energia com a Eletrobrás, no âmbito do PROINFA, por um período de 20 anos. Sua entrada em operação foi em 30 de dezembro de 2010.

A usina eólica Alegria II, possui potencial de capacidade instalada de 101MW, e também apresenta contratos de venda de energia, nas mesmas condições que a de Alegria I. Ao longo do ano de 2011, a usina eólica Alegria II, apresentou problemas de atraso no cumprimento do seu cronograma, devido a dificuldades na obtenção da licença de operação de seus aerogeradores, que somente entraram parcialmente em operação comercial no final do mesmo ano. Em 30 de dezembro de 2011, a Companhia obteve do ONS a declaração de atendimento aos requisitos de procedimentos de rede para iniciar as operações comerciais do Projeto Alegria II, com a aprovação da instalação de parte do projeto, atendendo também aos critérios do PROINFA. Entretanto a UEE Alegria II não está operativa em sua totalidade, estando previsto para 2012 o funcionamento de todos os 61 aerogeradores.

O portfólio de projetos da Multiner de geração de energia elétrica possui significativas vantagens competitivas:

a) Fluxos de Caixa Estáveis

- Contratos de venda de energia de longo prazo.

b) Diversificação e Baixo Risco de Execução

- Portfólio diversificado e estrategicamente localizado.
- Processos de implementação mais curtos e com restrições ambientais significativamente menores, uma vez que parte das nossas usinas térmicas (Itapebi, Monte Pascoal, Pernambuco IV, Termopower V, Termopower VI, Santa Rita, Trapiche I e Trapiche II) são contratadas sob o regime de disponibilidade. E as eólicas Alegria I e II, como também a usina Cristiano Rocha – Raesa, que está sendo convertida a Gás natural, funcionam sobre o regime de disponibilidade contínua.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

c) Condições Atrativas de Investimento

- Disponibilidade de importantes benefícios fiscais de longo prazo em projetos localizados nas áreas da SUDENE e da SUDAM.

Nosso Objetivo e Estratégia

Nosso objetivo é nos tornarmos uma das mais importantes geradoras privadas de energia elétrica do país, através da adoção de estratégias que alavanquem nosso crescimento, agregando valor aos nossos acionistas bem como maximizando os retornos de nossas operações.

Como parte da estratégia de seu plano de negócios, a companhia participa de leilões de energia realizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL e pela Empresa de Pesquisa de Energia Elétrica – EPE, com periodicidade anual. Os leilões têm como objetivo promover a construção de empreendimentos de geração de energia elétrica e a ampliação da capacidade de empreendimentos já existentes.

A implementação de nossa estratégia de negócios, exige quantidade significativa de investimento em capital fixo. Para 2012 os investimentos estão estimados em R\$ 849 milhões, tendo sido realizado, ao longo do ano de 2011, cerca de R\$ 101 milhões.

No que tange aos seus projetos, é importante ressaltar que a Multiner, continua trabalhando intensamente na obtenção dos direitos e serviços (incluindo licenças, autorizações, equipamentos, etc.) para a implantação dos mesmos, principalmente:

- Na conversão a gás natural da UTE Cristiano Rocha;
- Para a entrada em operação da usina eólica Alegria II;
- Na transferência de localização das Termopowers V e VI.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9 Outras informações relevantes:

O Mercado de Energia Elétrica em dezembro de 2011

Segundo, a Resenha Mensal do Mercado de Energia Elétrica divulgada pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE). Ao final do ano de 2011, o consumo de energia elétrica nacional na rede somou 430,1 mil GWh, elevação de 3,6% na comparação com o mesmo período do ano anterior. Todas as classes de consumo apresentaram crescimento positivo, destacando-se os setores: Comercial (+6,3%) e Residencial (+4,6%). A Indústria registrou a menor variação no consumo de energia elétrica (+2,3%), refletindo o desaquecimento da atividade no país. No mês de dezembro o consumo totalizou 36,4 mil GWh, alta de 1,4% em relação a igual período de 2010.

Comércio e Serviços

A classe comercial obteve melhor desempenho, entre as classes de consumo, totalizando 73,5 mil GWh (crescimento de 6,3%) em 2011. Dentre os fatores que favoreceram essa variação positiva, estão a queda na taxa de desemprego e a trajetória ascendente no rendimento das famílias. Esse resultado foi menos expressivo, durante o primeiro e início do segundo trimestres do ano, refletindo as medidas macroprudenciais adotadas pelo governo em meados de 2010 para contenção do crédito. No quarto trimestre o consumo do segmento alcançou 18,8 mil GWh, registrando alta de 5,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. A região Sudeste obteve participação de 55,1% no consumo do segmento, seguido das regiões Sul (16,3%), Nordeste (15,3%), Centro-Oeste (8,1%) e por último o Norte (5,2%).

Indústria

A Indústria no Brasil, em 2011, consumiu por meio da rede 183,6 mil GWh, ou 2,3% mais eletricidade que no ano anterior, e correspondeu a 42,4% de todo o consumo de energia elétrica nacional. Este segmento obteve o menor desempenho entre as demais classes, em função do desaquecimento da indústria no período, conforme mencionado anteriormente. Na comparação entre os últimos trimestres dos anos de 2010 e 2011, a variação foi positiva em 1,1%, somando respectivamente 45,9 mil GWh e 46,4 mil GWh. Considerando a dinâmica de evolução do consumo de energia elétrica nesse segmento, em termos regionais, no período do ano de 2011, o maior crescimento ocorreu na região Centro-Oeste, seguido da região Norte, com robusto crescimento de 7,2%, região Sul com 3,5% e o Sudeste com a menor participação de 3,5%. Em contrapartida, a região Nordeste, apresentou retração de 2,9% no consumo industrial. O estado de São Paulo que concentra a maior parcela da região industrial apresentou taxa anual de crescimento de 2,2%, com comportamento oscilante durante o ano todo.

Famílias

Nos 12 meses findos em dezembro de 2011, foram consumidos 112,0 mil GWh pelo segmento residencial, evolução de 4,4% sobre o mesmo período de 2010. Contribuíram para esse resultado a positiva conjuntura do mercado de trabalho com taxas de desemprego em níveis historicamente baixo, aliado à expansão da renda e do crédito. Na comparação trimestral, foram consumidos 9,5 mil GWh no mês de dezembro de 2011, com elevação de 3,4% sobre o mesmo período em 2010. A rápida expansão da base residencial nas regiões Centro-Oeste e Nordeste, influenciou positivamente na alta do consumo de energia no quarto trimestre de 2011. O volume consumido na região Sudeste apresentou a menor variação equivalente a 2,9%. No Norte a expansão verificada foi 5,6%, e por sua vez, a região Sul teve o consumo do segmento residencial aumentado em 3,5% entre os últimos trimestres de 2010 e 2011.

7.9 - Outras informações relevantes

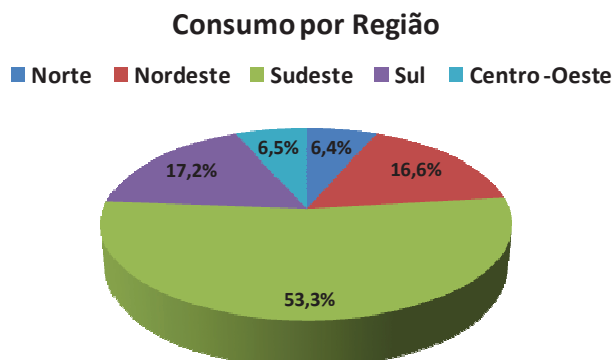
Outros Consumos

Os segmentos rural, poder público, iluminação pública, serviço público e próprio, que compõem a classe outros consumos apresentaram em 2011 expansão de 7,0% no consumo de energia elétrica fornecido na rede em relação a 2010, totalizando 64,0 mil GWh. No último trimestre de 2011, o crescimento foi de 7,7% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Consumo de energia no Brasil

O consumo de energia elétrica na rede em GWh no País se concentra na região Sudeste como pode ser observado abaixo, de acordo com dados divulgados pela EPE.

Região Geográfica	2011
Norte	27.777
Nordeste	71.914
Sudeste	230.668
Sul	74.470
Centro-Oeste	28.205
Total Brasil	433.034



Matriz Elétrica Brasileira

A participação de renováveis na matriz elétrica brasileira ampliou-se em 2,5 pontos percentuais alcançando 88,8% (86,3% em 2010), no ano de 2011, devido às condições hidrológicas favoráveis e ao aumento da geração eólica em 24,3% (fonte EPE). Dentre as fontes renováveis, segundo quadro abaixo, houve queda no consumo de biomassa de cana (safra caiu 9,1%), porém compensada pelo aumento no consumo de energia hidráulica em 5,8%. Para as fontes não renováveis, o destaque no consumo foi para o carvão mineral, cuja participação cresceu 5,6%, seguido do Urânio em 5,1% e o petróleo com elevação de 3,4%. O gás natural obteve queda de 4,3% no período.

No ano de 2011, a oferta interna de energia (total da energia demandada no país) cresceu 1,3% em relação a 2010, atingindo 272,3 milhões de toneladas equivalentes de petróleo (Mtep). A evolução foi menor que a expansão do PIB de 2,7%, segundo o IBGE.

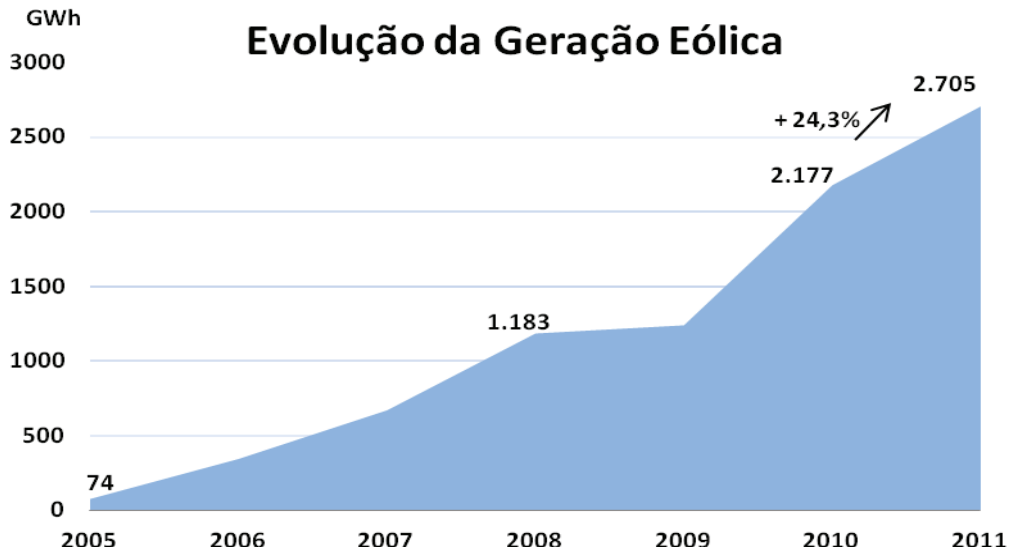
Oferta Interna de Energia	2011	2010	% 2011/2010
Renováveis	120,1	121,2	0,9
Energia Hidráulica e eletricidade	39,9	37,7	5,8
Biomassa da cana	42,8	47,1	-9,1
Biomassa tradicional	26,3	26,0	1,2
Outras renováveis	11,1	10,4	6,7
Não Renováveis	152,2	147,6	3,1
Petróleo	105,2	101,7	3,4
Gás Natural	27,6	27,5	-4,3
Carvão mineral	15,2	14,5	5,6
Urânio	4,1	3,9	5,1
Total	272,3	268,8	1,3

Fonte: EPE/ Nota: Mtep (Milhões de toneladas equivalentes de petróleo)

7.9 - Outras informações relevantes

Geração Eólica

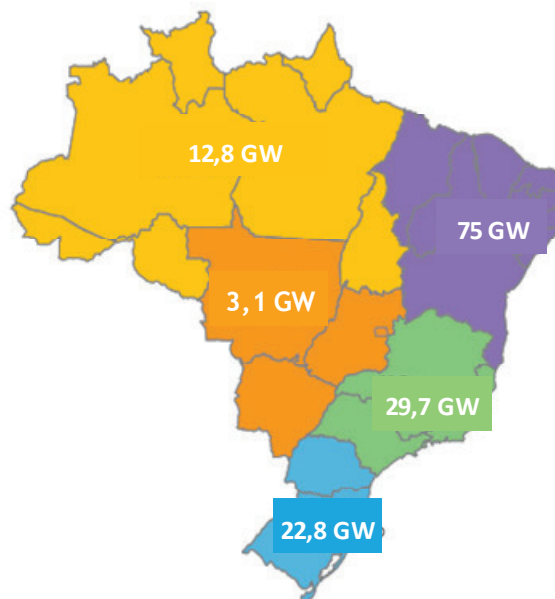
Ao final de 2011, a geração eólica apresentou relevante expansão de 24,3%, equivalente ao consumo de oito meses do segmento de serviços de toda a região Norte do país, e trinta e seis vezes superior ao valor registrado há seis anos (2005-2008), como pode ser observado no gráfico abaixo.



Fonte: EPE

Segundo Atlas do Potencial Eólico Nacional elaborado pela Cepel, o potencial medido de ventos é mais favorável na região Nordeste, seguido das regiões Sudeste, Sul, Norte e Centro-Oeste, e manifesta-se mais intensamente entre os meses de junho a dezembro. Embora o custo da energia eólica ainda seja expressivamente maior que outras fontes disponíveis no Brasil, o incremento de potência instalada na geração eólica refletido no aumento da quantidade de Leilões de Energia Nova (A5), mostra a expansão acentuada que esse tipo de fonte vem apresentando no país.

Potencial Eólico Brasileiro



Fonte: ANEEL

7.9 - Outras informações relevantes

Geração Termelétrica

A geração termelétrica atendeu a 19,1% da demanda de energia elétrica do país no ano de 2011 (ante 21,4% em 2010), segundo o Balanço Energético Nacional de 2012 divulgado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética). A biomassa (bagaço de cana, lixívia e outras recuperações) contribuiu em quase 36,8% dessa geração. No quarto trimestre de 2011 foram adicionados 824,4MW ao parque gerador nacional, onde a geração térmica correspondeu a 46,0% do total. A participação de cada fonte térmica na geração em 2011 segue abaixo.

Fonte	%
Biomassa *	36,8
Gás Natural	25,8
Nuclear	15,4
Derivados de Petróleo	14,2
Carvão e Derivados	7,8

Fonte: EPE

Nota: * Inclui bagaço de cana-de-açúcar, lixívia, lenha e outras recuperações.

Gás Natural

A produção nacional de gás natural atingiu o volume de 65,93 milhões de m³ em 2011, elevação de 4,9% em relação a 2010, de acordo com dados do Boletim de Conjuntura Energética divulgado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética). Desse volume, 51,3% correspondeu ao mercado consumidor, que atingiu 33,83 milhões m³/ dia e os restantes 27,57 milhões m³/ dia relativos ao volume importado. A distribuição de gás por segmento consumidor durante o ano de 2011 ocorreu conforme quadro abaixo.

Distribuição de Gás	2010	2011
Industrial	57,4%	65,3%
Automotivo	8,9%	8,8%
Geração de Energia Elétrica	25,5%	17,0%
Demais	8,1%	8,9%

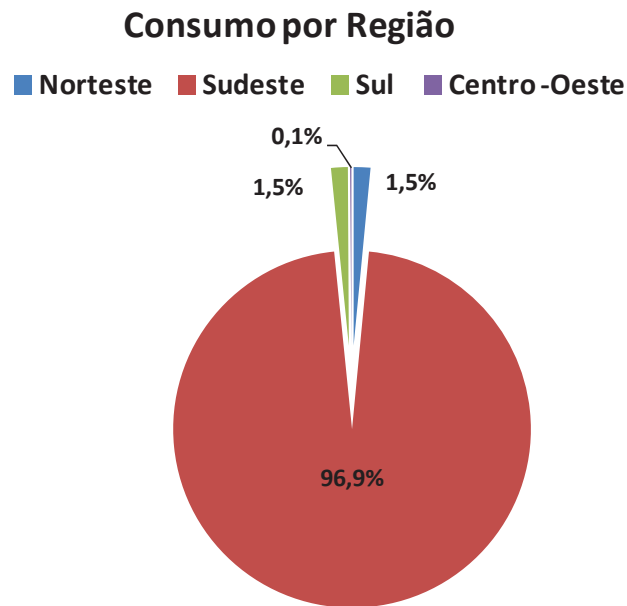
Fonte: Boletim do Gás Natural (MME); Elaboração:EPE

A participação do segmento industrial no consumo de gás foi a mais relevante, com contribuição de 65,3%, equivalente ao volume de 40,13 milhões m³/dia. Na comparação com o ano de 2010, representou um crescimento de 5,0% ou 4,72 milhões m³/dia. No último trimestre do ano, as distribuidoras de gás contavam com 2.743 clientes industriais, tendo fornecido 28,31 milhões de m³/dia, elevação de 4,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. Houve queda nas vendas de gás natural (GNV) ao setor automotivo, no nível de 1,7%, entre 2010 e 2011, totalizando 5,40 milhões m³/dia. Entretanto, na comparação trimestral (4T10/ 4T11), verificou-se aumento de 1,1% no volume comercializado ao segmento, somando 5,58 milhões m³/dia. Na geração de energia elétrica, o volume de gás utilizado em 2011 foi de 7,95 milhões m³/dia, queda de 36,1% em relação ao volume consumido em 2010. A utilização do gás nas usinas termelétricas está sujeito às instruções de despacho do ONS. Estes decorrem, a partir de decisões do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (instância responsável pela preservação do equilíbrio do sistema elétrico nacional), que definem como prioritária a geração por fontes

7.9 - Outras informações relevantes

hídricas, e somente ocorrem quando as condições hidrológicas esperadas encontram-se desfavoráveis para a manutenção de níveis seguros dos reservatórios das usinas hidrelétricas. Dessa maneira, o consumo de gás natural nesse segmento se eleva em períodos de baixa incidência de chuva, e diminui quando as condições climáticas melhoram.

No consumo residencial, o volume de gás natural distribuído em 2011 atingiu 871,09 mil m³, alta de 9,6% em relação ao ano anterior. O consumo desse segmento no estado de São Paulo se elevou em 12,2%, representando a maior contribuição para a região Sudeste. A participação das regiões no consumo de gás natural em 2011 é ilustrada abaixo.

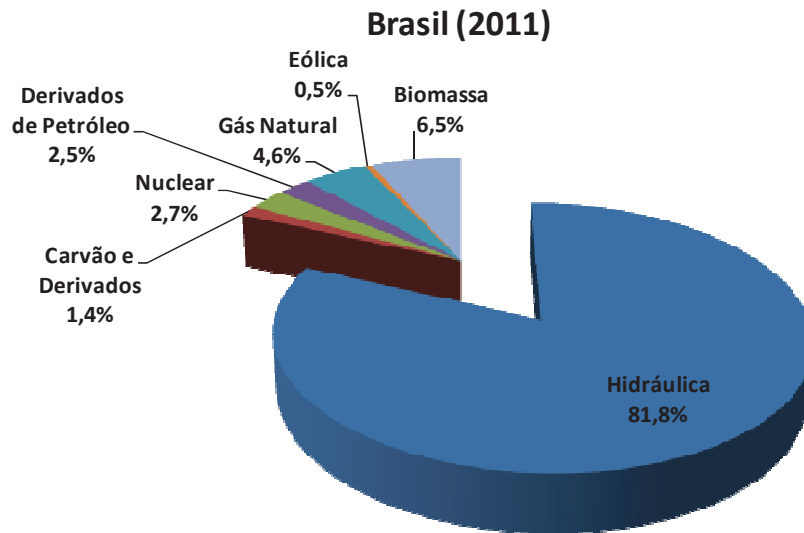


Fonte: EPE

A demanda por gás no segmento comercial atingiu 682,73 mil m³/dia em 2011, alta de 8,5% em relação a 2010. Neste setor também houve participação predominante em termos de consumo da região Sudeste, que absorveu 77,5% do volume agregado, sendo mais uma vez o estado de São Paulo o principal contribuinte. As demais regiões, Sul e Nordeste apresentaram forte expansão de 16,8% e 10,6% respectivamente, enquanto que no Centro-Oeste a queda atingiu 5,3%. Verificou-se que nos últimos trimestres de 2010 e 2011, a taxa de consumo foi 9,1% superior à taxa anual. Para cogeração (tecnologia onde o calor produzido na geração elétrica é usado no processo produtivo sob a forma de vapor), foi fornecido pelas distribuidoras estaduais 2,99 milhões m³/dia de gás natural no ano de 2011, volume 2,9% acima ao distribuído em 2010. Os estados da Bahia e de São Paulo apresentaram as maiores demandas neste segmento, representando 44,1% e 31,6% respectivamente do total, seguidos da região Sul com 14,9% e Centro-Oeste com 0,2%. No último período do ano houve queda de 3,2%, na cogeração em relação ao mesmo período de 2010, totalizando 2,89 milhões m³/dia.

7.9 - Outras informações relevantes

O Gráfico abaixo ilustra a composição da Matriz Elétrica Brasileira ao final de 2011.



Fonte: EPE

Sistema Interligado Nacional (SIN)

O Sistema Interligado Nacional (SIN) - sistema de produção e transmissão de energia elétrica do Brasil – possui sua matriz de geração altamente concentrada em usinas hidrelétricas, que representam, incluindo a parcela brasileira de Itaipu binacional, 91,9% de sua capacidade instalada. É formado por empresas das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Nordeste e parte da região Norte. A produção de energia elétrica por fonte no Sistema Interligado no ano de 2011 pode ser verificado na tabela abaixo.

Fonte	Em GWh				
	2010	%	2011	%	% 2011/2010
Hidráulica	422.894	89,3	450.237	91,9	6,5
Térmica a Gás Natural	25.509	5,4	12.943	2,6	-49,3
Térmica Convencional	9.385	2,0	9.208	1,9	-1,9
Térmica Nuclear	14.514	3,1	15.659	3,2	7,9
Eólica	1.472	0,3	1.902	0,4	29,3
Total	473.774	100	489.949	100	3,4

Fonte: ONS

No acumulado dos últimos 12 meses, o SIN apresentou volume gerado, 3,4% superior ao observado em 2010. No quarto trimestre de 2011, a geração de energia no SIN totalizou 128,6 mil GWh, elevação de 3,9% em relação ao mesmo período do ano anterior.

7.9 - Outras informações relevantes

Subsistemas

Subsistema Sudeste/Centro-Oeste

No submercado elétrico Sudeste/Centro-Oeste, a carga de energia elétrica em dezembro de 2011 foi de 21,9 mil GW, com alta de 0,7% em relação igual período do ano anterior, que somou 21,7 mil GW.

Nos últimos 12 meses, a variação foi positiva em 4,0% na comparação com 2010, tendo o consumo atingido, respectivamente, 260,9 mil GW e 250,8 mil GW. Esse resultado foi impactado pela ocorrência de temperaturas mais altas durante o ano de 2011, influenciando a taxa de crescimento da carga no período.

Subsistema Sul

Na região Sul, houve crescimento na variação da carga de energia elétrica em dezembro de 2011, como também no período acumulado dos últimos 12 meses, atingindo 3,4% e 4,2% respectivamente, em relação ao mesmo período do ano anterior. Em GW, o consumo de energia registrado, na mesma base de comparação, alcançou 6,1 mil e 72,5 mil, respectivamente. A melhor performance da variação é explicada pelas elevadas temperaturas ocorridas no período, o aumento da carga de irrigação em função da seca, somado ao bom desempenho econômico da região suportado pelos resultados da agroindústria.

Subsistema Nordeste

No subsistema Nordeste, os valores de carga de energia verificados em dezembro de 2011 totalizaram 5,2 mil GW, elevação de 1,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo consumo somou 5,1 mil GW. Já no acumulado dos últimos 12 meses, o consumo de energia elétrica avançou 0,3%, somando 59,7 mil GW, em relação a 59,6 mil GW referentes a 2010. O principal motivo para o resultado apurado no período de dezembro foi a redução da intensidade de chuvas que vinha ocorrendo nas capitais da região, que poderia impactar negativamente o setor de turismo, fortemente intensificado nessa época do ano.

Subsistema Norte

No Norte, o desempenho da carga em dezembro de 2011 apresentou variação positiva de 2,2%, somando 2,5 mil GW, em relação ao mesmo período do ano anterior, onde a carga de energia atingiu 2,4 mil GW. Na comparação com os 12 meses acumulados de 2010, o resultado avançou 4,4% em 2011, alcançando, respectivamente 29,7 mil GW e 28,5 mil GW. A decorrência da elevação, na comparação anual, reflete principalmente a robusta produção dos grandes consumidores eletrointensivos conectados à Rede Básica, cuja participação é de 50,0% sobre a carga desse subsistema, sendo dois terços pertencentes ao setor metalúrgico que é voltado para o mercado externo de commodities.

Sistemas Isolados

Os Sistemas Isolados Brasileiros, que correspondem a 3,4% da capacidade de geração elétrica no país fora do SIN, estão majoritariamente localizados e dispersos na região Norte (exceto Belém). Sua matriz de geração é altamente concentrada em usinas termelétricas. Segundo dados do ONS (Operador Nacional do Sistema Elétrico), os sistemas isolados atendem a uma área de

7.9 - Outras informações relevantes

45,0% do território Norte do Brasil (3,0% da população nacional), equivalente a 1,2 milhão de consumidores aproximadamente. A produção de energia elétrica por fonte nos Sistemas Isolados no ano de 2011 pode ser verificado na tabela abaixo.

Fonte	Em GWh				
	Jan-Nov/2010	%	Jan-Nov/2011	%	% 2011/2010
Hidráulica	1.440	14,3	1.875	18,1	30,2
Térmica a Gás Natural	102	1,0	2.041	19,6	1.905,0
Térmica Convencional	8.527	84,7	6.472	62,3	-24,1
Total	10.068	100	10.388	100	3,2

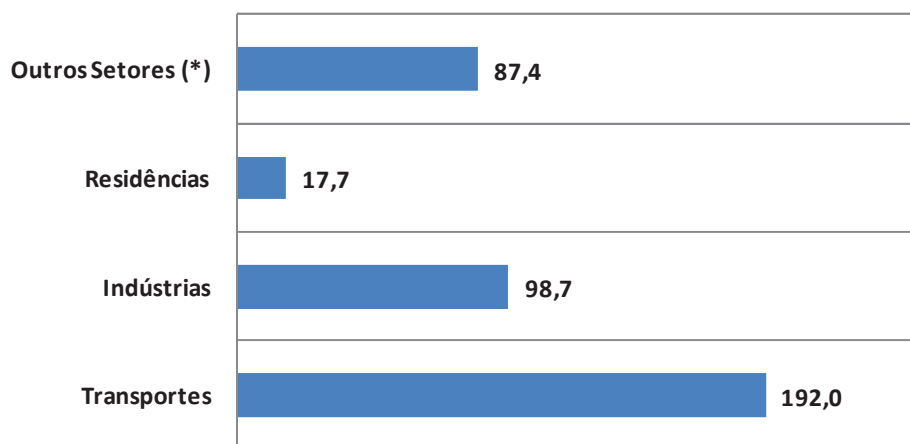
Fonte: Eletrobrás

Houve crescimento no volume gerado nos Sistemas Isolados em 3,2%, na comparação anual, decorrente da forte elevação de 1.905,0% na geração térmica a gás natural, em contra partida, a geração térmica convencional obteve retração de 24,1% no período. A geração hidráulica cresceu 30,2%, na mesma base de comparação, com participação de 18,1% no sistema.

Emissões de CO2

Segundo dados do Balanço Energético Nacional divulgado pela EPE (Empresa de Pesquisa Energética), em 2011 o montante de emissões de gases de efeito estufa devido à produção de energia elétrica foi de 30 MTCO₂-eq, correspondente a apenas 7,6% do total de emissões antrópicas (ação humana) do país na produção e no uso da energia. O Brasil apresenta um dos mais baixos índices de emissão em todo mundo. O total de emissões antrópicas associadas à matriz energética brasileira segue ilustrado no gráfico abaixo.

Emissões, em MTCO₂



Fonte: EPE

7.9 - Outras informações relevantes

Potencial de crescimento do Setor Elétrico Brasileiro

A expectativa de crescimento no consumo nacional de energia é de 4,5% ao ano para a próxima década, segundo projeções de demanda e cenários macroeconômicos traçados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) entre 2011 e 2021. O crescimento médio anual da demanda elétrica no país deverá saltar dos atuais 472 mil GWh para 736 mil GWh em 2021, incluindo os consumidores cativos, consumidores livres e autoprodutores. Baseado nessas premissas considera-se que a expansão do consumo de energia será um pouco inferior ao da economia, cuja taxa de crescimento do PIB brasileiro está estimada em 4,7% ao ano, em média, para um horizonte de 10 anos. As projeções de demanda total de energia elétrica e do PIB do país para o período mencionado estão ilustradas na tabela abaixo.

Período	Consumo (% ao ano)	PIB (% ao ano)
2011-2016	4,7	4,4
2016-2021	4,4	5,0
2011-2021	4,5	4,7

Fonte: EPE

Nota: Inclui autoprodução. Para 2011, consideradas estimativas preliminares do consumo de energia.

As estimativas elaboradas pela EPE consideram dentre os segmentos de consumo da demanda de energia elétrica, a classe comercial, a que deverá manter o robusto desempenho observado dos últimos anos, com expectativa de crescimento médio anual em 5,8%. Apesar do alto crescimento do setor de comércio e serviços, o segmento industrial permanecerá responsável por quase metade do consumo total de energia elétrica no país. As projeções de consumo total de eletricidade por classe estão ilustradas na tabela abaixo.

Classe	Em mil GWh		
	2011	2021	% ao ano
Residencial	112	174	4,5
Industrial	225	346	4,4
Comercial	74	129	5,8
Outros	61	87	3,6
Total	472	736	4,5

Fonte: EPE

Nota: Inclui autoprodução. Para 2011, consideradas estimativas preliminares do consumo de energia.

Para a autoprodução (geração de energia elétrica, a partir de instalações próprias, localizadas junto às unidades de consumo, sem utilização da rede elétrica das concessionárias de transmissão/distribuição), as estimativas da EPE consideram que haverá um expressivo crescimento, em torno de 6,8% ano, em média, nos próximos 10 anos, passando dos atuais 41,5 mil GWh estimados em 2011 para 79,8 mil GWh em 2021.

No que tange à eficiência energética, as projeções traçam cenários com expectativas de ganho que somam 32,2 mil GWh em 2021, ou 4,2% do consumo total de energia elétrica previsto para o período considerado.

7.9 - Outras informações relevantes

Os fatores que sustentam a expectativa favorável para o crescimento da economia brasileira nos próximos anos estão embasados tanto no aumento da demanda interna, seguindo o padrão que já vem ocorrendo nos últimos anos, aliado às oportunidades ligadas aos setores de infraestrutura (destaque para exploração e produção de petróleo) e a injeção de recursos esperado envolvendo a realização de eventos mundiais no país ainda neste quinquênio, como Copa do Mundo e Jogos Olímpicos.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8.1

a) Controladores diretos e indiretos; e d) participações de sociedades do grupo na Companhia

MULTINER

Nosso capital social é composto por ações ordinárias. A tabela a seguir apresenta nossos principais acionistas, bem como suas respectivas participações.

Acionista	Ações Ord.	%	Total	%
Multiner FIP	1.488.360	26,05%	1.488.360	26,05%
Bolgnesi Participações S.A	1.291.140	22,60%	1.291.140	22,60%
Cia 44 de Negócios S.A	197.031	3,45%	197.031	3,45%
JABR Participações S.A	183.918	3,22%	183.918	3,22%
Cia de Investimentos Resultado	54.911	0,96%	54.911	0,96%

Segue, abaixo, breve descrição dos principais acionistas da Companhia:

MULTINER FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES

Um dos nossos principais acionistas é o Multiner Fundo de Investimento em Participações, detentor de 26,05% do nosso capital social. O gestor do Multiner FIP é a Planner Corretora de Valores S.A. Os quotistas do Multiner FIP estão indicados no quadro abaixo:

Acionista	Quotas	%
PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social	163,60	24,81%
POSTALIS – Inst. Seg. Soc. dos Correios e Telégrafos	160,33	24,32%
FUNCEF – Fund. dos Economiários Federais	149,44	22,67%
INFRAPREV – Instituto Infraero de Seguridade Social	94,98	14,41%
REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social	65,03	9,86%
FACEB – Fundação de Assistência dos Funcionários da CEB	10,92	1,66%
FUNDIÁGUA – Fund. de Prev. da Cia. de Saneamento do DF	8,00	1,21%
REGIUS – Sociedade Civil de Previdência Privada	7,00	1,06%
Total	659,30	100%

BOLOGNESI PARTICIPAÇÕES S.A

Outro acionista relevante é a Bolognesi Participações S.A, uma sociedade de participação (holding) não operacional, a qual detém atualmente 22,60% do capital social da Multiner S.A. Os acionistas da Bolognesi Participações S.A estão indicados no quadro abaixo:

Acionista	Ações Ord.	%	Total	%
Ronaldo Marcelo Bolgnesi	14.510.815	99,91%	14.510.815	26,05%
Chiara Sonogo Bolognesi	4.350	0,03%	4.350	22,60%
Gianfranco Sonogo Bolognesi	4.350	0,03%	4.350	3,45%
Gianna Sonogo Bolgnesi	4.350	0,03%	4.350	0,96%
Total	14.523.865	100%	14.523.865	100%

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

CIA 44 DE NEGÓCIOS

A Cia 44 de Negócios, uma sociedade de participação (*holding*) não operacional. É acionista da Multiner S.A e detém atualmente 3,45% do capital social da empresa. Os acionistas da Cia 44 de Negócios estão indicados no quadro abaixo:

Acionista	Ações Ord.	%	Total	%
Fundo de Investimento em Participações Aracuí	193.337.658	94,69%	193.337.658	94,69%
Vila Velha Empreendimentos S.A	10.836.569	5,31%	10.836.569	5,31%
Total	204.174.227	100 %	204.174.227	100 %

JABR PARTICIPAÇÕES S.A.

A JABR Participações S.A., uma sociedade de participação (*holding*) não operacional. É acionista da Multiner S.A, e detém atualmente 3,22% do capital social da empresa. Os acionistas da JABR Participações S.A. estão indicados no quadro abaixo:

Acionista	Ações Ord.	%	Total	%
Jorge Amilcar Bueri da Rocha	2.627.006	99,90%	2.627.006	99,90%
Maria Luíza Ribeiro da Rocha	1	1,00%	1	1,00%
Total	2.627.007	100 %	2.627.007	100 %

CIA DE INVESTIMENTOS RESULTADO

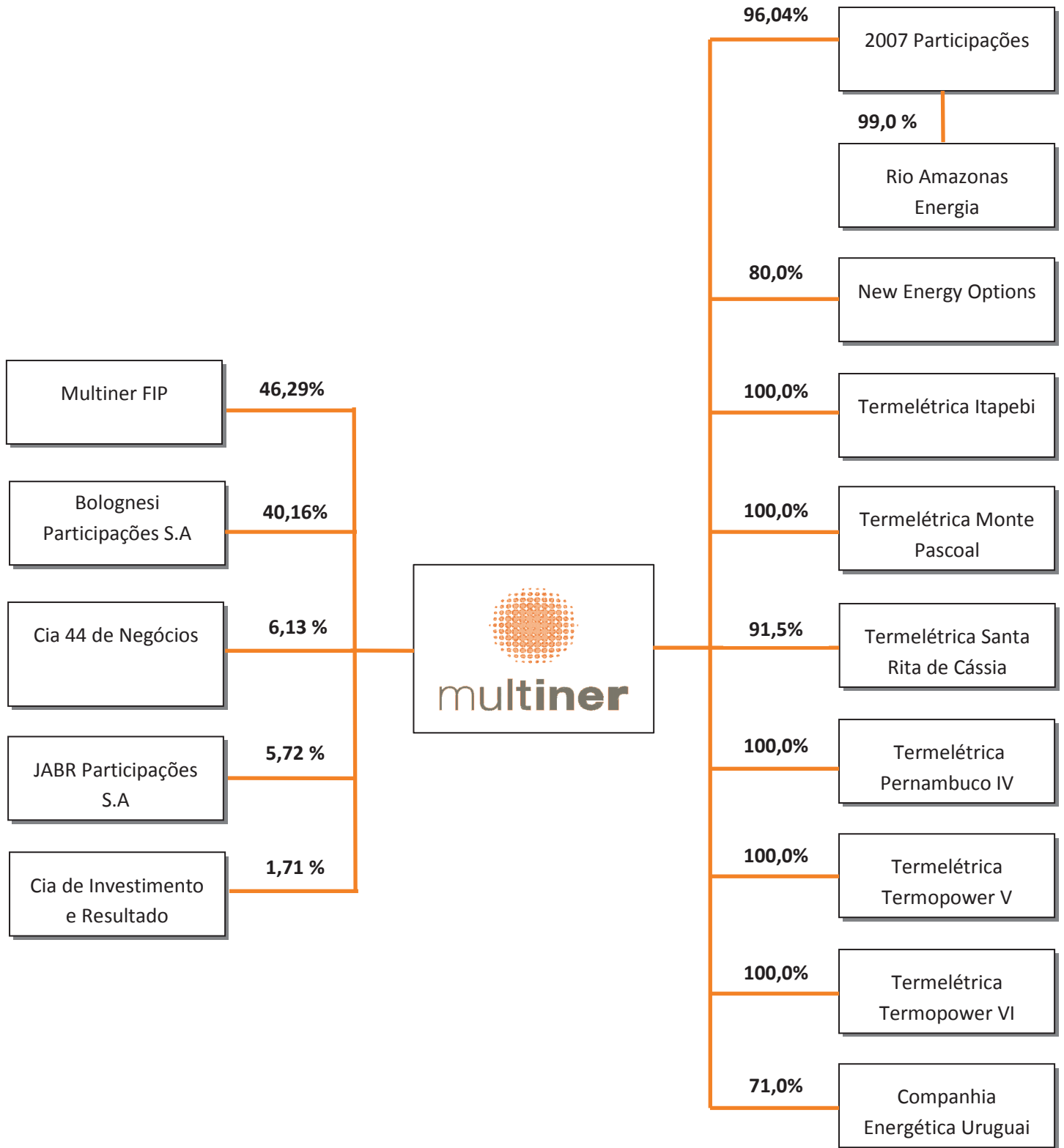
A Cia. de Investimentos Resultado, uma sociedade de participação (*holding*) não operacional. É acionista da Multiner S.A e detém atualmente 0,96% do capital social da empresa. Os acionistas da Cia. de Investimentos Resultado estão indicados no quadro abaixo:

Acionista	Ações Ord.	%	Total	%
Carlos Henrique Figueiredo	1.169	99,82%	1.169	99,82%
Carlos Henrique Figueiredo Filho	1	0,09%	1	0,09%
Camila Eugenia Mello e A. S. Figueiredo	1	0,09%	1	0,09%
Total	1.171	100 %	1.171	100 %

8.1 - Descrição do Grupo Econômico**b) Controladas e coligadas; c) participações da Companhia em sociedades do grupo e e) sociedades sob controle comum**

Denominação Social	Sociedade	Participação da Companhia em	
		2012	2011
New Energy Options Geração de Energia S.A	Controlada	80,0%	80,0%
Termelétrica Itapebi S.A	Controlada	100,0%	100,0%
Termelétrica Monte Pascoal S.A	Controlada	100,0%	100,0%
Termelétrica Pernambuco III S.A	Controlada	-	-
Termelétrica Pernambuco IV S.A	Controlada	100,0%	100,0%
Termelétrica Termopower V S.A	Controlada	100,0%	100,0%
Termelétrica Termopower VI S.A	Controlada	100,0%	100,0%
Termelétrica Santa Rita de Cássia VI S.A	Controlada	91,5%	91,5%
Companhia Energética Uruguaí S.A	Controlada	71,0%	71,0%
2007 Participações S.A	Controlada	96,0%	96,0%
Termelétrica Trapiche I	Controlada	100,0%	100,0%
Termelétrica Trapiche II	Controlada	100,0%	100,0%

8.2 - Organograma do Grupo Econômico



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	28/03/2012
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	<p>Em 28/03/12, JABR Participações S.A., Cia 44 de Negócios S.A., Companhia de Investimentos Resultado e Camille Loyo Faria (“Vendedores”) e Bolognesi Participações S/A, (“Compradora”), celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações (“Contrato de Venda de Ações”) para alienação da totalidade das ações da Companhia detidas pelos Vendedores à Compradora. Nesta mesma data, a Compradora e a Brasilterm Energia S/A, subsidiária da Bolognesi Participações S.A. (em conjunto “Grupo Bolognesi” ou “Grupo”) firmaram com Multiner Fundo de Investimentos e Participações, com a interveniência da Multiner, Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos – Postalis, Fundação Petrobras de Seguridade Social – Petros, Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social – Refer, Instituto Infraero de Seguridade Social – Infracrev, Fundação de Previdência dos Empregados da Ceb – Faceb, Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal – Fundiágua, Bolognesi Engenharia Ltda., Bolognesi Infraestrutura Ltda., um Contrato de Reorganização e de Financiamento de Multiner S.A. (“Contrato de Reorganização”), que estabelece os atos de reorganização e de financiamento da Companhia que, depois de realizados, permitirão que o Grupo Bolognesi adquira a maioria das ações ordinárias com direito a voto e o controle societário da Multiner.</p> <p>Nos termos do Contrato de Reorganização e do Contrato de Venda de Ações, a operação tem como objetivo (i) o refinanciamento de dívidas da Companhia; (ii) a capitalização da Companhia, de modo a preservar o valor de seus ativos e, por conseguinte, do investimento de seus acionistas; e (iii) a transferência do controle acionário da Companhia para o Grupo Bolognesi.</p> <p>O Grupo Bolognesi adquirirá o controle acionário da Companhia, mediante aquisição da totalidade das ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de emissão da Multiner, sendo que, após a conclusão da operação, os Vendedores deixarão de ter qualquer participação no capital da Multiner.</p> <p>O fechamento da operação de reorganização e financiamento e a consequente transferência de controle da Multiner estão sujeitas à obtenção da autorização prévia da ANEEL e ao implemento de demais condições previstas no Contrato de Venda de Ações e no Contrato de Reorganização.</p>
Data da operação	07/02/2011
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Recompra de ações preferenciais resgatáveis
Descrição da operação	Em 07/02/2011, os acionistas da Multiner aprovaram a proposta de recompra de ações preferenciais resgatáveis de emissão da companhia, sem redução do seu capital social, mediante permuta por debêntures de emissão da BVA Empreendimentos S.A. de titularidade da companhia, com vencimento em 2013 e 2014. A proposta de recompra foi aceita exclusivamente pelo acionista BVA Empreendimentos, pelo valor atualizado de todas as 52.148 ações preferenciais resgatáveis até então detidas por este acionista na Companhia.
Data da operação	08/03/2010
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição da operação	Em 08 de março , a Multiner passou a deter 96,04% do capital social da 2007 Participações S.A, empresa que detém 99,99% das ações da Rio Amazonas Energia S.A - RAESA através de : exercício de opção de compra de 66,34% das ações da Crisga Consultoria em Energia Elétrica e Participações Ltda e aquisição de 29,70% das ações da Quattropar - Participações e Empreendimentos Ltda. Em 10 de dezembro, a ANEEL anuiu sobre a transferência da compra de 66,34% das ações da Crisga. Com este fato, as demonstrações financeiras da 2007 Participações passaram a ser consolidadas nas demonstrações financeiras da Multiner a partir do mês de dezembro de 2010.
Data da operação	24/04/2009
Evento societário	Alienação e aquisição de controle societário
Descrição da operação	A Multiner passou a deter o efetivo controle acionário das termelétricas Monte Pascoal S.A e Itapebi S.A, a partir de abril , após a autorização concedida pela ANEEL.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4 Outras informações que a Companhia julgue relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico já foram divulgadas neste documento.

9.2 - Outras informações relevantes

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10.1 Condições financeiras e patrimoniais gerais

a) Condições financeiras e patrimoniais gerais

i. Condições Financeiras

A Administração acredita que pelo fato da Companhia ter sido constituída recentemente e suas controladas encontrarem-se em fase pré-operacional e sem histórico de desempenho, seus projetos estão sujeitos a riscos, despesas e incertezas associados à implementação de seu plano de negócios, normalmente não enfrentados em empresas mais maduras. Aliado a isso, como a maior parcela de seus empreendimentos estão em estágios iniciais de desenvolvimento, estes são dependentes do suporte financeiro dos acionistas da companhia e/ou de terceiros, a fim de atingir a capacidade financeira e patrimonial necessárias para o cumprimento de obrigações financeiras de curto, médio e longo prazos, até que as operações de suas controladas se tornem rentáveis.

A Companhia enfrentou ao longo do exercício de 2011 uma série de desafios decorrentes da escassez de recursos necessários para cumprir com relevantes obrigações financeiras, regulatórias e comerciais, todas direta ou indiretamente relacionadas aos seus projetos em operação, como também os que estão em desenvolvimento e com significativos impactos no mercado regulado de energia elétrica. Em alguns casos a inadimplência decorrente desta situação acarretou relevante deterioração financeira e patrimonial da Companhia, inclusive a perda da outorga de alguns de seus empreendimentos.

Em decorrência disso, a Companhia apresentou resultado negativo em R\$ 358.327 mil, com significativos custos de financiamento e despesas gerais para o desenvolvimento de seus projetos, e de provisões para perdas contingenciais já reconhecidas por conta de situações irrevogáveis.

Porém ressalta-se que a companhia celebrou uma mudança no seu controle acionário pela venda das ações ordinárias de JABR Participações S.A , Cia 44 de Negócios S.A, Cia de Investimento e Resultado e Camille Loyo Faria para o Grupo Bolognesi. Esse contrato integra o plano de reorganização financeira da companhia, que envolve repactuação de parte de suas dívidas e sua capitalização de forma a prover recursos próprios para a implementação de seus projetos.

ii. Condições Patrimoniais

O portfólio de empreendimentos da Multiner oferece alternativas de geração de energia por meio de fontes diversificadas, com usinas termelétricas (óleo combustível e a gás natural), eólicas e hidrelétricas, estrategicamente localizadas nas principais regiões do Brasil. Seu parque gerador, quando todos os empreendimentos estiverem em operação, ao final de 2011 somará 1,3GW de capacidade instalada.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. Estrutura de Capital

A Multiner possui uma estrutura de capital alavancada, observada pelo padrão de financiamento de suas operações, medida pela relação entre o endividamento e a capitalização (Patrimônio Líquido mais a dívida líquida). Isso ocorre, pelo fato da maioria de seus projetos encontrarem-se em fase pré-operacional, havendo, portanto a necessidade de obtenção de financiamentos para a execução de tais projetos.

A estrutura de capital utilizada para financiamento dos projetos da Companhia, com Capital de Terceiros é composta de 22,0 % de obrigações de curto prazo e 78% de longo prazo.

O total da dívida financeira em 31/12/2011 era de R\$ 1.236.981 (R\$1.014.031 em 2010), sendo 100% composta em moeda nacional, e distribuída da seguinte forma: CCBs -56,04%, Financiamentos- 34,53% e Debêntures - 9,43%.

O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 é de R\$ 150.253 (R\$ 150.253 em 31 de dezembro de 2010) e está dividido por 1.727.000 ações ordinárias (1.727.000 em 31 de dezembro de 2010) e 445.620 ações preferenciais resgatáveis (497.768 em 31 de dezembro de 2010) e 52.148 ações em tesouraria, sem valor nominal. Todas as ações emitidas foram integralizadas.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Como a Multiner é uma empresa recentemente constituída, e a maior parte de suas controladas encontra-se em fase pré-operacional e sem histórico de desempenho, a implementação de seus empreendimentos torna-se dependente de suporte financeiro de seus acionistas ou terceiros, até que suas operações se tornem rentáveis. Portanto, estamos sujeitos a riscos, despesas e incertezas associados à implementação de nosso plano de negócios, normalmente não enfrentado por empresas mais maduras, o que torna nosso desempenho futuro incerto.

Nesse contexto, em função do alto nível de endividamento, para viabilização de nossos projetos, a empresa deve buscar a renegociação de seus passivos.

d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas e e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

A estrutura de capital planejada para os nossos empreendimentos e projetos possui como premissa a captação de recursos de longo prazo proveniente de instituições financeiras de fomento e nacionais para cobertura de parcela relevante dos investimentos necessários para a implantação dos mesmos. Pretendemos manter este planejamento financeiro por meio de nossas sociedades de propósito específico para financiamento de capital de giro e investimentos em ativos não circulante, a fim de cobrir deficiências de liquidez.

f) Níveis de endividamento e características das dívidas.

Tendo em vista que nossos projetos de investimento para construção de termelétricas, parques eólicos e hidrelétricas exigem grande quantidade de investimentos, é provável que continuemos a manter relevante nível de endividamento, conforme as tabelas abaixo:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

	Controladora	Consolidado		
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
Cédulas de crédito bancário	111.336	693.144	665.562	237.378
Financiamento - BNB	-	421.666	228.557	-
Banco da Indústria e Comércio	-	5.479	7.038	-
	111.336	1.120.289	901.157	237.378
Circulante	7.179	111.768	112.884	11.373
Não circulante	104.157	1.008.521	788.273	226.005

	Vencimento	Controladora	Consolidado		
		31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2009
CCBs	Até 2028	127.763	732.787	709.316	284.057
(-) Custos a apropriar (1)		-16.427	-39.643	-43.754	-46.679
		111.336	693.144	665.562	237.738
Circulante		7.179	60.371	43.474	11.373
Não circulante		104.157	632.773	622.088	226.005

- (1) Refere-se aos gastos com assessoria financeira na captação das Cédulas de Crédito Bancário (CCBs) que são amortizados considerando o prazo de vencimento dos contratos conforme pronunciamento contábil CPC 08 - Custos de Transação

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais*Financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil*

	Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010
Financiamento Alegria I (1)	198.581	170.956
Financiamento Alegria II (2)	191.427	-
Empréstimo Ponte Alegria II (3)	37.537	60.335
(-) Custos a apropriar	<u>(5.879)</u>	<u>(2.734)</u>
	<u>421.666</u>	<u>228.557</u>
Circulante	45.919	62.371
Não circulante	375.747	166.186

- (1) O valor financiado para o Projeto Alegria I será de R\$ 250 milhões pago em 20 anos, com carência de um ano.
- (2) Para o Projeto Alegria II o Banco do Nordeste aprovou o empréstimo ponte no valor total de R\$ 140.000, com vencimento inicial para 17 de maio de 2011, sendo que o mesmo teve seu vencimento prorrogado para o dia 17 de maio de 2012, mas com o valor reduzido para R\$ 4,9 milhões.
- (3) O valor financiado para o Projeto Alegria II será de R\$ 400 milhões pago em 20 anos, com carência de dois anos.

g) Limites de Financiamento já contratados.

	Consolidado		
	31/12/2011		
Empréstimo	Limite	Já Contratado	A Liberar
Financiamento Alegria I	250.000	250.000	-
Financiamento Alegria II	398.749	238.778	159.971
Empréstimo Ponte Alegria II	140.000	140.000	-

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**h) Alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

Discussão e Análise da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais - Comparação das Informações Financeiras dos Exercícios Sociais encerrados em 31 de dezembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

	Controladora		Consolidado		Variação %
	2011	2010	2011	2010	
Receita líquida de vendas (1)	29.222	-	168.827	28.354	495%
Custo das vendas (2)	<u>(44.581)</u>	<u>-</u>	<u>(130.947)</u>	<u>(48.820)</u>	168%
Lucro/(Prejuízo) bruto	<u>(15.359)</u>	<u>-</u>	<u>37.880</u>	<u>(20.466)</u>	-285%
Despesas administrativas (3)	(21.248)	(53.904)	(69.963)	(78.468)	-11%
Resultado de equivalência patrimonial	(170.327)	(53.808)	-	-	
Outras despesas operacionais (4)	<u>(106.594)</u>	<u>(24.425)</u>	<u>(174.764)</u>	<u>(39.925)</u>	338%
Resultado antes do resultado financeiro e impostos	<u>(313.528)</u>	<u>(132.137)</u>	<u>(206.847)</u>	<u>(138.859)</u>	49%
Receitas financeiras	17.087	13.131	44.004	8.238	434%
Despesas financeiras	<u>(58.375)</u>	<u>(32.034)</u>	<u>(154.738)</u>	<u>(38.322)</u>	
Resultado financeiro líquido (5)	<u>(41.288)</u>	<u>(18.903)</u>	<u>(110.734)</u>	<u>(30.084)</u>	268%
Resultado antes dos impostos	<u>(354.816)</u>	<u>(151.040)</u>	<u>(317.581)</u>	<u>(168.943)</u>	88%
Imposto de Renda e CSLL Correntes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.272)</u>	<u>-</u>	
Imposto de Renda e CSLL Diferidos	<u>(1.261)</u>	<u>27.172</u>	<u>(38.474)</u>	<u>45.067</u>	-185%
Prejuízo do exercício	<u>(356.077)</u>	<u>(123.868)</u>	<u>(358.327)</u>	<u>(123.876)</u>	189%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(1) Receita Líquida de Vendas**

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Fornecimento de energia:			
Potência Garantida	-	58.999	-
Operação e Manutenção	-	18.755	-
Combustível	-	69.527	-
Energia elétrica	32.316	95.848	31.311
	<u>32.316</u>	<u>243.129</u>	<u>31.311</u>
Deduções:			
PIS	(533)	(4.234)	(517)
COFINS	(2.456)	(19.500)	(2.380)
ICMS	(105)	(40.328)	(60)
Outras deduções	-	(10.240)	-
	<u>(3.094)</u>	<u>(74.302)</u>	<u>(2.957)</u>
Receita líquida de vendas	<u>29.222</u>	<u>168.827</u>	<u>28.354</u>

A receita da Companhia é substancialmente representada pelo valor de venda de energia no exercício de 2011 pela usina termelétrica Rio Amazonas Energia S.A. e pela usina eólica New Energy e pela venda de energia de lastro das Termelétricas Pernambuco IV, Itapebi e Monte Pascoal em função do atraso para entrada em operação

(2) Custo das Vendas

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>	
	31/12/2011	31/12/2011	31/12/2010
Energia elétrica	(44.581)	(54.575)	(48.820)
Óleo combustível	-	(58.101)	-
Operação e Manutenção	-	(12.310)	-
Outros custos	-	(5.961)	-
	<u>(44.581)</u>	<u>(130.947)</u>	<u>(48.820)</u>
Custo das vendas	<u>(44.581)</u>	<u>(130.947)</u>	<u>(48.820)</u>

O custo de R\$ 44.581 na controladora é proveniente da compra de energia de lastro durante o exercício de 2011 da Termelétrica Pernambuco IV e no mês de outubro de 2011 de Itapebi e Monte Pascoal, em função do atraso para entrada em operação das respectivas termelétricas.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(3) Despesas Administrativas**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Pessoal (1)	(5.018)	(3.484)	(12.211)	(7.106)
Honorários dos administradores (2)	(3.271)	(1.113)	(5.679)	(2.153)
Tributárias	(131)	(40)	(793)	(1.204)
Depreciação/Amortização (3)	(86)	(160)	(20.008)	(228)
Consultorias e assessorias em geral	(5.750)	(33.183)	(8.590)	(36.056)
Serviços prestados por pessoa jurídica	(1.281)	(7.509)	(4.250)	(9.531)
Armazenagem	-	-	(3.045)	(5.622)
Consultoria jurídica	(1.174)	(2.539)	(2.978)	(3.935)
Seguros	(91)	(74)	(4.397)	(3.935)
Aluguel	(2.650)	(2.301)	(4.026)	(3.234)
Viagens	(520)	(742)	(1.187)	(1.270)
Outras despesas	(1.276)	(2.759)	(2.799)	(4.194)

- (1)** Nossas despesas consolidadas com pessoal relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2011 foram de R\$12.211 mil, representando um aumento de aproximadamente 71,8% em relação ao exercício social encerrado em 31.12.2010.
- (2)** No exercício social encerrado em 31.12.2011, na visão consolidada, pagamos honorários dos administradores no montante de R\$5.679 mil, contra um valor de R\$2.153 mil pago no exercício social encerrado em 31.12.2010. O aumento de 163,7% deveu-se ao pagamento de bonificação aos diretores estatutários.
- (3)** A variação significativa da conta de depreciação deve-se ao fato da entrada em operação da usina de energia eólica - UEE Alegria I em 29/12/2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(4) Outras Despesas Operacionais**

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas com Multas Contratuais (1)	(15.375)	-	(15.375)	-
Despesa com provisão para Ajuste ao valor recuperável de projetos em desenvolvimento	(6.064)	(12.308)	(6.177)	(27.906)
Despesa com provisão para ajuste ao valor recuperável de ágio (2)	(46.439)	-	(46.439)	-
Despesa com provisão de perda/aquisição 2007 Participações S.A	(3.234)	(3.710)	-	(3.710)
Despesa com provisão para ajuste ao valor recuperável de adiantamento a fornecedores	-	(760)	-	(1.059)
Provisão para passivo descoberto	-	(667)	-	-
Despesa com provisão para contingências (3)	-	-	(41.346)	-
Perda na aquisição de investimentos	-	(7.250)	-	(7.250)
Penalidades com energia elétrica	(32.938)	-	(32.938)	-
Perda sobre o valor recuperável	-	-	(27.033)	-
Outras despesas	(2.544)	-	(5.456)	-
	<u>(106.594)</u>	<u>(24.695)</u>	<u>(174.764)</u>	<u>(39.925)</u>

- (1) Penalidade no valor de R\$ 4.224 imposta pelo fornecedor Wartsila pelo não cumprimento dos prazos de contrato de fornecimento de equipamentos e multa contratual no valor de R\$11.151, referente ao inadimplemento do contrato de compra de lastro firmado com a BR Distribuidora para as controladas Itapebi, Monte Pascoal e Pernambuco IV.
- (2) Refere-se a provisão para impairment do ágio apurado da combinação de negócios da 2007 Participações S.A. no valor de R\$34.676 e provisão para impairment do ágio apurado na aquisição das Termelétricas Itapebi e Monte Pascoal no montante de R\$ 11.763 (Vide Nota Explicativa nº 14).
- (3) Contingências referentes às penalidades de revogação das outorgas das Termelétricas Itapebi (R\$ 20.367), Monte Pascoal (R\$ 20.367) e Pernambuco IV (R\$ 32.938), e processo judicial com a empresa Medabil no montante de R\$ 612 (Vide Nota Explicativa nº 21).

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**(5) Resultado Financeiro**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Despesas Financeiras				
Variação monetária negativa	(22.537)	(21.188)	(46.862)	(23.296)
Despesa com juros	(10.496)	(10.428)	(68.090)	(10.428)
Despesa com multas	(3.968)	(266)	(17.904)	(2.953)
Variação cambial negativa	(646)	-	(212)	-
Despesa com mútuos	(1.936)	(36)	(293)	(41)
Perdão permuta Debêntures x PNS	(16.518)	-	(16.518)	-
Outras despesas financeiras	(2.274)	(116)	(4.859)	(1.604)
	<u>(58.375)</u>	<u>(32.034)</u>	<u>(154.738)</u>	<u>(38.322)</u>
Receitas Financeiras				
Receita com aplicação financeira	2.833	3.546	12.201	3.897
Variação monetária positiva	6.623	1.040	6.623	1.039
Receita com mútuos	6.920	8.330	2.668	2.880
Variação cambial positiva	-	3	-	36
Atualização monetária de impostos	355	199	2.588	252
Juros s/arrendamento financeiro	-	-	17.321	-
Outras receitas financeiras	356	13	2.603	134
	<u>17.087</u>	<u>13.131</u>	<u>44.004</u>	<u>8.238</u>
Resultado Financeiro	<u>(41.288)</u>	<u>(18.903)</u>	<u>(110.734)</u>	<u>(30.084)</u>

A variação significativa do resultado financeiro decorre em função da inclusão do resultado da controlada RAESA no resultado consolidado da Companhia a partir do exercício de 2011.

Em 31 de março de 2011 a Companhia recomprou 52.148 ações preferenciais resgatáveis de sua emissão, sem redução do capital social mediante contrato de Dação em pagamento de ações celebrado entre BVA Empreendimentos S.A. e a Multiner, tendo com essa transação uma despesa de R\$ 16.518 na controladora e no consolidado.

(6) Imposto de Renda e CSLL Diferidos

A relevante variação é decorrente da reversão dos impostos diferidos ativos, em função da não expectativa de lucratividade futura.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Principais alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras**

	Controladora		Consolidado		Variação %
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4.188	30.724	24.383	109.612	-77,8
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	67.840	54.133	25,3
Contas a receber	-	-	101.986	137.636	-25,9
Adiantamentos a fornecedores	1.050	56	3.021	5.727	-47,2
Creditos com partes relacionadas	4	4	5	4	25,0
Pagamentos antecipados	91	83	3.879	7.543	-48,6
Impostos a recuperar	203	3.292	3.932	20.775	-81,1
Arrendamento financeiro a receber	-	-	7.531	5.255	43,3
Outros créditos	1.059	6	7.716	6.090	26,7
	<u>6.595</u>	<u>34.165</u>	<u>220.293</u>	<u>346.775</u>	
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Adiantamentos a fornecedores	50	103	16.880	32.226	-48
Adiantamento para futuro aumento de capital	171.486	230.394	-	-	
Creditos com partes relacionadas	99.292	162.907	66.506	71.356	-7
Impostos diferidos	-	1.261	28.046	71.867	-61
Impostos e Contribuições a Recuperar	5.177	-	40.605	20.465	98
Arrendamento financeiro a receber	-	-	164.021	159.485	3
Depósitos vinculados	-	-	210	164	28
	<u>276.005</u>	<u>394.665</u>	<u>316.268</u>	<u>355.563</u>	
Investimentos	57.039	121.766	-	-	-
Propriedades para investimento	4.871	2.647	4.871	2.647	84
Imobilizado	54.406	275	786.792	624.971	26
Intangível	8.407	14.421	222.829	285.506	-22
	<u>400.728</u>	<u>533.774</u>	<u>1.330.760</u>	<u>1.268.687</u>	4,9
	<u>407.323</u>	<u>567.939</u>	<u>1.551.053</u>	<u>1.615.462</u>	-4,0

	Controladora		Consolidado		Variação %
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010	
Passivo					
Circulante					
Financiamentos	7.179	3.239	111.768	112.884	-1,0
Debêntures	13.826	10.074	13.826	10.074	37,2
Fornecedores	4.696	2.078	169.946	176.326	-3,6
Salários e encargos sociais	3.209	968	3.290	1.048	213,9
Obrigações fiscais	173	130	50.023	17.688	182,8
Contas a pagar	1.321	3.816	1.421	3.880	-63,4
Débitos com partes relacionadas	1.518	3.065	1.850	3.389	-45,4
Outros	2.528	-	5.576	2.439	128,6
	<u>34.450</u>	<u>23.370</u>	<u>357.700</u>	<u>327.728</u>	
Não circulante					
Financiamentos	104.157	99.838	1.008.521	788.273	27,9
Adiantamento para futuro					
aumento de capital	-	-	413	395	4,6
Provisão para passivo a descoberto	160.321	5.127	-	-	
Fornecedores	8.920	-	13.398	3.423	291,4
Impostos diferidos	-	-	63.208	67.858	-6,9
Provisão para contingências	32.938	-	75.007	-	
Contas a pagar	-	-	436	446	-2,2
Debêntures	102.866	102.800	102.866	102.800	0,1
Débitos com partes relacionadas	32.203	2.362	10.236	47	21.678,7
	<u>441.405</u>	<u>210.127</u>	<u>1.274.085</u>	<u>963.242</u>	
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)					
Capital social	150.253	150.253	150.253	150.253	-
Reservas de capital	347.477	394.374	347.477	394.374	-11,9
Prejuízos acumulados	(566.262)	(210.185)	(575.582)	(219.970)	161,7
Patrimônio líquido (passivo a descoberto) atribuível aos controladores	<u>(68.532)</u>	<u>334.442</u>	<u>(77.852)</u>	<u>324.657</u>	-124,0
Participação de não controladores	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(2.880)</u>	<u>(165)</u>	1.645,5
	<u>(68.532)</u>	<u>334.442</u>	<u>(80.732)</u>	<u>324.492</u>	-124,9
	<u>407.323</u>	<u>567.939</u>	<u>1.551.053</u>	<u>1.615.462</u>	-4,0

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ATIVO

Circulante

Caixa e equivalente de caixa: o saldo consolidado dessa conta em 31.12.2010 era de R\$109.612 mil, em comparação com o saldo de R\$24.383 mil verificado em 31.12.2011, uma redução, portanto, de 77,8%. Essa redução deve-se basicamente à resgates antecipados de debêntures sem perda de remuneração, efetuados para pagamentos de mútuos com a controladora e para atender as operações de curto prazo da Companhia.

Aplicações financeiras vinculadas: a variação no exercício de 2011 versus 2010 foi de um aumento de 25,3%, basicamente relacionada a aplicação financeira em CDBs emitidos pelo Banco do Nordeste do Brasil-BNB, vinculada ao Contrato de Abertura de Crédito do próprio BNB, firmado em 22 de dezembro 2010 para a subsidiária New Energy Options Geração de Energia S.A., com a finalidade de financiar o empreendimento denominado Parque Eólico Alegria II.

Contas a Receber: a variação nesta rubrica deve-se, sobretudo, ao recebimento de parte do faturamento de combustível realizado para Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

Adiantamento a Fornecedores: o saldo consolidado dessa conta reduziu-se em 47,2% por conta da chegada de equipamentos adquiridos da Watsila Finland.

Pagamentos Antecipados: a redução de 48,6%, nesta rubrica, refere-se basicamente a baixa dos custos de transação registrados como pagamentos antecipados até o momento em que ocorre a efetiva liberação dos recursos, quando então são transferidos para uma conta redutora de empréstimos a pagar e amortizados de acordo com o prazo de cada um dos contratos.

Impostos a Recuperar: A significativa redução do saldo consolidado está relacionado, basicamente, à transferência de impostos para o longo prazo, devido a não expectativa de utilização no próximo exercício.

Não-Circulante

Realizável a longo prazo

Adiantamento a fornecedor: o saldo consolidado dessa conta reduziu-se em 47,2% por conta da chegada de equipamentos adquiridos da Watsila Finland.

Imposto Diferido. A significativa redução do saldo consolidado está relacionado basicamente à reversão do imposto de renda e contribuição social diferidos, pela Companhia não ter expectativa de lucratividade futura que permita tal registro.

Imposto e Contribuições a Recuperar: O significativo aumento do saldo consolidado está relacionado, basicamente, à transferência de impostos do curto prazo, devido a não expectativa de utilização no próximo exercício.

Propriedade para Investimento

O aumento observado de 2010 para 2011 se deve à aquisição de terreno na área rural de Santa Rita no Estado da Paraíba.

Imobilizado

A variação anual no consolidado é representada basicamente pelos investimentos relacionados ao projeto Alegria II e uma perda ao valor recuperável de seus ativos.

Intangível

A variação no exercício de 2011, refere-se basicamente a provisão para impairment do ágio apurado na: (i) combinação de negócios da 2007 Participações S.A; (ii) nas aquisições das UTEs Itapebi e Monte Pascoal; (iii) gastos com projetos da UTE Pernambuco e (iv) gastos com os projetos Angelim, Lajedo, Ribeiro I, Termopower VII e Termopower VIII.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivo

Circulante

Obrigações Fiscais: A variação dessa rubrica refere-se substancialmente a ICMS apurado na venda de energia elétrica pela controlada RAESA. O valor devido não foi recolhido e está sendo atualizado com juros e multa. A Companhia está em processo de discussão destes impostos perante a Secretaria de Estado de Fazenda do Amazonas

Não Circulante

Financiamentos. Nosso saldo consolidado de financiamentos teve um incremento no curto prazo de 27,9%. Esta significativa variação refere-se a renegociação do empréstimo ponte para o projeto Alegria II, prorrogando seu vencimento para 17 de maio de 2012.

Fornecedores: O saldo consolidado dessa conta é afetado pelo registro do valor à pagar a Petrobrás Distribuidora referente ao consumo de combustível da investida Raesa, a ser reembolsado pela Eletrobrás (através da conta de CCC).

Contingências: A Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza civil e regulatória. Com base na opinião de nossos assessores jurídicos é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a causa em questão, justificando assim, a provisão de R\$ 75.007 mil.

Patrimônio Líquido

Capital Social: O capital subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$150.253 e foi composto por 1.727.000 ações ordinárias e 497.768 ações preferenciais resgatáveis, sem valor nominal. Não houve alteração em relação ao ano anterior. Todas as ações emitidas foram integralizadas.

Reserva de Capital: A variação do saldo dessa conta no valor de R\$ 46.897 mil em 31.12.2011 refere-se a recompra de ações preferenciais nominativas resgatáveis de sua emissão.

Prejuízos Acumulados: A variação de R\$355.612 mil negativos em 31.12.2011 em relação ao ano anterior é explicado pelo resultado negativo do exercício.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 Resultado Operacional e Financeiro

a) resultados das operações da Companhia

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia apresentaram, em 31 de dezembro de 2011, um prejuízo líquido de R\$355.612 mil, decorrente: (i) da inclusão da controlada RAESA no resultado do Grupo, (ii) baixa por impairment de ágio e imobilizado de empresas controladas, (iii) provisão de contingências de processos cíveis e regulatórios e (iv) reversão de impostos diferidos pela falta de expectativa de recuperabilidade dos mesmos.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3 Eventos relevantes e impactos nas demonstrações financeiras e resultados da Companhia

a) Introdução ou alienação de segmento operacional

Não houve eventos com efeitos relevantes dessa natureza.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve eventos com efeitos relevantes dessa natureza.

c) Eventos ou operações não usuais

UTE Cristiano Rocha

Foi iniciada no 2º trimestre a conversão da UTE Cristiano Rocha para uso do gás natural como combustível.

UTE Pernambuco IV

Em 8 de outubro de 2010, a Agência Estadual de Meio Ambiente - CPRH do Estado de Pernambuco emitiu a licença de instalação da UTE Pernambuco IV. Em função do atraso para entrada em operação da Termelétrica Pernambuco IV, a controlada fechou contrato com a Petrobras para compra de energia (lastro) a partir de janeiro de 2011, conforme o estabelecido na Resolução Normativa 165/2005 da ANEEL, visando adquirir energia para o período de 12 meses, para substituir os 200,8 MW médios comercializados por esta usina no leilão A-3, de 2008.

A partir do mês de novembro de 2011, a controlada Pernambuco IV não cumpriu com a obrigação contratual regulatória de disponibilizar a energia relativa a novembro e dezembro de 2011 para o Sistema Elétrico Nacional, ficando sujeita a penalidades por conta deste inadimplemento.

Em 24 de novembro de 2011 foi iniciado pela ANEEL o processo de revogação da outorga da UTE Pernambuco IV, cuja defesa foi apresentada tempestivamente pela Companhia

UTE Santa Rita de Cássia

Em 18 de fevereiro de 2011, a Termelétrica Santa Rita de Cássia obteve liminar judicial suspendendo as penalidades técnicas e administrativas decorrentes do atraso do início de operação comercial da UTE Santa Rita de Cássia, em razão do descasamento entre o cronograma da usina e o da subestação à qual a mesma deveria ser conectada. Essa liminar terá validade até a apreciação do pedido liminar pelo julgador de primeiro grau (juízo de primeira instância).

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

10.4 Mudanças nas práticas contábeis /Ressalvas e Ênfases

a) Mudanças significativas nas práticas contábeis

As demonstrações financeiras da Companhia e de suas investidas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pela International Accounting Standard Board (IASB), e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP). Foram observadas também as práticas contábeis adotadas com as mudanças introduzidas por intermédio das Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC e de normas da Comissão de Valores Mobiliários.

Algumas alterações foram procedidas nas demonstrações financeiras individuais da Companhia (controladora) e de suas investidas, visando o alinhamento e equiparação às demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, conforme requerido pela deliberação CVM 610/09 (CPC 43-Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos).

b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

As demonstrações financeiras individuais da Companhia (Controladora) e de suas investidas não apresentam diferenças em relação às demonstrações financeiras utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas em IFRS, exceto pela manutenção do ativo diferido, conforme previsto no CPC 43 acima mencionado. Os valores contabilizados no ativo diferido referem-se a gastos incorridos pelas controladas em fase pré-operacional, e foram registrados no balanço das mesmas até 31.12.2008. De acordo com o IFRS, gastos e ganhos pré-operacionais incorridos após dezembro de 2008 foram então baixados nos respectivos exercícios nas demonstrações financeiras consolidadas.

Ao aplicar o IFRS, a partir de 1º de janeiro de 2009, o adiantamento para a aquisição da opção de compra dos 66,34% das ações da 2007 Participações foi mensurado ao valor justo de R\$ 76.207 mil contra a conta de reserva de capital. E, adicionalmente, o imposto diferido passivo no valor de R\$ 25.910 mil calculado sobre o valor justo da opção foi registrado em conta de passivo, tendo como contrapartida a conta de prejuízos acumulados.

O patrimônio líquido da controladora difere do patrimônio líquido consolidado em função do saldo de ativo diferido existente no encerramento de cada exercício, que nas demonstrações financeiras individuais da controlada e das investidas preparadas de acordo com o BR GAAP foi mantido no ativo não-circulante, ao passo que nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS foi baixado contra lucros acumulados.

Patrimônio Líquido

	31/12/2011	31/12/2010
Saldos na Controladora	(68.532)	334.442
Ajustes de adoção ao IFRS	<u>(9.320)</u>	<u>(9.785)</u>
Saldos no Consolidado	<u>(77.852)</u>	<u>324.657</u>

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

O Ativo diferido foi extinto a partir do exercício de 2008 em função da alteração da Lei nº 6.404/76 alterada pela Lei nº 11.941/09. Todavia, o saldo existente nas investidas em 31 de dezembro de 2008 que, pela sua natureza, não pode ser alocado a outro grupo de contas, foi mantido até a sua completa amortização ou prazo máximo de 10 anos, contados a partir do início da entrada em operação da investida, em 1º de janeiro de 2011. Nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com o IFRS, o saldo do ativo diferido foi baixado.

A Multiner realizou projeções financeiras para suas usinas investidas, que se encontram em operação, como também para as que estão em fase pré-operacional, considerando o retorno estimado para hipóteses diferenciadas de períodos de despacho das usinas. Além de outras premissas econômicas incorporadas nessas projeções, tais como: preços baseados nos Contratos de Compra e Venda de Energia (CCVEs) existentes, curvas de produção associadas aos projetos existentes no portfólio da Companhia, custos operacionais de mercado, financiamentos contratados e investimentos necessários para a realização dos projetos.

Para UTE Cristiano Rocha, empreendimento da RAESA, tais estimativas levaram em consideração a receita pela venda de energia, de acordo com os contratos de compra e venda já celebrados e os custos estimados para a construção e operação da usina. Dessa maneira, para o valor presente de seus fluxos de caixa, como parte dessas projeções, foi considerado uma taxa de desconto de 12,93% e o prazo remanescente de 16 anos do contrato de venda de energia. O ágio apurado para os 96,04% das ações já efetivamente transferidas foi de R\$ 76.212. Para o exercício de 2011, foi realizado uma provisão para impairment no valor de R\$34.676 do ágio apurado da combinação de negócios da 2007 Participações S.A.

No caso da NEO, a taxa de desconto utilizada para o cálculo do valor presente de seus fluxos de caixa foi de 11,25%, gerando uma perda ao valor recuperável de seus ativos no valor de R\$ 27.033.

Com a adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), o Grupo avaliou seus investimentos de acordo com a definição do CPC 19 - Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto (IAS 31). De acordo com a avaliação da Administração, a Companhia exerce controle compartilhado nas empresas New Energy Options Geração de Energia S.A. (NEO) e Companhia Energética do Uruguai (CEU). Por entender que existe controle compartilhado nos investimentos nas controlas NEO e CEU, a Companhia passou a consolidar esses investimentos de acordo com o método de consolidação proporcional.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

A KPMG emitiu, em seu parecer referente às demonstrações financeiras do exercício de 2011 da Companhia, ressalvas mencionando que:

- a. A Companhia possui 445.620 ações preferenciais resgatáveis, conversíveis em ações ordinárias registradas no patrimônio líquido. Essas ações são conversíveis no quarto ano contado da data de aprovação de sua emissão, que ocorreu em 5 de dezembro de 2008. Decorrido este prazo, caso o acionista opte pela não conversão de suas ações, as mesmas serão resgatadas pela Companhia, de acordo com as condições descritas na Nota Explicativa 22 do relatório das demonstrações financeiras. Nessas condições, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32) – Instrumentos Financeiros – Apresentação, as ações preferenciais resgatáveis emitidas pela companhia representam um passivo financeiro e deveriam ter sido registradas no grupo do passivo não circulante, pelo seu valor justo, ao invés de classificadas como capital social, no patrimônio líquido. Em função da não observância do Pronunciamento Técnico CPC 39 (IAS 32), em 31 de dezembro de 2011 o patrimônio líquido está aumentado em R\$ 609.594 mil , o passivo não circulante está diminuído em R\$ 609.594 mil e o prejuízo do exercício de 2011 está diminuído em R\$ 68.064 mil. Adicionalmente, caso o efeito desse assunto fosse considerado no cálculo do prejuízo por ação, o prejuízo por ação básico e diluído passaria de R\$ 161 para R\$ 192.
- b. As demonstrações financeiras consolidadas, apresentam uma rubrica de ativo imobilizado, cujo o subitem é: *investimentos efetuados* na construção das UTEs Monte Pascoal (R\$ 65.859 mil), Itapebi (R\$ 65.849 mil) e Pernambuco IV (R\$ 4.648 mil). Nas demonstrações financeiras individuais esses investimentos estão representados por R\$ 53.043 mil, referentes a adiantamentos para fornecimento de equipamentos, registrados na conta de ativo imobilizado. A revogação das outorgas para a construção dessas UTEs pela ANEEL, mencionada na Nota Explicativa nº 1 do relatórios das demonstrações financeiras, representa um indicativo de que esses investimentos podem estar registrados por valor superior ao seu valor recuperável. A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses investimentos em 31/12/2011, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 1 e IAS 36. Como consequência não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade ou não de ajustes do saldo da conta de ativo imobilizado, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e na conta de investimentos em decorrência desse assunto.
- c. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas apresentam saldo de ativo intangível referentes a gastos com desenvolvimento dos projetos Pernambuco (R\$ 8.102 mil) e Iraí (R\$ 254 mil). A Companhia não efetuou análise do valor recuperável desses ativos em 31 de dezembro de 2011, conforme requerido pelo Pronunciamento Técnico CPC 1 e IAS 36. Como consequência não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade ou não de ajustes do saldo da conta de ativo intangível em decorrência desse assunto.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

- d. A Companhia e suas controladas possuem empréstimos cujos contratos determinam o cumprimento de certas obrigações e manutenção de certos índices financeiros (*Covenants*), que em caso de descumprimento, garantem ao credor o direito de exigir o pagamento antecipado do valor total da dívida. No entanto, em 31 de dezembro de 2011 a Companhia e suas controladas não avaliaram o efeito desse assunto em suas demonstrações financeiras, principalmente no que tange a possível reclassificação da dívida do passivo não circulante para o passivo circulante, nos casos em que a Companhia ou suas controladas não tenham cumprido os *covenants* estipulados contratualmente. Como consequência, não foi possível nos satisfazermos quanto à necessidade ou não de reclassificações de dívidas do passivo não circulante para o passivo circulante.

Exceto por essas ressalvas, a KPMG emitiu parecer considerando que as demonstrações financeiras se apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes quanto a sua posição patrimonial e financeira, tanto da controlada como da consolidação.

Ênfases

Ainda no parecer da auditoria, a KPMG enfatiza que:

- a. A Companhia está se defendendo em diversas ações de natureza civil e regulatória e a Administração avaliou como possível as chances de êxito nessas ações, portanto, nenhuma provisão foi registrada nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011. No entanto, caso essas ações tenham um desfecho negativo para a Companhia, a posição financeira da empresa deverá sofrer um impacto relevante.
- A Multiner considerou nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas a continuidade normal dos negócios da Companhia. Os prejuízos decorrentes das operações, o fluxo de caixa negativo da Companhia e outros assuntos relacionados à sua atividade operacional indicam a existência de incerteza significativa que pode levantar dúvida quanto a sua continuidade operacional. Adicionalmente, alguns projetos da Companhia encontram-se com o cronograma atrasado e com falta de cumprimento de cláusulas contratuais, o que acarretou em penalidades financeiras e operacionais relevantes, que estão sendo discutidas judicialmente pela Administração da Companhia. Um eventual desfecho negativo desses processos também pode afetar de forma material a posição financeira e a continuidade operacional da Companhia. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas não incluem nenhum ajuste relativo à recuperação e classificação de ativos ou aos valores e a classificação dos passivos, que poderia ser necessário em função da resolução dessas incertezas.
- b. A Companhia mantém operações com partes relacionadas de valores relevantes e sobre condições específicas. Como consequência, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data podem estar diferentes daqueles que seriam obtidos em transações com terceiros.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor**10.6 Controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis:****a) Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las.**

A Companhia acredita que o grau de eficiência dos controles internos adotados para assegurar a elaboração das demonstrações financeiras é satisfatório, buscando permanentemente a atualização de suas práticas, normas e procedimentos, com o objetivo de aprimorá-los cada vez mais, com a otimização de seus recursos e processos.

b) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.

Não houve nenhuma recomendação por parte de nossos auditores a respeito de questões relacionadas a controles internos no relatório dos nossos auditores.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.8 Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia**

a) os ativos e passivos detidos pela Companhia, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (inclusive arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos, carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos, contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços, contratos de construção não terminada e contratos de recebimentos futuros de financiamentos)

Não se aplica

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9 Comentários sobre cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não se aplica

b) natureza e propósito da operação

Não se aplica

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não se aplica

10.10 - Plano de negócios

10.10 Principais elementos do plano de negócios da Companhia:

Todas as informações relevantes associadas ao Plano de Negócios da companhia de 2011 e 2010, que impactaram de forma relevante seu desempenho operacional e financeiro foram comentadas e descritas nos itens anteriores desta seção.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Todos os fatores que influenciaram o desempenho operacional já foram comentados nos itens anteriores.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11. PROJEÇÕES

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1 Estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno:

a. Atribuições de cada órgão e comitê

A administração da Companhia é exercida por um Conselho de Administração e uma Diretoria.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada, tem a função primordial de orientação geral dos negócios da Companhia, assim como de controlar e fiscalizar o seu desempenho. É composto por seis membros e igual número de suplentes, residentes ou não no País, com mandato unificado de um ano, sendo permitida a reeleição. Pelo Estatuto Social da Companhia, caberá ao Conselho de Administração, além das atribuições previstas em lei:

- (i) Fixar a orientação geral dos negócios da Companhia;
- (ii) Eleger e destituir os Diretores da Companhia;
- (iii) Atribuir aos Diretores suas respectivas funções, atribuições e limites de alçada, observado o disposto neste Estatuto;
- (iv) Fiscalizar a gestão dos Diretores, examinando, a qualquer tempo, os livros e papéis da Companhia e solicitando informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e quaisquer outros atos;
- (v) Deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente, ou no caso do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6404/76);
- (vi) Apreciar os resultados trimestrais das operações da Companhia;
- (vii) Escolher e destituir os auditores independentes, observando-se, nessa escolha, o disposto na legislação aplicável. A empresa de auditoria externa reportar-se-á ao Conselho de Administração;
- (viii) Convocar os auditores independentes para prestar os esclarecimentos que entender necessários;
- (ix) Apreciar o Relatório da Administração e as contas da Diretoria e deliberar sobre sua submissão a Assembleia Geral;
- (x) Aprovar os planos de trabalho, os orçamentos anuais ou plurianuais da Companhia e suas respectivas alterações;
- (xi) Avaliar e encaminhar à Assembleia Geral o plano quinquenal de negócios da Companhia;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(xii) Manifestar-se previamente sobre qualquer proposta a ser submetida à deliberação da Assembleia Geral;

(xiii) Deliberar sobre aumento do capital social e sobre a emissão de ações ordinárias ou preferenciais, nos limites autorizados no Artigo 5º deste Estatuto, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização, podendo, ainda, excluir (ou reduzir o prazo para) o direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição o de controle, nos termos estabelecidos em lei;

(xiv) Aprovar e alterar a estrutura organizacional da Companhia;

(xv) Aprovar a política salarial da Companhia;

(xvi) Fixar e alterar a divisão da remuneração global anual da Administração da Companhia fixada e aprovada pela Assembleia Geral;

(xvii) Eleger o Presidente do Conselho de Administração; e

(xviii) Aprovar as chamadas para integralização de capital, com base em deliberação da Diretoria que indique justificadamente a necessidade e a destinação dos recursos.

Diretoria

Compete a Diretora a gestão dos negócios da Companhia, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo Conselho de Administração. É composta por até três membros, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Financeiro e de Relações com Investidores e um Diretor de Operações. Os membros têm mandato de um ano, podendo ser reeleitos. Além das atribuições previstas em lei, compete à diretoria:

(i) Contratar, transigir, contrair obrigações, renunciar, desistir, celebrar acordos, firmar compromissos, contrair empréstimos e financiamentos, alienar, adquirir, hipotecar, ou, de qualquer modo, onerar bens da Companhia e de suas controladas, móveis, imóveis e outros direitos, respeitadas as disposições e limitações deste Estatuto Social;

(ii) Aceitar, sacar, endossar e avalizar documentos cambiais, duplicatas, cheques, notas promissórias e quaisquer outros títulos de créditos que impliquem responsabilidade para a sociedade, respeitadas as disposições e limitações deste Estatuto Social;

(iii) Admitir ou demitir empregados, obedecidas as orientações do Conselho de Administração, se for o caso, e as normas atinentes a espécie, inclusive o regulamento de pessoal da Companhia;

(iv) Elaborar os planos de negócios e orçamento da Companhia, anuais ou plurianuais, e submetê-los ao Conselho de Administração;

(v) Deliberar sobre a proposição de qualquer processo administrativo ou judicial, procedimento de arbitragem ou outra forma de resolução de litígios extrajudiciais;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(vi) Deliberar sobre a adoção de estratégias pela Companhia perante quaisquer órgãos governamentais e eventuais mudanças de posição;

(vi) deliberar sobre o exercício do voto pela Companhia nas deliberações de suas controladas;

(vii) Deliberar sobre chamadas para integralização de capital subscrito, indicando fundamentadamente a necessidade e a destinação dos recursos objeto da chamada de capital.

(viii) Representar a Companhia, ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, respeitadas as disposições e limitações previstas neste Estatuto Social; e

(ix) Exercer outras atribuições legais ou que lhe sejam conferidas pelo Conselho de Administração ou estejam previstas em políticas ou regulamentos internos da Companhia.

Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Companhia funciona em caráter permanente e é composto por cinco membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pela Assembleia Geral. As reuniões do conselho ocorrerão, nos termos da lei, sempre que necessário e a análise das demonstrações financeiras, será feita, ao menos trimestralmente.

Comitê Financeiro

O Comitê Financeiro é um órgão colegiado de assessoramento, instituído pelo Conselho de Administração da Companhia, de caráter transitório, com delegação de poderes para deliberar sobre a aplicação de recursos disponíveis no caixa da Companhia e eventual revisão dos contratos firmados pela Multiner. É composto por seis membros cujos mandatos coincidem com o mandato do Conselho de Administração e suas atribuições incluem:

(i) Apreciar e aprovar semanalmente o plano para aplicação dos recursos da Companhia que deverá ser observado pela Diretoria na semana subsequente;

(ii) Deliberar sobre proposta da Diretoria referente à renegociação, revisão ou denúncia de contratos firmados pela Multiner;

(iii) Elaborar mensalmente um Relatório do Comitê endereçado ao Conselho de Administração contendo, no mínimo, as seguintes informações:

a. Atividades exercidas no âmbito de suas atribuições, no período;

b. Descrição das orientações transmitidas à Diretoria, com indicação das medidas adotadas para sua realização;

c. Descrição das deliberações não unânimes, identificando os votos favoráveis e os votos contrários, bem como apresentando suas respectivas justificativas.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

O Plano Semanal para Aplicação de Recursos será elaborado nas reuniões semanais do Comitê e contemplará de maneira pormenorizada a identificação e os valores dos desembolsos que serão realizados pela Companhia na semana subsequente.

A elaboração do Plano Semanal para Aplicação de Recursos deverá se pautar nos seguintes princípios:

- a. Conservação dos ativos da Companhia, em especial, das autorizações para geração de energia elétrica, dos projetos de usinas de geração de energia elétrica dos contratos de compra e venda de energia elétrica firmados pela Companhia; e
- b. Otimização da utilização dos ativos e do fluxo de caixa da Companhia para fins de reduzir seu endividamento.

Após sua aprovação, no âmbito das reuniões semanais do Comitê, o Plano Semanal para Aplicação de Recursos será imediatamente encaminhado para a Diretoria, a fim de que seus membros tomem as providências necessárias para sua execução.

b. Data de instalação do Conselho Fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

O Conselho Fiscal da Companhia funciona em caráter permanente, conforme Artigo 27 do Estatuto Social. O Comitê Financeiro foi criado no dia 28/03/2012.

c. Mecanismo de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê

Não há

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Pelo Estatuto Social, nos termos do Artigo 23, competem as seguintes atribuições aos membros da Diretoria:

Ao Diretor Presidente:

(i) Submeter à aprovação do Conselho de Administração os planos de trabalho, os planos de negócio e orçamentos anuais ou plurianuais, os planos de investimento e os novos programas de expansão da Companhia e de suas controladas, promovendo a sua execução nos termos aprovados;

(ii) Formular as estratégias e diretrizes operacionais da Companhia, bem como estabelecer os critérios para a execução das deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, com a participação dos demais diretores;

(iii) Exercer a supervisão de todas as atividades da Companhia, coordenando o andamento das atividades normais da Companhia e zelando pela observância da Lei, deste Estatuto Social, das deliberações do Conselho de Administração e da Assembleia Geral;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (iv) Manter os membros do Conselho de Administração informados sobre as atividades da Companhia e de suas controladas, bem como o andamento de suas operações;
- (v) Orientar, coordenar e superintender as atividades dos demais Diretores, convocando e presidindo as reuniões de Diretoria;
- (vi) Conduzir a política geral e de administração da Companhia, conforme orientação do Conselho de Administração;
- (vii) Providenciar a elaboração e submeter ao Conselho de Administração o relatório da Diretoria e as demonstrações financeiras de cada exercício, acompanhados do relatório dos auditores independentes, bem como a proposta de aplicação dos lucros apurados no exercício anterior;
- (viii) Exercer as demais atribuições que lhe forem conferidas pelo Conselho de Administração ou pela Assembleia Geral; e
- (ix) Representar a Companhia junto aos órgãos de representação, técnicos e/ou de regularão do mercado de energia.

Ao Diretor Financeiro e de Relações com Investidores:

- (i) Substituir o Diretor-Presidente quando de sua ausência ou impedimento nas atribuições que lhe forem delegadas pela lei, por este Estatuto ou pelo Conselho de Administração;
- (ii) Acompanhar e coordenar as áreas administrativa-financeira e de apoio da Companhia;
- (iii) Avaliar o desempenho e os resultados das áreas de finanças de acordo com as metas estabelecidas;
- (iv) Elaborar as informações gerenciais da Companhia;
- (v) Elaborar e disponibilizar as informações de caráter obrigatório à Comissão de Valores Mobiliários e as bolsas de valores e, se for o caso, mercados de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais;
- (vi) Observado o disposto no artigo 25 deste Estatuto Social, movimentar o caixa da Companhia, abrir, movimentar e encerrar contas bancárias e de investimento;
- (vii) Planejar, coordenar e orientar o relacionamento e a comunicação entre a Companhia e seus investidores, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM e as entidades onde os valores mobiliários da Companhia sejam admitidos a negociação;
- (viii) Propor diretrizes e normas para as relações com os investidores da Companhia;
- (ix) Observar as exigências estabelecidas pela legislação do mercado de capitais em vigor, divulgando ao mercado as informações relevantes sobre a Companhia e seus negócios; e

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(x) Disponibilizar informações ao público investidor, a Comissão de Valores Mobiliários e as bolsas de valores e, se for o caso, mercado de balcão organizado em que a Companhia estiver registrada, sejam nacionais ou internacionais.

Ao Diretor de Operações:

- (i) Definir a especificação dos projetos de geração de energia elétrica;
- (ii) coordenar a construção de usinas; e
- (iii) coordenar a operação e a manutenção das usinas de geração.

e. Mecanismo de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria.

Não há.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2011	Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	12/11/2012
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	30/12/2012
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	15/10/2012
31/12/2010	Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - BR	27/10/2011
		Diário Oficial do Estado - RJ	27/10/2011
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - BR	29/12/2011
		Diário Oficial do Estado - RJ	29/12/2011
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário Oficial do Estado - RJ	12/03/2010
	Aviso aos Acionistas Comunicando a Disponibilização das Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - RJ	12/03/2010
		Diário Oficial do Estado - RJ	12/03/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - BR	14/04/2010
			20/04/2010
		Diário Oficial do Estado - RJ	14/04/2010
			20/04/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário Comercial - BR	10/05/2010
		Diário Comercial - RJ	29/04/2010
		Diário Oficial do Estado - RJ	10/05/2010

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
Antonio Alvaro Rodrigues Frade	46	Pertence apenas à Diretoria	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
485.062.060-49	Administrador de empresas	Diretor Financeiro e de Relações com Investidores	28/03/2012	Não
N/A				
Giancarlo Porto Bratkowski	35	Pertence apenas à Diretoria	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
891.555.720-49	Engenheiro civil	Diretor de Operações	28/03/2012	Sim
N/A				
Ronaldo Marcelo Bolognesi	70	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
008.006.600-30	Engenheiro civil	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/03/2012	Sim
N/A				
Chiara Sonogo Bolognesi	28	Pertence apenas ao Conselho de Administração	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
826.383.730-87	Administradora de empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	28/03/2012	Sim
N/A				
Ricardo Oliveira Azevedo	38	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012
471.567.401-72	Administrador de empresas	23 - Conselho de Administração (Suplente)	25/05/2012	Não
N/A				
Teresa Rodriguez Caos	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012
891.882.767-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/05/2012	Não
N/A				
Antônio Carlos Conquista	54	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012
010.852.708-58	Contador	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	25/05/2012	Não
N/A				
Márcio Santos Albuquerque	50	Pertence apenas ao Conselho de Administração	25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012
092.695.027-40	Engenheiro	23 - Conselho de Administração (Suplente)	25/05/2012	Não
N/A				
Paulo Cesar Rutzen	46	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
441.649.200-68	Advogado	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	28/03/2012	Sim
N/A				
Carlos Frederico Aires Duque	47	Conselho Fiscal	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
828.953.507-44 N/A	Administrador de empresas	44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	28/03/2012	Não
Athur Simões Neto 082.421.327-04 N/A	32 Economista	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	28/03/2012 28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012 Não
José Lino Fontana 691.062.407-63 N/A	53 Contador	Conselho Fiscal 44 - C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas	25/05/2012 25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012 Não
Gianna Sonogo Bolognesi 826.384.380-49 N/A	25 Administradora de empresas	Conselho Fiscal 43 - C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador	28/03/2012 28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012 Sim
Carlos Alberto Zachert 445.561.520-20 N/A	36 Contador	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	25/05/2012 25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012 Não
Miguel Alexandre da Conceição David 496.736.377-68 N/A	58 Contador	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	25/05/2012 25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012 Não
Silvio Assis de Araújo 427.166.837-00 N/A	58 Engenheiro	Conselho Fiscal 47 - C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas	25/05/2012 25/05/2012	Até AGO ref. DFs 2012 Não

Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações

Antonio Alvaro Rodrigues Frade - 485.062.060-49

Administrador, 46 anos, formado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com pós-graduações em marketing (UFRGS), economia empresarial (UFRGS) e MBA em auditoria e controladoria (FGV). Atualmente está cursando MBA em finanças, comunicação e relações com investidores (FIEPECAFI). Iniciou sua atuação profissional em 1987, no mercado bancário. Trabalhou nos bancos Citibank, Nacional, Unibanco, Safra e BankBoston. Em 2000, passou a atuar na área financeira de empresas de diversos ramos de atividade como: telefonia, indústria de tabaco, hospital, indústria de equipamentos de refrigeração e indústria de leite, sendo que sua última experiência, antes de atuar na Multiner, foi na G-Comex Óleo e Gás, empresa de serviços para o mercado de óleo e gás, na função de Diretor Administrativo Financeiro. É membro do Instituto Brasileiro de Relação com Investidores (IBRI).

Giancarlo Porto Bratkowski - 891.555.720-49

Engenheiro civil graduado pela PUC-RS e com MBA em Gestão Empresarial pela FGV. Atua no setor de energia desde 1999. Trabalha na Hidrotérmica desde a sua constituição, tendo atuado na prospecção, implantação e operação de empreendimentos energéticos. Coordena a equipe responsável pelo pipeline da Hidrotérmica. Atua também na área regulatória institucional.

Ronaldo Marcelo Bolognesi - 008.006.600-30

Engenheiro Civil, com larga experiência em infraestrutura, fundou a Hidrotérmica em 1999. Foi o primeiro Presidente da APMPE (Associação de Pequenos e Médios Produtores de Energia), participando ativamente na criação do marco regulatório do setor (energia assegurada para PCHs, Proinfra, etc). Empresário com mais de 40 anos de experiência, com foco em construção pesada, desenvolvimento imobiliário e geração de energia. Exerce também os cargos de diretor-presidente e presidente do conselho de administração da Hidrotérmica S/A.

Chiara Sonego Bolognesi - 826.383.730-87

Administradora de Empresas graduada pela Universidade de Buenos Aires, participa ativamente de questões operacionais e estratégicas da Hidrotérmica desde a sua fundação, atualmente ocupando o cargo de Diretora. Tem experiência de 11 anos nos ramos imobiliário, infraestrutura e de concessão rodoviária.

Ricardo Oliveira Azevedo - 471.567.401-72

Graduado em Administração de Empresas pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, ingressou no Postalís - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos em 1997, aonde atuou inicialmente como técnico administrativo. Em abril de 2005, passou a atuar como analista de investimentos e assessor da Diretoria Financeira. Desde janeiro de 2008, é o Gerente de Aplicações Patrimoniais do Postalís. Desde 2009, é membro da Comissão Técnica de Investimentos da ABRAPP e do Comitê de Ética do Postalís. Entre abril de 2007 e abril de 2008, foi membro do Conselho Fiscal da Arcelor Mittal Inox Brasil e, desde dezembro de 2005, é membro efetivo do Comitê de Investimentos do Postalís.

Teresa Rodriguez Caos - 891.882.767-91

Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Gama Filho e pós graduada em Finanças em parceria por EPGE/FGV, IBMEC e CODIMEC. É Analista de Investimentos Sênior de Investimentos da Fundação Petrobras de Seguridade Social, sendo as principais atribuições: análise econômico-financeira de empresas; projeção de resultados e avaliação através do fluxo de caixa descontado e de múltiplos de mercado; elaboração de relatórios com recomendação; monitoramento de diversas empresas em Bolsa; reuniões com os principais executivos das empresas analisadas; entre outros. Certificada pela APIMEC como Profissional de Investimentos (CNPI) e registrada como Consultora – Analista de Valores Mobiliários na Comissão de Valores Mobiliários. Suas experiências profissionais estão relacionadas com análise de investimentos em diversas instituições.

Antônio Carlos Conquista - 010.852.708-58

Graduado em Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, pela Estácio de Sá do Rio de Janeiro, foi representante representante na sessão da FAO (ONU) – ocorrido em 2011- nos encontros bilaterais de negócios do pescado, entre Brasil e Noruega na cidade de Trondheim, entre Brasil e Islândia na cidade de Reykjavik e entre Brasil e Rússia na cidade de Moscou. Atualmente é participante do CA das empresas TELEMIG, HOPI HARI e ESTACIONAMENTO CINELÂNDIA. Passou por empresas como BANESPA, CABESP, PETROS e GEAP. Atualmente atua no Ministério da Pesca e Agricultura (MPA).

Márcio Santos Albuquerque - 092.695.027-40

Formado em Engenharia Eletrônica pela Universidade de Brasília, pós-graduado em Estratégia Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas e em Finanças pelo IBMEC. Em sua carreira, destacam-se as suas passagens pela Novadata, onde foi Gerente de Engenharia, e pela Brasil Telecom, onde foi Coordenador de Performance. É Analista Sênior da Fundação dos Economistas Federais desde agosto de 2008.

Paulo Cesar Rutzen - 441.649.200-68

Advogado, iniciou atuação jurídica em 1986 junto à Diretoria Regional do Banco Bradesco S.A., no Departamento Jurídico, permanecendo na instituição até o ano de 1990. Tem MBA em Direito Tributário Empresarial pela FGV-RS. Ingressou no Grupo Bolognesi em 2002 como Diretor Jurídico, migrando para a área financeira e estruturas de negócios. Atualmente atua como Diretor-Presidente da Multiner S/A e também como Diretor da Hidrotérmica S/A, interagindo com todo nível gerencial nas atividades da empresa. Além disso, integra o Conselho de Administração da COVIPLAN.

Carlos Frederico Aires Duque - 828.953.507-44

Administrador de empresas, doutorando em Engenharia de Produção na UFRJ. É mestre em Engenharia de Produção, com pós-graduação em Fundos de Pensão, Engenharia de Planejamento e Administração de Sistemas de Informação.

Atua profissionalmente há 27 anos no setor de previdência complementar. É Coordenador do Grupo dos Princípios de Investimentos Responsáveis da ONU a nível Brasil, na questão de adesão de novos signatários e faz parte da Comissão Técnica de Sustentabilidade da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (Abrapp).

Athur Simões Neto - 082.421.327-04

Formado em Ciências Econômicas pela UFRRJ e com MBA em Finanças Corporativas pela UCAM, iniciou sua carreira no Banco Itaú, aonde atuou no Departamento de Tesouraria, coordenando compensação bancária, rotinas e procedimentos de tesouraria. Atualmente, atua como Gerente de Análise de Investimento da REFER – Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social.

José Lino Fontana - 691.062.407-63

Formado em Ciências Contábeis pela UFES, possui experiência na CF, APCEF-ES e FUNCEF

Gianna Sonego Bolognesi - 826.384.380-49

Graduada pela New York University Stern School of Business, Bachelor of Science, Major in Finance and Marketing. Com 8 anos de atuação em diversas empresas do Grupo Bolognesi de diversos setores, dentre eles: construção civil e infraestrutura. É também membro do Conselho de Administração da Bolognesi Participações S/A.

Carlos Alberto Zachert - 445.561.520-20

Formado em Ciências Contábeis pela UPF. Possui MBA em Finanças e especialização em Ciências Contábeis com Enfoque em Finanças. Além de possuir Mestrado em Economia de Empresas. Possui experiência em empresas como Barrisul S.A., CEF e FUNCEF.

Miguel Alexandre da Conceição David - 496.736.377-68

Formado em Ciências Contábeis pela Celso Lisboa, com pós-graduação em Ciências Contábeis pela FGV e MBA executivo em finanças pelo IBMEC. Atividade profissional exercida durante 33 anos em Entidades Fechadas de Previdência Complementar, com atuação e formação acadêmica solidificadas nas áreas de Finanças e Contabilidade.

Silvio Assis de Araújo - 427.166.837-00

Graduado como Engenheiro Metalúrgico de Produção pela PUC/RJ no ano de 1979. cursou mestrado em finanças, no Departamento de Engenharia Industrial da mesma instituição, encerrando o curso em 1981. Sua experiência passa por empresas como Lopes Filho & Associados Consultores de Investimentos e fundações como REFER e FAPES.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Nome	Tipo comitê	Cargo ocupado	Profissão	Data eleição	Prazo mandato
CPF	Descrição outros comitês	Descrição outros cargos ocupados	Idade	Data posse	
Outros cargos/funções exercidas no emissor		Experiência Profissional / Declaração de Eventuais Condenações			
Antonio Alvaro Rodrigues Frade	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
485.062.060-49			46	28/03/2012	
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores					
Giancarlo Porto Bratkowski	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Engenheiro civil	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
891.555.720-49			35	28/03/2012	
Diretor de Operações					
Marcelo Henrique Lenz	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Tecnólogo em engenharia civil	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
595.717.130-15			42	28/03/2012	
N/A					
Márcio Santos Albuquerque	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
092.695.027-40			29	28/03/2012	
N/A					
Paulo Cesar Rutzen	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Advogado	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
441.649.200-68			46	28/03/2012	
Diretor Presidente					
Ricardo Oliveira Azevedo	Comitê Financeiro	Membro do Comitê (Efetivo)	Administrador de empresas	28/03/2012	Até AGO ref. DFs 2012
471.567.401-72			38	28/03/2012	
N/A					

12.12 - Outras informações relevantes

12.12 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2011 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	4,00	2,83	3,00	9,83
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	336.000,00	1.349.136,65	210.000,00	1.895.136,65
Benefícios direto e indireto	0,00	70.764,05	0,00	70.764,05
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	1.375.074,36	0,00	1.375.074,36
Participação de resultados	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação				
Total da remuneração	336.000,00	2.794.975,06	210.000,00	3.340.975,06

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2010 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,58	5,00		11,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	539.000,00	1.599.183,25		2.138.183,25
Benefícios direto e indireto	0,00	110.672,61		110.672,61
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	8.000,00	0,00		8.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	547.000,00	1.709.855,86		2.256.855,86

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros	6,33	7,25		13,58
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	649.603,00	1.772.826,78		2.422.429,78
Benefícios direto e indireto	0,00	128.800,68		128.800,68
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações fixas				
Remuneração variável				
Bônus	0,00	3.979.641,43		3.979.641,43
Participação de resultados	0,00	0,00		0,00
Participação em reuniões	12.000,00	0,00		12.000,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00

Descrição de outras remunerações variáveis				
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00		0,00
Baseada em ações	0,00	0,00		0,00
Observação				
Total da remuneração	661.603,00	5.881.268,89		6.542.871,89

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal**Valores anuais**

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13 - Percentual na remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis:

Órgão	Dez/09	Dez/10	Dez/11
Diretoria Estatutária	29,4%	13,3%	43,3%
Conselho de Administração	23,7%	47,9 %	75,0%
Conselho Fiscal	0%	0%	0%

13.16 - Outras informações relevantes

13.16 Fornecer outras informações que a Companhia julgue relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
Detalhamento por classes de ações (Unidades)						
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
Companhia de Investimentos Resultado						
04.047.033/0001-48	Brasileira-RJ	Sim	Sim	28/03/2012		
	218.764	9,830000%	0	0,000000%	218.764	9,830000%
Multiner FIP						
00.806.535/0001-54	Brasileiro-RJ	Sim	Sim	28/03/2012		
	445.620	20,030000%	0	0,000000%	445.620	20,030000%
Cia. 44 de Negócios S.A.						
08.937.460/0001-52	Brasileira-RJ	Sim	Sim	28/03/2012		
	779.671	35,050000%	0	0,000000%	779.671	35,050000%
JABR Participações S.A.						
10.511.653/0001-99	Brasileira-RJ	Sim	Sim	28/03/2012		
	728.560	32,750000%	0	0,000000%	728.560	32,750000%
OUTROS						
	0	0,000000%	0	0,000000%	0	0,000000%
AÇÕES EM TESOURARIA - Data da última alteração:						
	52.148	2,340000%	0	0,000000%	52.148	2,340000%
TOTAL						
	2.224.763	100,000000%	0	0,000000%	2.224.763	100,000000%

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Cia. 44 de Negócios S.A.				08.937.460/0001-52		
FIP Aracuí						
10.699.323/0001-79	Brasileira-RJ	Não	Não	03/10/2011		
193.337.658	94,860000	0	0,000000	193.337.658	94,860000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
Fundo de Investimento em Participações Itacoatiara						
10.410.463/0001-85	Brasileira-RJ	Não	Não	03/10/2011		
10.636.566	5,040000	0	0,000000	10.636.566	5,040000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	204.174.227	100,000000	0	0,000000	204.174.227	100,000000
Vila Velha Empreendimentos S.A						
04.794.781/0001-94	RJ	Não	Não	28/03/2012		
200.003	0,100000	0	0,000000	200.003	0,100000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Companhia de Investimentos Resultado				04.047.033/0001-48	
Carlos Henrique Figueiredo					
676.675.977-15	Brasileira	Não	Não		
1.169	99,820000	0	0,000000	1.169	99,820000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
OUTROS					
2	0,180000	0	0,000000	2	0,180000
TOTAL	1.171	100,000000	0	1.171	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
JABR Participações S.A.				10.511.653/0001-99		
Jorge Amilcar Boueri da Rocha						
297.498.087-20	RJ	Sim	Sim	28/03/2012		
2.627.006	99,990000	0	0,000000	2.627.006	99,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,010000	0	0,000000	0	0,010000	
TOTAL						
2.627.006	100,000000	0	0,000000	2.627.006	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Multiner FIP				00.806.535/0001-54	
Faceb - Fundação de Assistência dos Funcionários da CEB					
00.469.585/0001-93	DF	Sim	Sim	28/03/2012	
7	1,700000	0	0,000000	7	1,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Funcef - Fundação dos Economiários Federais					
00.436.923/0001-90	DF	Sim	Sim	28/03/2012	
96	23,300000	0	0,000000	96	23,300000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Fundiágua - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal					
73.983.876/0001-79	DF	Sim	Sim	28/03/2012	
8	1,940000	0	0,000000	8	1,940000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Infraprev - Instituto Infraero de Seguridade Social					
27.644.368/0001-49	RJ	Sim	Sim	28/03/2012	
54	13,110000	0	0,000000	54	13,110000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Multiner FIP				00.806.535/0001-54	
OUTROS					
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000
Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social					
34.053.942/0001-50	RJ	Sim	Sim	28/12/2013	
99	24,030000	0	0,000000	99	24,030000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos					
00.627.638/0001-57	DF	Sim	Sim	28/03/2012	
103	25,000000	0	0,000000	103	25,000000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Refer - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social					
30.277.685/0001-89	RJ	Sim	Sim	28/03/2012	
38	9,220000	0	0,000000	38	9,220000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada					
01.225.861/0001-30	DF	Sim	Sim	28/03/2012	
7	1,700000	0	0,000000	7	1,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Multiner FIP				00.806.535/0001-54	
Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada					
01.225.861/0001-30	DF	Sim	Sim	28/03/2012	
7	1,700000	0	0,000000	7	1,700000
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %			
TOTAL	0	0.000000			
TOTAL	412	100,000000	0	0,000000	412
					100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Faceb - Fundação de Assistência dos Funcionários da CEB				00.469.585/0001-93	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
FIP Aracuí				10.699.323/0001-79	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Funcfe - Fundação dos Economiários Federais				00.436.923/0001-90	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundiação - Fundação de Previdência da Companhia de Saneamento Ambiental do Distrito Federal				73.983.876/0001-79	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Fundo de Investimento em Participações Itacoatiara				10.410.463/0001-85	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Infraprev - Instituto Infraero de Seguridade Social				27.644.368/0001-49	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social				34.053.942/0001-50	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Postalis - Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos				00.627.638/0001-57	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Refer - Fundação Rede Ferroviária de Seguridade Social				30.277.685/0001-89	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Regius - Sociedade Civil de Previdência Privada				01.225.861/0001-30	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Detalhamento de ações (Unidades)					
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Vila Velha Empreendimentos S.A				04.794.781/0001-94	
OUTROS					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000
TOTAL					
100	100,000000	0	0,000000	100	100,000000

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	17/08/2011
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	5
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	4
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	1

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantdas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	1.727.000	77,626072%
Quantidade preferenciais (Unidades)	497.768	22,373928%
Preferencial Classe A	497.768	22,373928%
Total	2.224.768	100,000000%

15.7 - Outras informações relevantes

15.7 Outras informações relevantes:

As informações relevantes pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Estelar Engenheiros Associado	31/12/2011	324.000,00	324.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Aquisição de Investimentos						
Garantia e seguros	-						
Rescisão ou extinção	-						
Natureza e razão para a operação							
BVA Empreendimentos	31/12/2011	10.236.000,00	10.236.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas Reembolsáveis						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Multiner Óleo e Gás	31/12/2011	2.032.000,00	2.032.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Receita Financeira						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Banco BVA	31/12/2011	-41.000,00	-41.000,00		Indeterminado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Comissão						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
BVA Empreendimentos	31/12/2011	3.597.000,00	3.597.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Aplicações em Debêntures						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Banco BVA	31/12/2011	876.000,00	876.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Receita Financeira de Aplicações Em CDBs						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
BVA Empreendimentos	31/12/2011	2.000.000,00	2.000.000,00		Sem Impacto	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Receita Financeira de Aplicações Em Debêntures						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Jorge Amilcar Boueri	31/12/2011	267.000,00	267.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Receita Financeira						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Tecnologia	31/12/2011	6.613.000,00	6.613.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Contas a Receber						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
BVA Empreendimentos	31/12/2011	-133.000,00	-133.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Despesas Financeiras						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Tecnologia	31/12/2011	-119.000,00	-119.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Despesas Financeiras						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Outros	31/12/2011	413.000,00	413.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Adiantamentos para Aporte de Capital						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Termeletrica Pernambuco III	31/12/2011	115.000,00	115.000,00		Longo Prazo	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Controlada						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação	Taxa de Juros: 105% do CDI						
BVA Empreendimentos	31/12/2011	8.735.000,00	8.735.000,00		Imediato	SIM	5,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Aplicação Em CDBs						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Espontânea						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros: 105% do CDI						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Multiner FIP	31/12/2011	233.000,00	233.000,00		Indeterminado	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Banco BVA	31/12/2011	5.000,00	5.000,00		Curto Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas Reembolsáveis						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Carlos Henrique Figueiredo	31/12/2011	900.000,00	900.000,00		Longo Prazo	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Jorge Amilcar Boueri	31/12/2011	2.577.000,00	2.577.000,00		Longo Prazo	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Acionista						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Banco BVA	31/12/2011	8.000,00	8.000,00		Resultado	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoa Chave						
Objeto contrato	Receita Financeira de Aplicações Em CDBs						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Participações	31/12/2011	30.956.000,00	30.956.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Contas a Receber						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Serviços em Oleo e Gás	31/12/2011	344.000,00	344.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
A&G	31/12/2011	255.000,00	255.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Mylossoma Participações	31/12/2011	50.000,00	50.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Coligada						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas Reembolsáveis						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Estelar Engenheiros Associados	31/12/2011	339.000,00	339.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas Reembolsáveis						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Participações	31/12/2011	11.607.000,00	11.607.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Aporte de Capital Efetuado						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Genesis 2000	31/12/2011	152.000,00	152.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas Reembolsáveis						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Eólica Participações	31/12/2011	605.000,00	605.000,00		Longo Prazo	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							
Multiner Óleo e Gás	31/12/2011	18.606.000,00	18.606.000,00		Longo Prazo	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Contrato de Mutuo						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros: 105% CDI						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Eólica Participações	31/12/2011	1.289.000,00	1.289.000,00		Longo Prazo	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Joint Venture						
Objeto contrato	Aquisição de Investimentos						
Garantia e seguros	Penhora de Ações						
Rescisão ou extinção	Inadimplência						
Natureza e razão para a operação	Taxa de juros: IGP-M						
Crisga Consultoria	31/12/2011	4.000,00	4.000,00		Longo Prazo	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Pessoal Chave						
Objeto contrato	Pagamento de Despesas						
Garantia e seguros	Inexistente						
Rescisão ou extinção	Inexistente						
Natureza e razão para a operação							

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado**16.3 Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:****a) identificar as medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses**

A decisão acerca de todas as operações com partes relacionadas da Companhia é submetida à apreciação dos seus órgãos de administração, conforme competência descrita pelo Estatuto Social da Companhia.

Havendo possibilidade de conflito de interesses entre as matérias sob análise e algum membro de nossos órgãos deliberativos, o respectivo membro deve abster-se de votar, ficando a decisão cabível aos demais membros que não possuam qualquer relação com a matéria em exame.

Na hipótese da Companhia pretender celebrar operações e negócios com nossas partes relacionadas, a Companhia observa políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia em sua realização. Em relação aos mútuos da Companhia com suas controladas, que representam o volume relevante das operações descritas, estes ocorrem em função da necessidade de caixa destas controladas para o desenvolvimento das suas respectivas atividades, sendo sujeitas aos encargos financeiros descritos acima. Cumpre ressaltar que as operações e negócios da Companhia com partes relacionadas seguem os padrões praticados no mercado (*arm's length*).

Os negócios e operações com partes relacionadas são realizados com base em condições estritamente comutativas e adequadas de modo a preservar os interesses de ambas as partes envolvidas no negócio.

b) demonstrar o caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Conforme elucidado no item acima, ao realizar operações e negócios com nossas partes relacionadas, a Companhia observa políticas que determinam que a Companhia siga os padrões de mercado e ampare tais operações e negócios pelas devidas avaliações prévias de suas condições e no estrito interesse da Companhia.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/12/2011	150.252.529,52		1.727.000	445.620	2.172.620
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2011	150.252.529,52		1.727.000	445.620	2.172.620
Tipo de capital	Capital Emitido				
31/12/2010	150.252.529,52		1.727.000	497.768	2.224.768
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/12/2010	150.252.529,52		1.727.000	497.768	2.224.768
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/12/2010	150.252.529,52		1.727.000	497.768	2.224.768
Tipo de capital	Capital Autorizado				
04/12/2008	600.000.000,00		1.727.000	497.768	2.224.768

17.5 - Outras informações relevantes

17.5 Outras informações relevantes:

Entendemos que não existem outras informações relevantes em relação à composição de nosso capital social.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	1ª Emissão de Debêntures não Conversíveis em Ações em uma única série
Data de emissão	18/11/2009
Data de vencimento	18/11/2015
Quantidade (Unidades)	10.000
Valor total (Reais)	10.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	<p>Resgate das debêntures pelos debenturistas: As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente a qualquer tempo pelos debenturistas mediante aviso prévio de 5 (cinco) dias através de comunicação à Companhia. O resgate poderá ser total ou parcial, a critério do debenturista. Sobre o valor nominal das debêntures antecipadamente resgatadas, será acrescida de remuneração correspondente à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., calculada de forma pro rata temporis até a data da solicitação do resgate.</p> <p>Resgate das debêntures pela Companhia: As debêntures poderão ser resgatadas antecipadamente, a critério da Companhia, mediante aviso prévio de 15 (quinze) dias através de publicação em jornal. O resgate poderá ser total ou parcial, pelo seu valor nominal será acrescida de remuneração correspondente à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., calculada de forma pro rata temporis até a data da solicitação do resgate. Na hipótese de resgate antecipado parcial, adotar-se-á o critério de sorteio, com divulgação pela imprensa, inclusive no que concerne às regras do sorteio, na presença dos debenturistas que desejarem.</p> <p>As debêntures contam com as seguintes hipóteses de vencimento antecipado: (a) intervenção, liquidação ou decretação de falência da Companhia; e (b) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária, prevista na Escritura de Emissão, não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data em que seja recebido aviso escrito por qualquer debenturista. Os eventos acima descritos não ensejarão vencimento antecipado das debêntures se foram aceitos por assembléia geral de debenturistas especialmente convocada.</p> <p>Juros: As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., incidentes, a partir da data de emissão, sobre o valor nominal da debênture, e serão pagos ao final de cada período de capitalização (que se inicia na data de emissão e termina na data de vencimento).</p>
Características dos valores mobiliários	<p>Garantias: Flutuante.</p> <p>Espécie: Com garantia flutuante.</p> <p>Eventuais restrições impostas a Companhia em relação: (a) À distribuição de dividendos: Não há (b) À alienação de determinados ativos: Não há. (c) À contratação de novas dívidas: Não há. (d) À emissão de novos valores mobiliários: Não há.</p> <p>O agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: Não há.</p>

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às debêntures somente poderão ser alterados por meio de aprovação de debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.
Outras características relevantes	Encargos moratórios e multas: No caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a multa não compensatória de 20% (vinte por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso e, acrescidos da atualização monetária, se for o caso, bem como da remuneração das debêntures, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial. Indicação de membro do Conselho de Administração a Companhia: Caso os detentores da maioria absoluta das debêntures emitidas não possuam representante no Conselho de Administração, fica outorgado a estes o direito de eleger um conselheiro para tanto. A Companhia e os acionistas comprometem-se a realizar a assembléia geral de acionistas, bem como a elaborar todos os atos necessários para dar cumprimento à essa obrigação. A permanência do conselheiro indicado pelos debenturistas se dará até o prazo de vencimento das debêntures ou seu resgate integral antecipado.

Valor mobiliário	Debêntures
Identificação do valor mobiliário	2ª Emissão de Debêntures Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante
Data de emissão	01/06/2010
Data de vencimento	01/06/2014
Quantidade (Unidades)	500
Valor total (Reais)	250.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Hipótese e cálculo do valor de resgate Possibilidade de resgate: Na ocorrência de um evento de liquidez, a Companhia deverá realizar uma oferta de resgate antecipado das debêntures, com o consequente cancelamento das mesmas, endereçada a todos os debenturistas, sem distinção, assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures de que forem titulares. O valor a ser pago aos debenturistas que optarem pela adesão à oferta de resgate antecipado será equivalente ao valor nominal das debêntures objeto do resgate, acrescido: (a) da remuneração, calculada pro rata temporis desde a data de emissão ou a data do último pagamento da remuneração, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento; e (b) do prêmio de resgate a ser oferecido aos debenturistas.

As debêntures contam com as seguintes hipóteses de vencimento antecipado:
 (a) intervenção, liquidação ou decretação de falência da Companhia; e
 (b) inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária, prevista na Escritura de Emissão, não sanado em 30 (trinta) dias, contados da data em que seja recebido aviso escrito por qualquer debenturista.

Os eventos acima descritos não ensejarão vencimento antecipado das debêntures se foram aceitos por assembléia geral de debenturistas especialmente convocada.

Juros: As debêntures renderão juros correspondentes à variação acumulada de 105% (cento e cinco por cento) das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, Extra-Grupo (Taxas DI), divulgadas pela CETIP S.A., incidentes, a partir da data de emissão, sobre o valor nominal da debênture, e serão pagos ao final de cada período de capitalização (que se inicia na data de emissão e termina na data de vencimento).

Características dos valores mobiliários

Garantias: Flutuante.

Eventuais restrições impostas a Companhia em relação:

(a) à distribuição de dividendos: pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra participação no lucro estatutariamente prevista, quando estiver em mora perante os debenturistas, ressalvado os dividendos mínimos estabelecidos pela Lei das S.A.

(b) à alienação de determinados ativos: alienação ou oneração, pela Companhia, de bens integrantes do seu ativo permanente, sujeitos a registro de propriedade, acima do limite de R\$ 25.000.000,00 por ano, sem autorização prévia dos titulares das debêntures representando a maioria das debêntures em circulação, exceto nos casos de obtenção de financiamento dos empreendimentos da Companhia.

(c) à contratação de novas dívidas: não há

(d) à emissão de novos valores mobiliários: não há

Agente fiduciário, indicando os principais termos do contrato: GDC Partners Serviços Fiduciários DTVM Ltda.

O agente fiduciário, nos termos da escritura de emissão, faz jus à seguinte remuneração: (i) R\$10.025,00 a título de implantação da emissão; (ii) o valor trimestral de R\$12.875,00, devido o 1º pagamento na data de assinatura da escritura de emissão, e os demais pagamentos a cada 3 meses a contar da data da assinatura da escritura de emissão, até o resgate total das debêntures.

Caso a Companhia não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas na escritura de emissão ou em caso de reestruturação prévia das condições das debêntures, será devido ao agente fiduciário uma remuneração adicional correspondente a R\$385,00 por hora-homem de trabalho adicional.

Caso seja incluída garantia ou covenant, será devido adicionalmente o valor de R\$575,00 mensais por cada garantia ou covenant adicional que deva ser verificado pelo agente fiduciário em periodicidade semestral ou anual.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Os direitos assegurados às debêntures somente poderão ser alterados por meio de aprovação de debenturistas que representem a maioria dos títulos em circulação.
Outras características relevantes	<p>Encargos moratórios e multas: No caso de impontualidade no pagamento de qualquer quantia devida aos debenturistas, os débitos vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a multa não compensatória de 20% (vinte por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sendo ambos computados sobre os valores em atraso e, acrescidos da atualização monetária, se for o caso, bem como da remuneração das debêntures, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpretação judicial ou extrajudicial.</p> <p>Indicação de membro do Conselho de Administração a Companhia: Caso os detentores da maioria absoluta das debêntures emitidas não possuam representante no Conselho de Administração, fica outorgado a estes o direito de eleger um conselheiro para tanto. A Companhia e os acionistas se comprometem-se a realizar a assembléia geral de acionistas, bem como a elaborar todos os atos necessários para dar cumprimento à essa obrigação. A permanência do conselheiro indicado pelos debenturistas se dará até o prazo de vencimento das debêntures ou seu resgate integral antecipado.</p> <p>.....</p>

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6 Mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação:

Não aplicável.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7 Valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros:

A Companhia não tem valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor**18.8 Ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia:**

Até o presente momento, não foi efetuada qualquer oferta pública de distribuição de valores mobiliários da Companhia. A Companhia apresentou pedido de registro de oferta pública de distribuição primária de ações à CVM nos termos da Instrução CVM nº 400/03, em 11.03.2010, tendo ainda a Companhia solicitado à CVM interrupção do prazo da análise do pedido de registro. A interrupção do prazo da análise foi concedida pela CVM até 21.09.2010. Em 16.09.2010, a Companhia solicitou o cancelamento do pedido do registro, que foi deferido pela CVM em 27.09.2010.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10 Outras informações relevantes:

Não existem outras informações consideradas relevantes.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4 - Outras informações relevantes.

Em 31 de março de 2011 a Companhia recomprou 52.148 ações preferenciais nominativas resgatáveis de sua emissão pelo valor de R\$ 46.897, sem redução do capital social.

20.1 - Informações sobre a política de negociação de valores mobiliários

Data aprovação	03/03/2010
Cargo e/ou função	<p>Acionistas controladores Diretores Membros do Conselho de Administração Membros do Conselho Fiscal Membros de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas, criados por disposição estatutária Empregados da Companhia que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia tenham acesso a informações relevantes Quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição em qualquer dos acionistas controladores, nas sociedades controladas e nas sociedades coligadas, tenha acesso ou conhecimento de informações relevantes Prestadores de serviços e qualquer pessoa que tenha aderido expressamente à Política</p>

Principais características

A Política de Negociação de Valores Mobiliários abrange a vedação à negociação de valores mobiliários de emissão da Companhia por parte de pessoas vinculadas durante o período que se inicia no momento da ciência de uma dada informação relevante ou informação privilegiada (toda informação relevante ainda não divulgada ao mercado e ao público investidor) sobre a Companhia e que se encerra quando aquela informação privilegiada ou informação relevante é divulgada ao mercado.

Períodos de vedação e descrição dos procedimentos de fiscalização As vedações e obrigações disciplinadas na referida política aplicam-se às negociações realizadas direta ou indiretamente pelas pessoas vinculadas, mesmo nos casos em que as negociações se dêem por intermédio de: (i) sociedade por elas controlada; (ii) terceiros com quem for mantido contrato de fidúcia ou administração de carteira ou ações (Instrução CVM 358, artigo 20, inciso II); (iii) cônjuges ou companheiro(as); e (iv) dependentes incluídos em sua declaração anual de imposto de renda.

Os administradores que se afastarem da administração da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato relevante iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários da Companhia pelo prazo de 6 (seis) meses após o seu afastamento; ou até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se a negociação com as ações puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo dos acionistas da Companhia ou dela própria.

Adicionalmente, conforme o estabelecido na referida política, a Companhia comunicará, formalmente, os termos da deliberação às pessoas vinculadas, e delas obterá a respectiva adesão formal através da assinatura de termo de adesão, que permanecerá arquivado na sede da Companhia durante o prazo em que a referida pessoa vinculada mantiver vínculo com a Companhia, e por 5 (cinco) anos, no mínimo, após o seu desligamento.

Nos termos no disposto na referida política, as pessoas vinculadas deverão abster-se de realizar quaisquer negociações com valores mobiliários no período de 30 (trinta) dias que anteceder a divulgação das informações trimestrais (ITR) e anuais (DFP).

Tendo em vista que os valores mobiliários da Companhia não são negociados, a Companhia ainda não possui procedimentos de fiscalização.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2 Outras informações relevantes:

Não aplicável.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1 Normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva:

A Companhia possui Código de Política de Divulgação de Fato Relevante, aprovada em Assembleia Geral realizada em 28.03.2008. Tal política visa, entre outras coisas, à divulgação de informações relevantes e à manutenção de sigilo acerca destas informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas

21.2 Política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia (inclusive os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas)

A Política de Divulgação de Fato Relevante da Companhia tem por objetivo o estabelecimento de elevados padrões de conduta e transparência, que devem ser compulsoriamente observados pelas pessoas abaixo, que deverão assinar um termo de adesão: (i) acionistas controladores; (ii) acionistas que elegerem membro do Conselho de Administração; (iii) administradores, membros do Conselho Fiscal e integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; (iv) empregados e executivos com acesso a informação relevante; e, ainda, (v) quem quer que, em virtude de seu cargo, função ou posição na Companhia ou em sociedades controladas ou coligadas da Companhia, tenha conhecimento de informação relativa a ato ou fato relevante sobre a companhia.

As pessoas acima listadas que tiverem conhecimento pessoal de ato ou fato relevante, deverão comunicá-lo ao Diretor de Relações com Investidores, que é a pessoa responsável por sua comunicação aos devidos órgãos e sua divulgação à imprensa. Cumpre ainda a essas pessoas o dever de guardar sigilo acerca das informações relevantes a que tenham acesso privilegiado, até a sua divulgação ao mercado, bem como zelar para que os subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Caso, diante da comunicação realizada, seja constatada a omissão do Diretor de Relações com Investidores no cumprimento de seu dever de comunicação, deverão as mesmas comunicar o fato relevante imediatamente à CVM, sob pena de responsabilidade.

Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca de informação privilegiada, as referidas pessoas deverão entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de sanar a dúvida.

A Política de Divulgação de Fato Relevante da Companhia prevê como regra geral a imediata comunicação e divulgação simultânea à CVM, às bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e às entidades de balcão organizado em que a Companhia tenha valores mobiliários negociados, de ato ou fato relevante, divulgação essa a ser feita preferencialmente antes do início ou após o encerramento dos negócios nas bolsas de valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

Caso seja imperativo que a divulgação do ato ou fato relevante ocorra durante o horário de negociação, caberá ao Diretor de Relações com Investidores solicitar a suspensão da negociação dos valores mobiliários de emissão da Companhia pelo tempo necessário à adequada disseminação da informação relevante.

A Política de Divulgação de Fato Relevante prevê, ainda, que a informação relevante poderá deixar de ser divulgada se a sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo da Companhia. A não divulgação deverá ser objeto de decisão dos acionistas controladores ou administradores da Companhia, conforme o caso. Em tais casos excepcionais de não divulgação, cabe ao Diretor de Relações com Investidores acompanhar a cotação, preço e quantidade negociada dos valores mobiliários de emissão da Companhia e, caso constatare oscilação atípica ou na hipótese de a informação escapar ao controle, deverá divulgar imediatamente o ato ou fato relevante.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações

21.3 Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações:

O Diretor de Relações com Investidores da Companhia possui a responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de ato ou fato relevante envolvendo a Companhia. Compete, ainda, ao Diretor de Relações com Investidores zelar pela execução, acompanhamento e fiscalização da Política de Divulgação de Fato Relevante.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4 Outras informações relevantes:

Adicionalmente, os acionistas controladores, administradores, membros do Conselho Fiscal e os integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia deverão informar a titularidade de valores mobiliários de emissão da Companhia e seus derivativos, seja em nome próprio, seja em nome de pessoas ligadas, bem como as alterações nessas posições. Tal comunicação deverá ser efetuada (i) no prazo de até 10 dias após o término do mês em que se verificar a alteração das posições detidas, indicando o saldo da posição no período; e (ii) no primeiro dia útil após a investidura no cargo.

Os administradores que se afastarem da Companhia antes da divulgação pública de negócio ou fato iniciado durante seu período de gestão não poderão negociar valores mobiliários da Companhia: (i) pelo prazo de 6 meses após o seu afastamento; (ii) até a divulgação, pela Companhia, do ato ou fato relevante ao mercado, salvo se, nesta segunda hipótese, a negociação com as ações da Companhia, após a divulgação do ato ou fato relevante, puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízos dos acionistas da Companhia ou dela própria.

O Diretor de Relações com os Investidores é o responsável pela transmissão das informações, assim que recebidas da Companhia, à CVM e, se for o caso, às bolsas e valores, bem como atualizar as informações periódicas enviadas pela Companhia.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1 Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não houve qualquer alienação ou aquisição de ativos para finalidades outras que não a operação normal.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2 Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia:

Não aplicável

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3 Contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais:

Não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com as suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4 Outras informações relevantes:

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.